

JULIA ENA LEMOS FERREIRA

**A EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO (1549-2017) E
SUA APLICAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTARÉM (ZONA
URBANA) QUESTÃO DE CIDADANIA**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PORTO, 2018

JULIA ENA LEMOS FERREIRA

**A EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO (1549-2017) E
SUA APLICAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTARÉM (ZONA
URBANA) QUESTÃO DE CIDADANIA**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PORTO, 2018

JULIA ENA LEMOS FERREIRA

**A EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO (1549-2017) E
SUA APLICAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTARÉM (ZONA
URBANA) QUESTÃO DE CIDADANIA**

JULIA ENA LEMOS FERREIRA

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, ramo de Administração Escolar e Administração Educacional, sob orientação da Professora Doutora Fátima Paiva Coelho.

RESUMO

O trabalho in tese se propõe a analisar a evolução do Sistema Educativo Brasileiro, levando em consideração seu contexto histórico, considerando a presença de suas normas legislativas e políticas sociais educativas escalonadas, como também compreender a educação formal através Ministério da Educação como órgão maior da educação brasileira, cuja área de competência a Política Nacional de Educação se efetiva através das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação-PNE, Plano do Estado do Pará-PEP, Conselhos Federal de Educação-CFE e Conselho Estadual de Educação, analisando os aspectos de origem e evolução com a prática educacional dos docentes das escolas estaduais da cidade de Santarém, levando em consideração marcos desde de (1549 até 2017), afim de promover a chamada educação, pública, universal, de qualidade, que garanta a cidadania aos alunos e dignidade aos docentes a nível local, nos moldes da Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Partindo do objetivo central, *Confrontar a análise documental da Legislação Educacional Brasileira (Federais e Estadual) com a prática educativa dos professores das unidades escolares estaduais de Santarém (Zona Urbana)* e como objetivos específicos. A metodologia utilizada neste trabalho de projeto foi a qualitativa, decorrente de uma pesquisa bibliografia e achados legislativos nas suas instancias nacional, estadual e local (Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas), e como técnica na busca de dados foram escolhidos, 1 questionário com perguntas fechadas e abertas divididos em tópicos: 1. Dados Sociobiograficos 2. Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro 3. Competencia da SEDUC/PA 4. Práticas nas Escolas, aplicada em um universo constituído de 40 docentes de duas Escolas Estaduais da cidade de Santarém: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Romana Tavares Leal. Ambas escolas com suas peculiaridades particulares, históricas, sociais, financeiras que refletem diretamente no andamento da aprendizagem dos alunos e consequentemente nas práticas educacionais dos docentes.

Palavras-Chave: Sistema Educativo Brasileiro, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação, PNE. Plano Nacional de Educação. SEDUC-PA Secretaria de Educação do Estado do Pará.

ABSTRACT

The thesis aims to analyze the evolution of the Brazilian Educational System, taking into account its historical context, considering the presence of its legislative norms and social educational policies staggered, as well as to understand formal education through the Ministry of Education as the major body of education the National Education Policy-PNE, the State of Pará-PEP Plan, the Federal Council of Education-CFE and the State Board of Education, analyzing aspects of origin and evolution with the educational practice of the teachers of the state schools of the city of Santarém, taking into account milestones from (1549 to 2017), in order to promote the so-called quality public education, universal, citizenship to students and dignity to teachers at local level, according to the Constitution Faith and the Law of Guidelines and Bases of Education. Starting from the central objective, to confront the documentary analysis of the Brazilian Educational Legislation (Federal and State) with the educational practice of the teachers of the state school units of Santarém (Urban Zone) and as the specific objectives. The methodology used in this project work was qualitative, resulting from a bibliographical research and legislative findings in its national, state and local instances (Pedagogical Political Project - PPP of schools), and as a technique in the search of data were chosen, 1 questionnaire with closed and open questions divided into topics: 1. Sociobiographical data 2. Knowledge of the Educational Systems 3. SEDUC-Pa competence 4. Practice in Schools, applied in a universe composed of 40 teachers from two State Schools of the city of Santarém: State School of Elementary and Middle School Frei Ambrósio and State School of Elementary and Middle School Tavares Leal. Both schools with their particular, historical, social and financial peculiarities that directly reflect on the progress of students' learning and consequently on the educational practices of teachers.

Key words: Brazilian Education System, LDB-Laws and Education Bases, PNE. National Education Plan. EDUC-PA Education Department of the State of Pará.

AGRADECIMENTOS

Obrigada ao meu Deus. Triuno. Por me ajudar nessa árdua caminhada. Porque é muito difícil exercer a profissão de docente público no Brasil.

À minha mãe, Júlia por me acolher nestes dias. Aos meus amados irmãos em Cristo.

Aos meu colegas de profissão da escolas Estaduais Frei Ambrósio e Romana Tavares Leal.

A todos os professores do curso de mestrado, em especial a professora doutora Fátima Paiva Coelho.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Todas as coisas convergem para o bem daqueles que amam a Deus. E são chamados de acordo com o seu propósito.

Rm 8:28.

ÍNDICE GERAL

I. INTRODUÇÃO.....	1
II. REVISÃO DA LITERATURA	4
1. Origem dos Sistemas Educacionais e seus reflexos na Educação brasileira	4
2. Histórico do Sistema Educacional brasileiro.....	5
3. A Educação dos Jesuítas.....	7
i. A forma da Educação Jesuíta	9
ii. A Educação jesuítica e a educação de crianças negras: a catequese com os filhos dos escravos.....	11
4. Marques de Pombal e as estratégias da Colônia portuguesa	13
i. As reformas pombalinas no Brasil e seus reflexos no Brasil	15
ii. Medidas administrativas e econômicas no Brasil	17
iii. A função dos mestres e professores no governo de Pombal	19
iv. O Rompimento de educação na Capitania do Grão Pará e Maranhão	21
v. Legislação Imperial consagra as elites	23
5. O Período Getulista	25
6. O Manifesto dos Pioneiros da Educação	28
7. Gênese das Legislações educacionais (década de 30 a 1946).....	32
8. Um Grande Líder – “Inovar é preciso” Anísio Teixeira	37
9. Utopia de uma sociedade mais Justa	39
10. Cidadania no método de Anísio Teixeira	40
i. Contribuições de Paulo Freire na Educação do Brasil	42
11. O Método de Paulo Freire	43
12. Normatizações educacionais.....	45
13. As Revoluções da Educação brasileira (1960-1985): A era da Qualidade Total .	47
14. A Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases de educação(LDB) e o Plano Nacional De Educação (PNE).....	48
15. Reflexos do Período Militar nas Escolas Estaduais na cidade de Santarém (1930-1985).....	57
16. Os Governos democráticos do Brasil e suas influencias na Educação Brasileira	62

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

i. A Lei Educacional Democrática.....	63
ii. Plano Nacional de Educação e a realidade brasileira.....	66
iii. Financiamento.....	72
iv. Combate ao Analfabetismo.....	73
v. Estatísticas.....	74
17. Plano Educacional do Pará.....	76
18. Conselho Nacional de Educação (CNE).....	77
i. Competência e Jurisdição.....	77
19. Conselho Estadual de Educação do Pará.....	78
i. Contexto geral das Escolas Estaduais.....	79
III. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.....	83
1. Problemática.....	83
2. Objetivos do Estudo.....	83
IV. METODOLOGIA.....	85
1. Instrumentos e Procedimentos.....	85
i. Procedimentos.....	86
V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	90
1. Universo, Amostra e Participantes.....	90
2. Caracterização dos participantes e resultados.....	90
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
VII. BIBLIOGRAFIA.....	107
ANEXOS.....	114

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 01 - Solicitação para aplicação de questionário – Escola Frei Ambrósio	115
ANEXO 02- Solicitação para aplicação de questionário – Escola Romana T. Leal	116
ANEXO 03 – Questionário	117
ANEXO 04 – Questionário respondido pelo docente	121
ANEXO 05 – Destaques do PPP da Escola E.E.F.M. Frei Ambrósio	126
ANEXO 06 – Destaques do PPP da escola E.E.F.M. Romana Tavares Leal.....	132
ANEXO 07 – Constituição da República Federativa do Brasil.....	143
ANEXO 08 – Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.....	150
ANEXO 09 – Lei Nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001	159
ANEXO 10 – Resolução Nº 001 de 05 de Janeiro de 2010	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimento Público em Educação.....	72
Tabela 2 - Matrícula no Ensino Médio.....	74
Tabela 3 - Resultado Geral do Índice de Desempenho dos alunos.	75
Tabela 4 - Caracterização dos Docentes Participantes no Questionário: Dados Sociobiográficos.	91
Tabela 5 - Caracterização dos Docentes Participantes do Questionário: Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro	95
Tabela 6 – Caracterização dos Docentes Participantes do Questionário- Competência da SEDUC/Pa.....	98
Tabela 7 - Caracterização dos Docentes participantes do Questionário - Práticas nas escolas.....	99

INDICE DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Gênero.	92
Gráfico 2 – Idade	92
Gráfico 3 - Tempo anos(total) de exercício profissional na SEDUC/Pa.....	93
Gráfico 4 – Formação Acadêmica	93
Gráfico 5 - Declaração de ser docente e atuação nos nível de ensino Fundamental, médio e ambos.	94
Gráfico 6 - Escola que exerce a profissão.	95
Gráfico 7 – Conhecimento das legislações.....	96
Gráfico 8 – Conhecimento dos marcos historicos	96
Gráfico 9 - Conhecimento da tendência pedagógica da sua escola.....	97
Gráfico 10 – Importância de conhecer as legislações educacionais.....	97
Gráfico 11 – Competência da Seduc/Pa quando solicitada através da 5ª Ure.....	98
Gráfico 12 - Na melhoria do desempenho dos docentes, as escolas promovem cursos de capacitação?.....	100
Gráfico 13 - Repasse dos recursos financeiros destinados a educação	100
Gráfico 14 - Prática educacional e gargalos	101
Gráfico 15 - Pratica docente em relação do PPP da escola	101
Gráfico 16 – Autoavaliação pelo docente de sua prática educacional	102

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNBB	Confederação Nacional do Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação Popular
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PREMEM	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
SAEB	Sistema de Avaliação de Educação Básica
SEDUC Pa	Secretaria do Estado de Educação do Pará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Pará
UNDIME	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
UNE	União Nacional dos Estudantes
URE	Unidade Regional de Ensino
USAID	United States Agency for International Development

I. INTRODUÇÃO

A luta por uma educação, pública, universal no seu atendimento, que traga melhoria da qualidade do ensino e conseqüentemente erradicação do analfabetismo, e melhores garantias de qualificação ao docente, no exercício de cidadania. É o sonho de qualquer sociedade democrática. O Brasil historicamente colonizado pelos países europeus, não se caracteriza por um sistema único, que o identifica com sua própria cultura, seus ideais, suas vivências, suas motivações, sua identidade particular. É um país de imitações, de repetições, de modismos, exigências capitalistas inseridas em um mundo globalizado. Nesse sentido, a educação implantada por aqui, vem de fora para dentro, onde os acontecimentos históricos das legislações comprovam esta triste realidade. A gênese das legislações educacionais, inicia com o método jesuítas seguindo pelo Alvará de 28 de Junho de 1759 que introduzem no Brasil as aulas régias, inspirados nos ideais do Iluminismo, estas eram de responsabilidade de um único professor em cada disciplina. O Estado passa a controlar a educação. Em 1854, já no império da Corte portuguesa no Brasil, surgiu a Reforma de Couto Ferraz que contemplou a educação pública e gratuita aqueles que soubessem ler e escrever, enquanto a educação média continuava privada, neste mesmo período criou-se a capacitação de mestres e professores através dos cursos normal de magistério, nos grandes centros urbanos. Até 1920 as legislações educacionais brasileiras ainda primavam pela elitização.

Esse trabalho de cunho bibliográfico qualitativo com alguns aspectos quantitativos (Santos, 1999) e Bogdan e Biklen (1982), (Gil, 2008) mostra um quadro da evolução do Sistema Educacional Brasileiro (1549 a 2017). A qual leva a formulação do tema central *Evolução do Sistema Educativo Brasileiro(1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de Santarém(Zona Urbana) Questão de Cidadania*. Nesse sentido, é de suma importância paralisar reflexivas, levando em consideração a história das legislações brasileiras, de posse da *Lei Maior*, ou seja, as Constituições Federais como fundamento para gênese das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, a qual constituirá o Conselho Nacional da Educação, Plano Nacional da Educação, Planos Estaduais de Educação e respectivamente os Conselhos Estaduais do Pará e suas relações de aplicabilidade nas práticas dos docentes das escolas estaduais de Santarém zona urbana (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio e Escola Estadual de Ensino

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Fundamental e Médio Romana Tavares Leal) estabelecimentos educacionais públicos que apresentam um campo vasto para pesquisa. Cujo objetivo central deste estudo é *Confrontar a análise documental da Legislação Educacional Brasileira (Federais e Estadual) com a prática educativa dos docentes das unidades escolares estaduais de Santarém (Zona Urbana)*. Que decorrem os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar o histórico do Sistema educacional brasileiro desde de1549 até 2017 , considerando a história educacional do Brasil.
2. Pontuar os marcos históricos educacionais a nível federal e estadual desde 1549 até 2017.
3. Pontuar as normas ou legislações do governo Federal e Estadual direcionadas a implantação do Sistema Educacional brasileiro.
4. Identificar o conhecimento que os docentes apresentam acerca da linha evolutiva do sistema educacional brasileiro a nivel nacional e local.
5. Compreender o conhecimento que os docentes dispõe acerca do sistema educacional e sua prática.
6. Analisar as respostas dos docentes envolvidos com a evolução do sistema educacional brasileiro e suas praticas educacionais, levando em consideração as leis de diretrizes e bases da educação atual e outras legislações específicas.
7. Constatar a importância do conhecimento e prática educativa dos docentes.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em cinco capítulos, considerando a Introdução como o primeiro. O capítulo II trata da Revisão Da Literatura compreendendo o histórico e o sistema educacional do Brasil, como também a evolução das Leis de diretrizes e bases da educação e suas tendências pedagógicas e seus reflexos nas leis estaduais do Pará. O capítulo III trata da Problemática e Objetivo do Estudo. O capítulo IV apresenta a Metodologia. usando como coleta de dados a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas de acordo com Eva Maria Lakatos (1999) e Sudman e Bradburn (1982), (Gil, 2008). Com o intuito de medir o grau de conhecimento dos marcos históricos e legislativos educacionais, assim como a aplicação na prática docente o ambiente escolar, através de análises das respostas dos inquiridos. Afim de chegar ao objetivo proposto, confrontar a vivencia (prática). O

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

capítulo V destaca a Apresentação dos Resultados e por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

II. REVISÃO DA LITERATURA

1. Origem dos Sistemas Educacionais e seus reflexos na Educação brasileira

Na linguagem inglesa a palavra “*policia*” “*policy e politics*” se diferencia da palavra em português; desta forma a primeira ressalta a policia em sentido de programa de ações e, espaço da política partidária. No dicionário português relaciona se a programa de ações, ou seja, são aquelas que o Estado, com objetivos bem definidos e com meios de poder e recursos disponíveis para efetuar uma ação, chega a um fim determinado. Segundo, Dalmo Dallari (2003), em seu livro *Teoria Geral do Estado*, ressalta que quando o homem vive em sociedade, é contemplado com inúmeros benefícios, que o leva a criar uma série de limitações, que em certos momentos e lugares definidos, são numerosos e frequentes, e chegam a afetar seriamente a liberdade humana. Apoiados na teorias dos pensadores Aristóteles, Cicero, São Tomás de Aquino e contratualistas como Hobbes, Lock, Montesquieu e Rosseau. Nesse sentido, Dallari, ao se apoiar nesses teóricos mostra que o exercício do homem em sociedade, passa por duas razões, a natural e de escolhas, inseridas umas nas outras; segundo Dallari, o viver em sociedade resulta da vontade humana, logo, ela apresenta três elementos característicos para que aquele grupo determinado de pessoas sejam reconhecidos, as quais encontram se nas finalidades: valor social, ordem social e jurídica e poder social, essas finalidades constituem a base para a formação do Estado Nação; logo, as necessidades das pessoas (povo) passam a ser providas pelo Estado. Entretanto, não basta somente existir a vontade de satisfazer as necessidades do povo, é necessário recursos disponíveis e suficientes que abasteçam essas necessidades. O Estado passa então a selecionar aquelas que são prioritárias, passando a se efetivarem através das Políticas Públicas. “Políticas Públicas é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. (Azevedo, 1930, p.38)

Segundo, o entendimento de Azevedo, Políticas Públicas consiste na vontade ou não do governo efetivar uma ação; é de competência exclusiva do Estado, as quais pertencem a administração direta do ente público, logo, Políticas Públicas educacionais é tudo aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer na educação. Educação Escolar tem uma delimitação própria, específica. Sendo delimitada pelos Sistemas Educacionais sejam eles nas

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

esferas Federais, Estaduais, Municipais e distritais ou mesmo quando abarca os três, onde o governo público passa a tomar decisões nas quais envolvam recursos destinados especificamente a ordenação do fator educação; nesse sentido, as políticas públicas educacionais passam a ser efetivadas através das legislações relacionadas as suas necessidades.

Tem-se que o sistema educativo adotado e as Políticas Públicas direcionadas para a educação, são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares (Freire, 1998).

Daí, dizer que os sistemas de educação público compreende a forma, ou seja, a própria lei positivista que trata especificamente da materialidade da educação, porém, estão interligadas com as políticas públicas enquanto decisões do governo no ambiente de ensino aprendizagem.

2. Histórico do Sistema Educacional brasileiro

Desde os primórdios da evolução da humanidade, o homem descoberto por sua capacidade de ser “sapiens sapiens”, deseja ou direciona a um fator chamado educação, aquela que o deixa mais evoluído, ainda que seja com suas múltiplas variedades de teorias de pensadores no ramo educativo. Considera que o período do Renascimento da história da humanidade estabelecida entre as Idades Médias e Moderna, ocorrida no século XIV em que a educação evolui para uma forma de questionar, presente o poder cultural superior da Igreja Católica Apostólica Romana. É bem possível que este detalhe tão significativo, passe a contribuir para o surgimento da Reforma Protestante, a qual teve como cenário a Alemanha no início do século XVI, gênese de um movimento de ordem religiosa, e por sua dimensão colossal influência os movimentos de reforma nas demais sociedades europeias. Portanto, este século marca primordial, consiste na decadência das raízes medievais, dando origem a um novo sistema de ideias, o Renascimento, o qual traz características de individualismo, domínio da natureza, afirmação da burguesia e da economia do mercado, além do Estado Moderno

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

(Territorial e Burocrático), ainda que em pequenas escalas. Nesse período Martinho Lutero monge da ordem de Santo Agostinho, doutor em Teologia, passa a questionar e contrapor se ao poder absoluto do papa romano, como também as práticas da Igreja Católica, com seus abusos, corrupções, cobrança de indulgências. As ideias e manifestações do monge passam em primeiro plano a defender a liberdade de acesso e leitura das escrituras, como também, a liberdade do sacerdócio universal estendido a todas as pessoas; nas suas preocupações e propostas de mudanças coube a ele algumas alterações no âmbito educacional.

“Vivência da força educativa da Reforma no plano político é o fato de que a própria autoridade do império teve de assumir esta nova concepção de uma escola pública para a formação de cidadãos ou, pelo menos, dos governantes, e de grande viabilidade histórica a tomada de consciência do valor laico, estatal da instrução, concebida não mais como algo reservado aos clérigos, mas, de raiz, do próprio Estado” (Monacorda, 1989, p.199)

Percebe-se que nas proposições de Martinho Lutero, o caráter estatal atribuído ao fator educação, não apenas destrava o poder soberano monopolista da Igreja Católica, mas traz uma nova dimensão de conjuntura de uma luz na educação escolar que, deveria ser para todos e de frequência obrigatória. Para Lutero a educação escolar deveria estar sob o poder de responsabilidade do poder público, no papel de financiador, organizador e supervisor. Por outro lado, é possível no século XVI, há uma conclamação de cunho obrigatório a todas as pessoas a frequentarem de forma obrigatória a escola. Contudo, a transferência da escola para as mãos estatal, nos países protestantes, é determinante para a formação de escolas públicas, e direcionou a um público seletivo; em primeiro plano destinado aos nobres e burgueses, e não totalmente as classes sociais mais pobres, menos estabelecidas. Também, são múltiplos os escritos que Martinho Lutero direciona as autoridades e ao povo, dando instruções sobre sua nova forma de posicionar-se em uma sociedade cristã, de forma justa na qual consiste que o bom governo aconselhe ao povo e, em contrapartida cabe ao povo obediência as autoridades seculares gerando pouca violência. Nos achados de Lutero não se encontra uma visão substancial das características do papel estatal, pois, o que se passa no momento histórico encontrava-se em formulação entre o medieval e a gênese do Estado Moderno.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

“Tão logo as as doutrinas políticas de Lutero, e as premissas teológicas em que elas se fundavam, estavam filiadas as tradições bem arraigadas do pensamento medieval tardio. De forma que Lutero vazou seu protesto, os expoentes dessas tradições foram a arrastados pelo amplo movimento de reforma religiosa, estabelecendo com a sua presença e concorrendo para garantir que a mensagem luterana fosse, ouvida e analisada com certa simpatia, e assim, pudesse adquirir uma influência imediata e bem definida” (Skinner, 1996, p.302).

Os manifestos de Martinho Lutero, suscitado no século XVI, não se desenvolveu diretamente com as questões sociais do seu tempo, ou mesmo elaborou um pensamento político autentico, apesar de inúmeras agitações políticas, como ocorreu com heróis daquela época. As manifestações em massa que ocorreram naquele momento, não despertaram para o pensamento político. O que influenciou bastante foi a forma que as concepções de sociedade de governo se apresentassem como pensamento teológico.

3. A Educação dos Jesuítas

Com a chegada dos portugueses as terras brasileiras em meados de 1500, esses europeus se depararam com um ambiente estranho, selvagem e desconhecido. A presença desses europeus foram aos poucos transformando as terras “além mar”, o que de fato nos leva a analisar que não houve uma cultura brasileira no período colonial, mas sim de uma cultura diferenciada daquela que já existia em Portugal, ora, a nova cultura foi aos poucos sendo construída ao longo do período colonial, cultura esta, especifica das Américas brasileira, com suas especificidades próprias e diferenciadas de acordo com o ambiente aqui vivido. De 1549 a 1759 a Educação brasileira esteve nas mãos dos Jesuítas por iniciativa de Inácio de Loyola ex- membro do exército espanhol, posteriormente unindo com outros dois religiosos Francisco Xavier e Alfonso Salmonserón criaram a Companhia de Jesus cujo objetivo principal era o combate contra o movimento protestante, utilizando como método o ensinamento religioso, e através das missões católicas religiosas internacionais convertendo homens e índios a fé católica aos povos das regiões que passavam pelo processo de colonização. Assim, vários jesuítas vieram para as américas converter e catequizar os nativos, bem como auxiliá-los no processo de aculturação, dessa forma, os jesuítas presentes nestas regiões pelo contato permanente com os nativos, aprenderam de forma rápida e brusca as

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

línguas nativas como o tupi-guarani, em seguida sistematizaram as mesmas em gramáticas gerais tendo a responsabilidade do padre Manoel da Nóbrega como o primeiro precursor da Companhia de Jesus no Brasil, solidificando o domínio político de Portugal em 1549 por estruturar o governo central nessas terras, apoiada pelo primeiro governador geral, Tomé de Souza. Nesse sentido, as ações dos jesuítas neste país consistiu na conversão e na catequese dos índios, ensinando os as primeiras letras, e ao mesmo tempo pastoreando os brancos cristãos europeus que já residiam em terras brasileiras. As Cartas do Padre Manoel da Nobrega demonstram especificamente essa relação entre quatro atores: jesuítas, colonos, autoridades e índios ou gentios, sendo este último objeto central da trama, ressaltando que sua figura vai de encontro ao ostracismo.

Como bom soldado da Companhia de Jesus em combater a contra reforma o padre Manoel da Nóbrega encantado pelo sacerdócio ávido por ganhar almas para o papado católico e combater os vícios dos colonos, empenhado em solidificar o reino português no Brasil e afugentar os inimigos europeus que tentassem ganhar território. Nóbrega deparou se com uma realidade específica, ou seja, percebeu que os índios eram pessoas dóceis, capazes de receber a fé católica, por não conhecerem nenhum Deus, cometendo pecados leves “inclinações e apetites carnis” ou mais graves canibalismo e poligamia. Em contrapartida, os erros dos gentios eram tanto mais graves quanto mais se afastavam ou contrariavam as virtudes cristãs e, neste sentido, devolver a verdadeira natureza aos gentios era transformá-los em cristãos, afastando-os de práticas nefastas, os quais nesse primeiro momento não deveriam ser subjugados a violência ou propícios a escravidão. Em suas cartas existem trechos em que chama de endemoninhados os clérigos que comparavam os índios a “cães”, ou os mantinham cativos. Entretanto, com o passar do tempo e a evolução do sistema político social da coroa portuguesa, Nóbrega alia se ao sistema de escravidão torna se cada vez mais intolerante, suas ações tornaram catastróficas e desumanas desde os sermões e ameaças do fogo do inferno ao terror do massacre indígena pela salvação. A realidade brasileira transcendiam os conceitos filosóficos dos portugueses.

i. A forma da Educação Jesuíta

No início o método jesuíta foi testado e aprovado como plano piloto em Sicília em 1548, organizado pela Companhia de Jesus no colégio Messina, com fins de estruturar uma nova moldagem de domínio do império católico, utilizando métodos ou “*modus parisienses*”, seguido por professores na organização de estudos, disputas, interrogações, repetições e declamações como forma de organizar as instituições formadas pela companhia, que foram imprescindíveis no estabelecimento de regras do *Ratio Studiorum* lançados cinquenta anos após as primeiras iniciativas religiosas educacionais da Companhia de Jesus. Segundo Leonel Franca (1952) a *Ratio* não expõe sistemas nem discute métodos, afinal não é um tratado de moldura pedagógica, histórica e não tem por objetivo a divulgação da ciência. Seus métodos de repetição remetem a prática escolástica medieval de embasamento pedagógico tradicional, tornando a educação sinônima de catequese e evangelização. O *Ratio Studiorum*, que versava sobre a formação nos colégios jesuíticos e, portanto, não se refere ao período de alfabetização das crianças, prevê três graus do ensino: um elementar, chamado de curso de humanidades com duração de cinco anos, o qual foi considerado o sustentáculo da educação jesuítica, e formar humanistas para viver em sociedade; outro de formação superior com duração de três anos, incluía Filosofia ou Artes, destinados a formação de filósofos; e, por último, o de formação profissional dos futuros padres, o curso de Teologia. Na base piramidal desse método encontravam o grego e o latim, importantes línguas na afirmação da retórica. É importante salientar que o método educacional nos moldes jesuíticos foram de forma extraordinária influenciados pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino e pelo movimento da Renascença e cultura europeia. Método marcado pelo autoritarismo, rigidez, centralização, orientação universalista, humanista e literária. Outro aspecto a ser avaliado, consistia no poder de premiar aqueles estudantes que se destacavam no ensino, evidentemente depois de percorrem o ciclo de competições entre os mesmos, ou entre turmas, aqueles alunos destacados como mais evoluídos na aprendizagem, os quais seriam direcionados aos grandes colégios de Portugal ou Espanha. Forma de avaliação ainda muito usada nos dias atuais por muitos colégios católicos. O *Ratio Studiorum* regulamentava rigorosamente os estudos nos colégios jesuíticos, cujo objetivo principal era a formação do futuro jesuíta. *Ratio Studiorum*: um conjunto de 467 regras com objetivo de

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

direcionar tanto o conteúdo educativo como as funções intrínsecas ao funcionamento dos colégios, no que se refere ao plano de estudos.

Com o surgimento de vilas e aldeias portuguesas, Nóbrega criou uma estratégia de implantar aldeias de catequização onde habitava padres jesuítas e índios a serem convertidos, o trabalho nas aldeias invadia três objetivos centrais:

1. Objetivo Doutrinário: Instituiu a Implantação e pratica da religião Católica Apostólica Romana.
2. Objetivo Econômico: Instituiu o hábito ao trabalho como princípio de crescimento da nação brasileira.
3. Objetivo Político; Instituiu os índios convertidos e aculturados a lutar contra os índios selvagens e outros inimigos, como medida de proteção.

Quanto aos mestres ou professores suas escolhas passavam por uma rígida avaliação de exercícios espirituais de cunho teológicos, antes de serem admitidos com o objetivo de enfrentar o combate com esquadria espiritual, para que fossem eficientes na evolução intelectual, espiritual e moral do seu alunado, pois, uma vez admitidos eram responsáveis pela luta contra a reforma protestante, resgate da hegemonia da igreja papal; eram verdadeiros soldados imbatíveis da Igreja de Cristo a serviço do papa e da igreja. A figura do precursor Inácio de Loyola lembra toda essa dinâmica por ter sido oficial militar e posteriormente tornar sacerdote da companhia dos Jesuítas, o qual imprime o caráter militar à Ordem. Do qual o Brasil foi vitimado por imposição de ganâncias capitalistas europeias. A educação era privilégio da elite enquanto o índio ou gentil deveria ser catequizado, outrossim, há uma análise nas agravantes necessidades do método implantado no Brasil e a colonização por se tratar de um país que apresentava mais de 340 línguas nativas diferentes, que foram obstáculos na facilitação do processo de aculturação, por outro lado, os índios que ocupavam o litoral brasileiro, as bacias do rio Paraná e do rio Paraguai eram bastante homogêneos em termos linguísticos. Fatos estes, mal resolvidos através de disseminação de uma única língua oficial no Brasil, o Tupi ou chamadas línguas gerais, nos moldes de um dos seus precursores o padre José de Anchieta através de sua gramática, trabalho publicado em 1545 em Coimbra, é possível que este tipo de literatura deu origem às variedades de

publicações das mesmas. O fundamento dessa língua facilitou o comércio internacional da época, nas regiões litorâneas do Brasil, enquanto nas demais regiões desabitadas ou distantes das vilas e aldeias ainda prevalecia outras línguas. Nesse sentido, a educação implantada pelos jesuítas nas áreas mais habitadas do Brasil contemplava a educação formal em escalas maiores, a elite portuguesa ou seus descendentes que habitavam o Brasil naquele momento.

ii. A Educação jesuítica e a educação de crianças negras: a catequese com os filhos dos escravos

“A educação que os padres jesuítas empregaram largamente as relações escravistas de produção nas suas propriedades, utilizando os negros desafricanizados. A tentativa de escravização dos índios pelo sistema da metrópole portuguesa no Brasil esbarrou, entre outros, em dois fatores importantes: de um lado, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar, que de certa forma traficavam negros do norte da África” (Holanda, 1999, p.41)

Estas circunstâncias ressaltadas acima, levou a proibição da Igreja Católica de tomar duas medidas necessárias ao interesse da Companhia de Jesus, a primeira proibir a escravização dos índios americanos, a segunda oficializar o tráfico negreiro em escalas maiores no atlântico sul, através da bula do Papa Urbano VIII. Mesmo antes dessas medidas tomadas pela Igreja Católica, padre Manuel da Nóbrega, mencionava a metrópole portuguesa, a atividade negreira escravizada nas aldeias brasileiras, cujo trabalho consistia de ordem econômico e religioso, patrocinando pela colônia portuguesa. Nesse ponto, a Companhia de Jesus estava em perfeita sintonia com os interesses coloniais defendidos pela burguesia mercantil nas Américas. Apesar de que em meados do século XVI, as estratégias religiosas dos padres da Companhia de Jesus estava centrada na conversão dos indígenas através do aldeamento, procurando agrupar as aldeias em três condições propícias a evangelização: defesa, catequese e subsistência. Entretanto, as ações da catequese incluía o ensino religioso do catecismo para os adultos, como também para os meninos índios incluía além do catecismo o elementar de ler, escrever e contar. Já nos séculos XVII e XVIII com a chegada dos navios negreiros no Brasil, esta mesma forma de ensino foi passada para negros africanizados e filhos dos escravos, catequisados e semi instruídos pelos jesuítas nas próprias fazendas. As

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

ações educadoras eram realizadas nos colégios rudimentares, construídos nas fazendas de propriedade da Companhia de Jesus, preparando as crianças negras para a catequese. O Ratio Studiorum era o princípio educativo aplicado nas atividades pedagógicas, característica fundamental na organização do processo ensino aprendizagem fundado na concepção mnemônica do ensino. São as regras comuns aos professores das classes inferiores, suas atividades ocorriam por exercício de memorização, repetição nas aulas e recitações nas salas de aula como também aos sábados, e aulas subsequentes. Aqueles que não cumpriam essas tarefas aplicava-se a regra n. 40 da Ratio Studiorum, como dispõe, abaixo:

“A tradição que instituía a figura do corretor de castigos físicos na empresa educacional jesuítica remontava ao início da colonização do Brasil. Mem de Sá, governador-geral do Brasil, numa carta de 1560 ao Rei de Portugal, D. Sebastião, referindo-se ao processo educativo das crianças indígenas e mamelucas, escreveu: Também mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho, por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos tem, e para o meirinho (corretor) meter os moços no tronco quando fogem da escola, e para outros casos leves, com autoridade de quem os ensina (os padres jesuítas)” (Mattoso, 1978, p.35).

Desse modo, os filhos de escravos nascidos nas fazendas da Companhia de Jesus sentiram na pele a prática do sadismo pedagógico inerente ao projeto educacional desenvolvido pelos jesuítas, estavam sujeitos a punição física degradante se não cumprisse com as regras impostas pela Ratio Studiorum. Mem de Sá governador do Brasil, já mencionava este tipo de prática educativa em negros e mamelucos. Com excelência os jesuítas representaram esse princípio de obediência pela disciplina. Deixaram um legado memorável com suas reduções (aldeamentos) e doutrinas em toda o continente latino, foram os padres jesuítas com sua participação ativa que montaram o sistema colonial da coroa portuguesa, que se fundamenta sob os pilares da *plantation*, latifúndio, monocultura e produção voltada para o mercado externo. A partir da segunda metade do século XVII a Companhia de Jesus já era proprietária de muitas fazendas de cana de açúcar e gado, desse modo o trabalho escravo, nas propriedades dos missionários-fazendeiros jesuítas transformou-se na principal mão de obra utilizada nas relações sociais de produção. Considera-se que até os dias atuais nenhum teórico da ditadura do proletariado ou Estado Totalitário, chegou sequer a vislumbrar a

possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os religiosos da Companhia de Jesus.

4. Marques de Pombal e as estratégias da Colônia portuguesa

Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras, nasceu em 13 de Maio de 1699, pertencia a uma pequena e desconhecida família de nobres não portugueses. Pertenceu ao exército, foi funcionário público. Quando exerceu a função de diplomata em Viena, foi fortemente influenciado em sua formação política. Em agosto de 1750 foi nomeado ministro da Fazenda em Portugal, reformou as áreas de política, administrativa, cultural e educacional, herança do reinado de D. José I. O qual exigia do Marquês de Pombal eficiência na máquina estatal, devido possuir um conhecimento profundo dos problemas da coroa portuguesa. Também combateu com estratégias espetaculares os poderes dos jesuítas e da nobreza que ousasse ir contra as determinações do rei. Duas iniciativas são a base desta reforma empreendida por Pombal, a primeira tornar mais dinâmica a máquina administrativa, a segunda aumentar a arrecadação de taxas e impostos. Aliás, as reformas implantadas por pombal, teria como objetivo central deslocar a direção do ensino jesuítico que desde o século XVI encontrava se nas mãos da Companhia de Jesus para as mãos do Estado português e, posteriormente seguir para o Brasil, que praticamente foram dois séculos de domínio educacional nas mãos do papado.

“As reformas administrativas e políticas instituídas no governo de Marquês de Pombal da instrução pública constituem expressão altamente significativa do iluminismo português. São caracterizada em um programa pedagógico que, se por um lado, representa o reflexo das ideias que permeavam a mentalidade de alguns países da Europa, por outro, se caracteriza, nas condições da vida peninsular, motivos, preocupações e problemas tipicamente da colônia portuguesa” (Carvalho, 1978, p.25).

Na Teoria do Estado Iluminista, a nova sociedade exige um novo homem formado a partir da educação, muito difundida na maioria dos países da Europa. Onde a educação passa para as mãos do Estado Moderno e, torna se pública. Daí a extrema necessidade de mudanças de uma educação nos moldes jesuítas (privada) para uma educação pública capaz de atender as exigências desse novo momento histórico social. Teixeira Soares (1961), afirma que os jesuítas pretendiam formar o modelo de homem cristão,

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

diferentemente do homem burguês que estava em gênese na Europa. Para Pombal os reflexos do Iluminismo na educação consistia em unir Educação e Direito. Para tanto, a sociedade deve vir pautada nos valores do embutidos na visão capitalista, cujo objetivo era transformar Portugal em uma metrópole capitalista, já que estava a anos luz atrás do desenvolvimento da Inglaterra, as quais incluía de forma urgente recuperação da economia portuguesa tendo como plano de fundo a crise do antigo regime e a subida das ideias iluministas. Para colocar Portugal numa posição privilegiada em relação aos demais países europeus, era preciso direcionar na colônia que tinha mais peso econômico, no caso in tese o Brasil. Economicamente falando, com a crise que Portugal sofria por conta dos desgastes, foram muitos os que vieram para o Brasil em busca de melhoria de qualidade de vida e, pela primeira vez viu-se mais pessoas livres do que escravos residindo por aqui, ou seja a população brasileira aumentou de forma brusca, contribuindo para o crescimento vegetativo do país. A principal atividade econômica da época era a mineração, porém foram criadas outras complementares o que acabou culminando na criação do comércio interno. Com isso, Portugal aumenta a exploração sobre sua maior colônia, realizando reformas administrativas e fiscais, que multiplicaram os impostos, afim de manter a regalia da nobreza portuguesa e seus aliados. Sucessivamente as mudanças que deveriam ocorrer na maior colônia portuguesa que deveriam estar aliadas a metrópole, nele incluso a educação nos moldes da reforma pombalina, o que de fato não ocorreu. O grande entrave para a concretização desses objetivos foi a carência de professores ou homens capacitados para o exercício do magistério, ensino elementar e primário, tanto na metrópole como nas colônias. Nesse quadro contextual, Pombal pretendia ao colocar a educação nas mãos do Estado, controle da coroa portuguesa e torna automaticamente pública, afim de que fossem preservados e avultados os interesses político do Estado português. Somando com isso, é possível que a igreja papal fosse muito poderosa. Desta forma, Portugal passou a pregar algumas medidas, dentre elas estão a figura do despotismo esclarecido que Pombal passou a representar o ministério do reino de Portugal. Crucial para as transições de Educação.

i. As reformas pombalinas no Brasil e seus reflexos no Brasil

Segundo, Almeida (2000) há ênfase para importância da compreensão da instrução pública formal no Brasil colônia: a tentativa da coroa portuguesa e do governo colonial local em conter o desenvolvimento da instrução pública da população brasileira. Tal ação justificava-se, pois se pretendia reprimir a expansão do espírito nacionalista que começava a aflorar entre a população. Devido a população local discordar das explorações econômicas sociais da metrópole Portugal. Desta forma, percebeu a presença, desde muito cedo, de uma outra característica predominante da educação brasileira, a destruição e substituição das antigas propostas educacionais em favor de novas propostas. As reformas do Marquês de Pombal também atingiram a colônia brasileira, ao visar a reformulação dos serviços públicos por meio, principalmente, do combate à sonegação de impostos. Sua preocupação orientava-se no sentido de proporcionar uma unidade, um conjunto à colônia brasileira. Foi durante o seu governo que a cidade do Rio de Janeiro teve um extraordinário desenvolvimento, com destaque para seu porto e o aumento da população. A ocupação europeia em terras brasileiras restringia a uma estreita faixa do litoral nordestino, ou seja, a costa brasileira, muito embora no século XVII as expedições bandeirantes fossem comuns, mas de forma tímida. Destaque para o predomínio da agricultura rural, a economia açucareira era atividade predominante da colônia e o interesse metropolitano estava inteiramente voltado para o seu desenvolvimento, porém, é neste mesmo período que a produção de açúcar passou a sofrer forte concorrência das Antilhas, uma vez que os holandeses expulsos do Brasil passaram a produzir açúcar no Caribe, fazendo com que Portugal procurasse uma outra alternativa de economia, os metais. Já, em 1674, os paulistas sertanistas conheciam bem a área dos rincões sertanejos, destaque para Fernão Dias Paes, que direcionou outros sertanistas ao interior de Minas, posteriormente Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), abriria caminho para Goiás e Mato Grosso. É importante ressaltar que o início da descoberta do ouro ocorreu em 1693 por Antônio Rodrigues Arzão, a notícia da descoberta do ouro as metrópoles se deu por correspondência dos governadores dos reis, que logo a notícia se propagou se por toda a metrópole e por toda colônia brasileira, que logo deslocou em quantidades maciças parte da população, aumentando a população e o fenômeno de urbanização, a cada ano migravam de Portugal cerca de 10 mil pessoas por ano, no período de sessenta anos.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Como consequência desse enxame de pessoas, principalmente nas regiões das minas, houve uma catastrófica carestia e miséria. Partes do território brasileiro sofreram alteração econômica e social, o Brasil transpõe-se de uma cultura agrícola litorânea para uma descoberta e exploração no centro do Brasil cultura mineral. A cidade passou a ser o centro de sociabilidade. A coroa portuguesa combateu os descaminhos, e proibiu o clero de permanecer nas regiões das minas, com receio de que a inviolabilidade dos mosteiros possibilitasse o contrabando de minerais. A figura de Manuel Nunes Viana, rico comerciante, nascido em Portugal veio para a Bahia ainda menino, era proprietário de gado em São Francisco e estava associado aos ricos comerciantes da Bahia, representava os emboabas. A fim de combater o contrabando do ouro a coroa portuguesa havia proibido o comércio de minério entre Minas e Bahia, com exceção para o comércio de gado. Apesar de toda proibição e de altas taxas de impostos cobrados pela coroa portuguesa, o contrabando e descaminho de metais continuou, sob a liderança de Nunes Viana. Borba Gato desbravou territórios brasileiros, principalmente nas regiões de Minas e São Paulo, descobrindo jazidas nas regiões das minas (Sabarabuçu e Região das Velhas) o qual lhe rendeu várias sesmarias como também foi designado capitão mor pela coroa portuguesa em 1700, foi fundador da cidade de Sabará. Borba Gato determinou a expulsão de Nunes Viana das Minas por este encontrar-se envolvido em contrabando ou comércio ilegal, o qual não acatou com as ordens e foi apoiado pelos emboabas. Como a maior parte da população mineira constituía em emboaba, estes cercaram a região do rio das Mortes onde estavam os paulistas e índios, e exigiram sua rendição, prometendo poupar-lhes a vida. Foi o que fizeram, porém, foram massacrados vivos, por esse fato, chamados até os dias atuais de Capão da Traição. Aqueles paulistas que ainda encontravam-se em Minas foram expulsos e, conseqüentemente desbravaram em direção ao centro oeste e norte brasileiro, Goiás e Mato Grosso, onde inúmeras jazidas foram encontradas. Com as descobertas das Minas, e aumento das atividades econômicas, as regiões urbanas cresciam de forma acelerada, como também as lavouras foram se ampliando e multiplicando as atividades manufatureiras. Iniciativa na inovação do porto de Santos que ganhou notável importância como porta de entrada para produtos importados europeus. O Rio de Janeiro se beneficiou com o comércio e a construção de estradas entre Rio e Minas, beneficiando ambos lugares, já que o primeiro era o fornecedor de Minas e a principal rota de escoamento do ouro. Por outro lado, mercadores do Rio de

Janeiro, aproveitando da abertura do novo caminho, se dedicaram intensamente ao tráfico de bebidas, açúcar, ouro tendo como moeda de compra os escravos, que por outro lado contribuiu para a expansão da cultura do tabaco em Pernambuco e Bahia, em Parati no Rio de Janeiro, o engenho. Em 1763 a administração portuguesa é transferida da Bahia para o Rio de Janeiro. A coroa portuguesa extraia o máximo de cobranças de impostos nas alfândegas portuguesas e brasileiras, taxas para passagens de rios, para lojas e vendas, escravos, como o quinto diretamente incidido sobre a mineração. Apesar das reformas administrativas de Pombal em Portugal em dinamizar a economia nacional e incentivar o desenvolvimento das indústrias e das companhias de comércio, sedas, tapetes, cerâmicas, laticínios, sabão dentre outras afim de tornar o Estado português competitivo frente a Inglaterra e ao mercado internacional, e fomentar o mercado interno, suas reformas não tiveram sucesso, em virtude da pequena demanda do mercado interno e da alta procura por produtos ingleses de melhor qualidade, a indústria manufatureira era pouco desenvolvida, outrossim, as reformas não contemplaram a agricultura, não houve política para essa área. A maior colônia de exploração portuguesa estabelecia o socorro necessário a problemática administrativa devido Portugal estar a anos luz distante da industrialização inglesa, contribuindo para que a maioria das mercadorias vendidas em Minas Gerais afim de, alimentar a indústria mineral no Brasil, fossem importada da Inglaterra. Alguns comerciantes ingleses possuíam em Portugal cerca de noventa casas comerciais, os quais vendiam diretamente ou indiretamente para o Brasil seus produtos. Em contrapartida, franceses e holandeses por não terem acesso direto ao mercado português, conseguiram introduzir seus produtos a colônia através de navios brasileiros que percorriam a rota africana. Dentro desse contexto, é no século XVIII em plena crise portuguesa que Marques de Pombal adotou algumas medidas administrativas e econômicas no Brasil.

ii. Medidas administrativas e econômicas no Brasil

É no século XVIII em plena crise portuguesa que Marques de Pombal adotou algumas medidas administrativas e econômicas no Brasil as quais aparecem intrinsecamente ligadas a coroa português, suprimindo as necessidades da metrópole, afim de alavancar seu potencial econômico frente aos países europeus, em especial o reino inglês. Dentre elas, destacam se:

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

- Criação das Companhias do Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba, afim de dinamizar a exploração de riquezas e o controle comercial.
- Criação da Derrama, aumento da exploração e fiscalização do ouro e cobrança de imposto nas regiões mineiras.
- Fim do primeiro sistema de divisão territorial do Brasil, as capitánias hereditárias deveriam voltar para o controle do governo português.
- Implantação da cultura de algodão no Maranhão.
- Expulsão dos jesuítas do Brasil, anulando os do controle do sistema educacional e das missões jesuítas, aumentou o controle das áreas controladas, e confiscou terras da igreja católica.
- Implantou escolas régias sob o domínio da coroa portuguesa.

As principais medidas implantadas por Marques de Pombal por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, consistia em: instituição de aulas de gramática latina, de grego e retórica, que consistia total destruição da organização de educação jesuítica, criação do cargo de diretor de estudos o qual tinha a finalidade de um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino, introdução das aulas régias, aulas isoladas que substituiriam o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas. É de se notar que a denominação de Aulas Régias coube ao modelo educacional imposto pelo governo português na segunda metade do século XVIII em todas as colônias de exploração que estavam em seus domínios, cuja a intenção objetivava suprimir a formação religiosa e o duplo poder do qual eram investidos os professores -padres jesuítas: catequizar e instruir. A reforma educacional implantada em Portugal e nas demais colônias subordinadas ao seu domínio econômico político e social tinha como base as concepções de Luís Antônio Verny por sua obra principal *O verdadeiro Método de Estudar*, criada em 1746, que pretendia opor-se ao método implantado pelos jesuítas. A obra direcionava algumas ações, como: o ensino da língua mãe (portuguesa), secularização do ensino, criação de escolas públicas e acesso a ela pelo público português, gratuidade do ensino como medida de diminuir o índice de analfabetismo. A nova estrutura visava a prestigiar, entre outros aspectos, o ensino da língua portuguesa, a secularização do ensino, a criação de escolas públicas e gratuitas para toda a população portuguesa para que todos tivessem acesso e frequência, como medida de reduzir o analfabetismo da sociedade portuguesa. Aconselha uma transformação de

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

comportamento dos professores em relação aos seus alunos, visando a melhoria da relação professor e aluno; a universidade deve ser aberta à comunidade e aos membros da comunidade, como ouvintes. Esse método educacional foi um tipo de oposição ao método jesuíta implantada no domínio europeu há quase 200 anos. A obra de “Barbadinho” da Congregação de Itália. Causou impactos na coroa portuguesa, O conteúdo do livro está exposto em 16 cartas versando sobre a instrução pública. O mérito dessa obra reside no impacto e causou ruptura na sociedade portuguesa. Por meio dessas cartas ele deu visibilidade a sua crítica ao ensino que vigorava em Portugal, atingindo todos os níveis de instrução, bem como os métodos utilizados. Ele percebeu, com magnitude, o atraso em que se encontrava Portugal em relação as grandes nações capitalistas da Europa. Além da influência de Ribeiro Sanches, que para ele o poder da igreja católica através da Companhia de Jesus e catequese teve um valor imensurável, mas nesta conjuntura seu poder é desnecessário e prejudicial. Nesse novo modelo de educação, o Estado passa a controlar, assim como, autoridades delegadas; e professores passam a receber a titulação de funcionários estatais, secularizam e estatizam o ensino, como forma de comando e controle estatal.

iii. A função dos mestres e professores no governo de Pombal

“Como de costume o sistema das Aulas Régias pouco alterou a realidade educacional no Brasil, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais. Ao rei cabia a criação dessas aulas isoladas e a nomeação dos professores, que levavam quase um ano para a percepção de seus ordenados, arcando eles próprios com a sua despesas” (Azevedo,1976, p.315).

Percebe se duas vertentes ao caracterizar as aulas régias, no primeiro momento a oferta da educação básica, das escolas de ler, escrever e contar, ligada á necessidade de escolarização e formação de trabalhadores, porém, direcionada a todos portugueses que residiam no Brasil e aqueles que estavam dispostos a chegar neste território. Entretanto, por outro lado, a necessidade de oferecer a educação básica, intituladas ler, escrever e contar, não direcionava a classe mais popular, destinava se a um público seletivo, atendendo os interesses do Estado ambos mantinham características de discriminação e exclusão social. O Ensino que direcionava a humanidades, eram destinadas a formação

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

do quadro jurídico-militar funcionários do governo que contribuiriam com a exploração colonial.

“Em 1798 no Rio de Janeiro, resultou na soma de dois lugares para mestres de primeiras letras criados, ao passo que b pela lei de 1772 tinha-se passado para 25 mestres e um substituto, espalhados pelas várias freguesias, vilas e comarcas. Já o número de professores régios de humanidades permaneciam o mesmo, existindo, neste ano, um substituto de filosofia, um professor de retórica e um de grego” (Almeida, 2008, p.16).

Nesse sentido, houve um aumento extraordinário de professores de primeiras letras, com também o retorno dos professores religiosos ao ensino às aulas régias em contrapartida reduzindo gastos públicos. O número de professores de humanas ou outras disciplinas não aumentaram consideravelmente. Outro problema que se agravou foi a competição por alunos dado pela concorrência entre franciscanos e dominicanos, que aliciavam os melhores ou destacados alunos para suas classes, os quais acabavam catequizando e iniciando os na vida religiosa. Se um dos objetivos consistia em estender a reforma às camadas letradas ultramarinas, e de criar elites locais com uma formação europeia, advindo de um certo sentimento de pertencimento a essa tradição, assegurado pela presença portuguesa; é difícil avaliar até que ponto a reforma terá dado frutos neste sentido, sobretudo porque sua implantação deixou muito a desejar. Por outro lado, há elementos que apontam para usos não esperados e não desejados dos saberes difundidos pelas aulas régias.

Pelo Alvará Régio de 28 de Junho de 1759 criou o cargo de diretor geral dos estudos, instituiu a prestação de exames para professores e nomeou comissários destinados a fiscalizar o ensino. Apesar do novo método educacional implantado no período pombalino no Brasil, somente em 1759, ocorreu de fato o primeiro concurso para professor e, realizado em 1760, efetivamente as primeiras aulas iniciaram em 1774, sendo elas de Filosofia Racional e Moral.

Essas modificações causada pela substituição do ensino jesuíta para uma nova estrutura administrativa de ensino, de cunho político econômico, não modificou o ensino em suas bases, devido já existirem uma grande quantidade de clérigos, formados nos moldes da

pedagogia jesuíta, que não deixaram suas funções nas fazendas, nos seminários e foram recrutados para aulas régias instituídas na reforma pombalina.

iv. O Rompimento de educação na Capitania do Grão Pará e Maranhão

Historicamente a origem da capital de São Luís no Maranhão, ocorreu devido a capitania do Grão- Pará incorporar se ao chamado Estado do Maranhão no ano de 1623. Devido esse momento de incorporação governamental os paraenses insatisfeitos por estarem sofrendo perseguições tais como abuso de poder por parte do governo maranhense e conseqüentemente o autoritarismo no exercício de suas funções. Como maneira de dosar ou acabar com essa arbitrariedade, interpelaram junto a Dom João V, rei de Portugal, exigindo modificações administrativas e políticas. Atendendo o pedido e as pressões dos abastados da capitania Grão Pará, nomeou dirigentes para as duas capitanias. Contudo, essa nomeação foi alvo de intrigas, e novamente as capitanias foram reunidas, tomando como governador André Vidal de Negreiros. Em idas e vindas de transferências da capital de Belém para o Maranhão ou vice versa, impasse que só chegou ao fim em 1737, em que o governo português determinou que a capital do Maranhão retornasse definitivamente para Belém. Em 1772, de fato e de direito as reivindicações dos revoltosos paraenses foram concretizadas, as capitanias foram separadas. Despertava o interesse da metrópole sob a capitania do Grão Pará devido oferecer posição estratégica de crescimento populacional as margens dos rios e afluentes e também comercial, com o crescimento da cultura da cana de açúcar, café, cacau, tabaco e borracha. Com a Ascensão do trono Português sob a pessoa de D. José I, que nomeou Marquês de Pombal como primeiro ministro na posse de liberdades política, administrativas e econômicas em todo o reinado português e suas colônias. E afim de demarcar limites de territórios entre Portugal e Espanha, foi criada uma linha divisória ao norte do Brasil, sob a responsabilidade do irmão de marquês de pombal Francisco Xavier de Mendonça Furtado

“Implementar e assegurar essa nova politica em nome da coroa portuguesa, bem como diminuir a ação missionária das Ordens Religiosas Católica residentes na capitania defensores do não trabalho escravo dos indígenas, pois “O trabalho dos missionários católicos na Capitania paraense, foi orientada de modo a ser conseguida a conversão das

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

almas e a libertação dos índios do cativo que os colonos lhes castravam” (Cruz, 1960, p.126).

Delegada as funções de acabar com o regime e domínio dos jesuítas na parte norte do Brasil, e assim extinguir as missões substituindo por vilas e lugarejos, as quais foram escolhidos vereadores e oficiais de justiça para governar esses locais, que visava evitar possíveis reações de desobediência por parte dos índios ou religiosos, que ousassem sair do país sem autorização da coroa portuguesa. Desta forma prosseguindo no cumprimento das ordens de Marquês de Pombal, o governador Mendonça Furtado propõe ao rei de da metrópole Portugal a fundação da Companhia de Comércio com apoio dos comerciantes do Pará e Maranhão. Ainda quanto as estratégias da coroa portuguesa, estabeleceu os limites entre Grão Pará e Maranhão, fundou a capitania do Rio Negro estabeleceu limites entre Pará com o Amazonas, além de cercar as propriedades ainda sob juízo dos jesuítas, saqueando-as, enriquecendo a coroa portuguesa, combateu ainda a educação jesuíta e seus ensinamentos expulsando mestres, professores, capelães, apesar de serem os únicos a instruírem o norte do Brasil, contribuindo para a regressão do ensino nessa colônia portuguesa, tanto daqueles destinados as elites coloniais, como daqueles implantados em lugares longínquos distantes dos grandes centros mais desenvolvidos econômico e socialmente.

O modelo imposto por Marques de Pombal as capitanias brasileiras, em destaque a do Grão Pará causou gigantescos transtornos, até irreparáveis, na medida que o ensino jesuítico trazia uma proposta educacional que já fora implantada por mais de dois séculos, o que foi bruscamente atropelada, sendo de fato substituída anos mais tarde, e quando realmente implantada trouxe um atraso educacional. Muitas das ações estratégicas de Pombal foram direcionadas ao trabalho braçal da Amazônia e castramento de sua língua de origem; criou a Vila Pombalina com o objetivo de controlar o povo indígena econômica e socialmente, já que existiam duas escolas dentro da vila, uma escola para as meninas e outra para os meninos e todos estavam proibidos de falar qualquer língua indígena. Além disso, ele criou aulas régias de latim, grego e retórica, cada aula era dirigida por um único professor e nenhuma tinha ligação com a outra. O problema era que Pombal queria educar para que estas pessoas pudessem ajudar nos interesses do estado, mas ele não tinha a mínima ideia do que estava fazendo. Foi que

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

no ano de 1798, através da Carta Régia de D. Maria I, os índios passaram a serem integrados na sociedade, suas aldeias foram transformadas em vilas e eles podiam casar-se com portugueses. Dessa forma não vingou as estratégias quanto a quebra de ensino na Capitania Grão Pará e Maranhão.

Assim, constata-se que, de forma geral, no Brasil, não existe um prolongamento inovador nas propostas educacionais implantadas por Pombal, e muito menos na evolução de aprendizagem. A expulsão dos jesuítas e a total destruição de seu projeto educacional podem ser consideradas como o marco inicial dessa peculiaridade tão arraigada na educação brasileira. As escolas foram fechadas e foi realizada uma verdadeira reforma na educação brasileira. Pombal revolucionou o Brasil com as capitânicas hereditárias, aumentou a cobrança de impostos e aumentou o comércio, que culminou com a inconfidência mineira, também incluso nos planos de Marques de Pombal aproveitar e centralizar o poder, para isso expulsou os jesuítas que moravam por aqui, e conseqüentemente mandou fechar os colégios. Os jesuítas foram acusados de traição, ou foram queimados em praça pública, ou mandados para Lisboa. Tal espírito antijesuítico foi expresso, em última análise, na atribuição à Companhia de Jesus como detentora de todos os males da educação ocorrido na metrópole e na colônia brasileira. Quando o rei de Portugal morreu e foi substituído por D. Maria I e, Pombal apesar de todo empenho em direcionar a economia da metrópole através da educação, teve um fim trágico, foi condenado a execução, porém, não foi executado devido a sua idade avançada.

v. Legislação Imperial consagra as elites

Quanto a legislação do ensino, o governo imperial trouxe excessos grotescos a nível educacional, já que a economia de leis retardaria a organização do sistema escolar. No aspecto nacional, apesar do controle da metrópole, o ensino brasileiro pouco evoluiu. Com a implantação do ensino superior, ocorreu pequenas reformas, que dispuseram sobre a escola das primeiras letras, por definir a divisão de competência entre governo central e províncias brasileiras. No aspecto do ensino elementar e secundário, não houve de fato, um benefício as classes mais pobres. Apesar que todo modelo da corte impunha a maioria da província a exigência de exames preparatórios para o exercício do

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

magistério, entretanto, a maior parte das províncias eram precárias de intelectuais, afim de assumirem a cadeira de mestres ou professores. O Ensino Secundário no Colégio Pedro II como modelo de ensino, abastecia apenas a formação das elite agraria, escravista e matriarcal, com um modelo baseado na cultura europeia industrializada incorporando ciências experimentais, implantação de currículo de sete anos variando entre humanidades ou às ciências, dentro do conjunto erudito verbalista, entretanto, em outros lugares do Brasil, esse modelo não se efetivou de fato, outrossim, o ensino elementar, seja ele, no Rio de Janeiro ou na província mais pobre, mantinha a mesma fisionomia conjuntural da Escola de Primeiras Letras do Decreto de 1827. Com inúmeros gargalos a se resolver na educação imperial; nesse sentido, inúmeros projetos foram apresentados ao parlamento nacional, afim de mitigar problemas como a falta de recursos financeiros das províncias, a necessidade da obrigatoriedade e gratuidade do ensino público. Contudo, anos mais tarde foi implantada a Reforma Couto Ferraz ou Regimento de 1854, que contemplou os anseios populares da gratuidade e obrigatoriedade do Ensino Público e criava as classes especiais para adultos, porém, vetava o acesso de escravos ao ensino público. Intimamente ligado ao problema da difusão de ensino de primeiras letras, encontravam se, a qualidade do profissional da educação, ou seja, a formação dos professores. Já que a Lei de 15 de Outubro de 1827, faz referência a vitaliciedade do cargo de professores e mestres; também, faz menção a oportunidades de capacitação a curto prazo, aqueles de exercem a docência, mas, não dispõe de cursos de magistério. Porém, sem apoio financeiro do Império, todo o processo de capacitação do ensino do magistério aconteceria nas escolas normais. As primeiras escolas normais foram criadas nas províncias da Bahia e do Rio de Janeiro na década de 1830, porém seus resultados foram poucos promissores, na capital Rio de Janeiro foram instituídas duas escolas normais, uma para cada sexo, transformada em 1881 na Escola Normal oficial, a qual deu inicio a outras escolas normais. O Ensino nas Escolas Normais abrangiam, o ensino secundário, literário, disciplinas relacionadas a função de docente. Porém, nas escolas mantidas pelo poder central, essas matérias pretendiam se as áreas de Direito, Economia Doméstica, Agricultura e Pedagogia. Entretanto, algumas dificuldades foram encontradas, encontrar docentes qualificados afim de administrar essas disciplinas. A Constituição Federal de 1824 ou Lei Saraiva, apesar de introduzir as eleições diretas e o direito de votar ser estendido aos alfabetizados, maquiava, a verdade sobre o domínio da monarquia parlamentar, como

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

garantia de controle do poder real pelo Parlamento Nacional, constituído como expressão e representação exclusiva da classe senhorial. Já que o critério das eleições diretas afastava a possibilidade de participação política de ascendentes de camadas médias, urbanas, comerciantes, é imprescindível levar em consideração, que estas classes de pessoas viviam longe dos bancos mais elevados das escolas. Por outro lado, Para condição de alistamento eleitoral, exigia-se o domínio da leitura, o que restringia o voto popular. O direito de garantia da aquisição da cidadania.

Destaquemos abaixo, algumas legislações que marcaram a forma de último império brasileiro(1822-1889):

- Em primeiro de Março de 1823, foi criada na capital do Império, uma escola que de trabalhou o método Lancaster, onde haveria um professor por escola, para cada grupo de dez alunos, existiria um aluno mais dotado que deveria ser treinado para disseminar o conhecimento aos demais.
- No art. 179 da Constituição Federal de 1824, estabeleceu que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos;
- Em 1827 foi instituída criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e escolas para meninas nas escolas mais populosas;
- Em 1854 O ensino primário foi dividido em elementar e superior.

5. O Período Getulista

“De forma rápida o capitalismo industrial no Brasil, a Revolução de 30 acabou por representar, determinando consequências e o aparecimento de novas exigências educacionais. Se anteriormente, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado” (Romanelli, 1999, p.59).

Até a década de 20, a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os estratos que detinham o poder econômico e político eram predominante, as camadas sociais de classe média que lutavam pela ascensão social,

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

prestígio e integração dominantes. Nesta sociedade elitista não estava presente a função educadora nos moldes primários e médio, por isso, não receberam tratamento das entidades estatais. As escolas de educação média, eram ofertadas por escolas de iniciativa privada. Porém, em todo o mundo ocidental a década de 30 passa a ser marcada pelo início de uma tomada de poder geopolítico de algumas nações europeias, em seus campos ideológicos político, econômico e social o que passa a ter reflexos de forma determinante na área educacional. De um lado avista se o stalinismo na antiga União das Republicas Socialistas Soviéticas, do outro o fascismo na Itália e de forma emergente a chegada do nazismo na Alemanha. Nesse contexto de novas informações e influencias, o Brasil apresenta uma nova roupagem no campo político, tomando como líder Luiz Carlos Prestes, *o cavaleiro da esperança* e Plínio Salgado que contava com o apoio da igreja católica. Toda essa divisão no campo político são bases para novas ideias no aspecto educacional. Divididos em grupos, liberais, socialistas e comunistas, alguns deles associados no movimento conhecido como Escola Nova. No Governo Vargas as diretrizes seguidas serão relacionadas ao mundo do trabalho, conciliações entre trabalhadores, sindicatos tendo como origem as relações trabalhistas. É possível que na década de 20 os ideais educacionais foram agrupados em duas tendências, as quais foram elencadas acima, porém, é de significativa importância reforçar, de um lado o pensamento conservador, relacionado ao domínio católico, que condenava as ideias de laicização do ensino e democratização da escola, reunidos em torno de um projeto conservador. As divergências de reivindicações expostas pelos grupos rivais agrupavam se em torno da obrigatoriedade do ensino elementar, gratuidade do ensino, currículo laico e coeducação de sexos. Já na década de 30 juntam se alguns pensadores e educadores brasileiros tendo como objetivo oferecer subsídios educacionais para o novo projeto educativo do Brasil realizam *a IV Conferência Nacional do Ensino*; a qual a proposta central compreendia que todos os brasileiros desde o ensino fundamental até o segundo grau participassem da obrigatoriedade e gratuidade da escola pública, assim como tornar aberta a todas as religiões sem domínio de uma religião dominante, mas sim igualitária, nesse grupo encontravam se Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Paschoal Leme. Como intelectuais elitistas, o documento apresentado não foge a regra conservadora, desta forma o redator do manifesto toma posição, que ressalta como noção de democracia tomando corpo na escola que formasse

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

indivíduos com a devida competência para a mobilidade e Ascensão social, daí ela tornar se pública.

O pensamento genericamente liberal, que propunha mudanças qualitativas e quantitativas para o ensino público, elaboradas em Conferências Nacionais da Associação Brasileira de Educação nos finais da década. A indicação de Francisco Campos para a pasta de Educação no governo Vargas, tem como apoio a igreja católica representado por Tristão de Ataíde, estratégia inovadora progressista de Getúlio Vargas. Na via de que o ensino laico não prevaleceu e rebaixou se a sobreposição do ensino religioso, no ensino primário, não foi contemplado em suas mudanças, Francisco Campos trabalhava com mudanças educacionais direcionadas ao ensino secundário e superior, já que o Brasil passava por um período de formação industrial, e adotou o modelo econômico nacional desenvolvimentista.

Nos relatos da história da educação alguns pensadores na área da educação ou filósofos consideram que a reforma educacional proposta na década de 30 apesar de seu caráter inovador na organização nacional, estabelecidas a frente de seu tempo, refletem quanto as necessidades de adequar a nação brasileira ao sistema capitalista imposto pelos países desenvolvidos, tendo como objetivo alavancar a economia brasileira, é nesse momento que há uma prioridade a ser trabalhada no sistema educacional, a educação secundária profissionalizante e o ensino superior. Nesse sentido a educação formalizada no projeto nacional da educação getulista não toma como base a propositura do contexto histórico e de suas realidades sociais necessárias a uma alternativa de mudança no campo sócio educacional de uma articulação de cunho pedagógico que provoque uma verdadeira revolução.

Por outro lado, Francisco Campos diz que a finalidade do ensino secundário, é de fato, mais ampla do que costuma atribuir. Isto é, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação para os candidatos ao ensino superior, desprezando assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar soluções

adequadas. A reforma criou uma situação muito diferente da que existia em relação ao ensino secundário. Nesse sentido, estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental com a duração de cinco anos e outro complementar, com dois anos de duração e a exigência de habilitação nesses ciclos para o ingresso no ensino superior. Ainda, criou a inspeção federal e equiparou todos os estabelecimentos de ensino secundários oficiais ao Colégio Pedro II, dando a mesma oportunidade aos colégios secundários particulares, desde que se sujeitassem à inspeção federal recém-criada. Para isso, criou a carreira de inspetor de ensino; estabeleceu normas para o exercício da atividade docente e seu registro junto ao Ministério da Educação. No entanto, algumas questões devem ser digeridas quanto a não contemplação na reforma educacional, dentre elas estão: a qualificação dos professores.

6. O Manifesto dos Pioneiros da Educação

A princípio expõe se abaixo algumas proposta de elaboração ao Sistema Educacional getulista e de diretrizes do “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - A reconstrução educacional no Brasil:*

I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

- a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e em leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

- c) O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos, gratuita e obrigatória.

II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo, destinada pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum (3 anos), as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preferência manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessidade variedade de tipos e escolas: de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); De transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos municípios.

VII. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino que cooperarão com o Estado, na obra de educação e cultura, já com função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabelecidas em leis ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.

O Manifesto defende o rompimento com as velhas práticas da estrutura educacional, afastando formalmente os interesses das classes dominantes econômico e social, assumindo feição mais humana na condição de trocas entre hierarquia democrática por hierarquia das capacidades organizando esses fundamentos coletivamente. Abrindo um

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

leque de oportunidades igualitárias no Sistema Educacional brasileiro, cujo objetivo central se concentra no desenvolvimento natural e integral de cada brasileiro que tem interesse em frequentar a escola, respeitando cada degrau de seu desenvolvimento.

“O manifesto dos intelectuais mostra-se, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O desejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação ocorrida em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à frente do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo” (Saviani, 2004, p.34).

Para Saviani, as reivindicações propostas pelo Manifesto dos Pioneiros, são consideradas como marco nacional, na área da Educação pública brasileira contemplando a todos, e consagrando formalmente, mesmo que as legislações que a contemplem venham tardiamente, fomentando o debate em torno da democratização e educação pública. Mesmo hoje, em pleno século XXI, estudiosos da educação buscam inspirar se nos temas dos Pioneiros da Educação, pois, as reivindicações proposta por essa gama de estudiosos da educação romperam com a velha estrutura educacional, destrinchando os interesses de classes sociais mais elevadas, determinando uma nova conjuntura onde a condição econômica e social do sujeito não é o maior valor que pode direcionar a educação, e sim a coletividade, a educação in tese tem como objetivo central alargar para além dos limites de classes, assumindo uma postura de resgate do homem, como função social, com o fim de formar uma hierarquia de atores capacitados com oportunidades iguais de educação, bem fundamentadas no aspecto da organização e desenvolver meios de ações com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral de cada pessoa em cada uma de suas etapas na evolução educacional. Assim todos os brasileiros na sua diversidade de níveis educacional tem contemplados o direito a educação de forma livre, de caráter biológico e uniformidade educativa, isto é, contemplar a multiplicidade presente quando se comparam com outros nacionais, afim de que a educação se torne mais eficaz para todos, toma se como base o principio de que o Estado assuma a sua organização. Para os autores do *Manifesto da Educação Nova* a organização de um regime escolar, seria a harmonia com os direitos do indivíduo, sobre

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

as bases da unificação do ensino baseadas nos princípios da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade como dever de suprimento do Estado, como política educacional, a ser implantada em âmbito nacional. Compreendendo que o fim da educação era favorecer a socialização das futuras gerações adaptadas ao meio social pelo desenvolvimento de suas aptidões naturais de interesses individuais, independente de origem de classe, os manifestantes da educação afirmavam a necessidade de substituir a escola estabelecida por privilégios de classe pela escola de capacidades. Por isso, os princípios da educação ativa seriam a base metodológica de ensino a ser aplicada. Por meio da metodologia implantada a escola passaria a pertencer a uma pequena comunidade, em que as funções cabíveis a esta seria regulação da vida em sociedade. Na educação da escola nova estava disposta a servir aos interesses do atores envolvidos ou seja, a interação entre escola e meio social, favorecendo nas suas ações as atividades espontâneas, as quais levariam a uma relação saudável entre escola e sociedade ou meio social, satisfazendo as necessidades do indivíduo contrapondo se a metodologia da Escola Tradicional cuja tendência é passiva, intelectualista, burguesa e verbalista. No manifesto estavam propostos a defesa da escola pública, construindo um sistema de educação nacional pública abrangendo os níveis primários, secundários e superior. Mesmo em condições de inferioridade econômica, escola comum ou única. Acreditavam os pioneiros que a nova política educacional poderia romper tão somente com a formação literária imposta ao ensino brasileiro, dando-lhe um caráter científico e técnico, orientados a produção, ao valor social sem contudo negar os valores culturais e a literatura, pelo contrário enaltecendo-os. Portanto, o grito dos manifestantes dos chamados Pioneiros da Educação, constituiu-se no projeto de reconstrução educacional do Brasil, que tem como bandeiras de que a educação é um direito de todos brasileiros, e cabe ao Estado o papel de promovê-lo. Qualquer pessoa tem o direito de ser educado até onde permitem suas aptidões naturais, sem determinação das razões de ordem econômica e social do indivíduo. Em contrapartida, a educação tradicional traz consequências determinantes na condição econômica e social da pessoa. Desta forma, os pioneiros eram favoráveis a uma educação democrática. Nesse aspecto Anysio Teixeira e Dewey compartilhavam das mesmas ideias, consideravam o ser humano como cidadão ativo e participante no seu grupo social, pois, a cidadania é o processo de participação do homem nos destinos da sociedade, do qual o indivíduo exercerá conscientemente seus direitos e deveres na sociedade em que está inserido, todo esse processo na construção da cidadania leva a

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

tornar o homem cidadão, sempre interagindo com outros seres humanos, é o viver em sociedade. A Escola propõe tal exercício coletivo e individual e, deve proporcionar uma ambiente propício para tal evolução humana.

Essas reivindicações estabelecidas no manifesto de 1931, foram timidamente atendidas na Constituição Federal de 1934, já que de 1930 a 1934 o governo getulista constituía em uma administração provisória, no terreno da educação cria-se o Ministério da Educação e da Saúde Pública e como também o Conselho Nacional de Educação pelo Decreto nº 19.850 de 11 de Abril de 1931 aparelho federal que trata do Sistema Educacional Brasileiro, algumas reformas no Ensino Secundário e Superior foram atendidas vigorando a partir do Decreto 19.851 de 11 de Abril de 1931 e Decreto 19.450 e 21.241, de 14 de abril de 1931, que consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário, muito embora as disposições elencadas através dos decretos fossem advindas de uma nova situação social econômica vivenciada na década de 30, a qual toma corpo com a função e ação do próprio dever do Estado, enquanto caminha mesmo a passos lentos no processo de uma educação pública, ainda que seu predomínio maior seja as classes mais elevadas economicamente, aliás, a baixa demanda é fruto de que na economia brasileira prevalece o setor agrário associada a baixa densidade demográfica da população brasileira e a crescente urbanização nacional. Cabe também, fazer menção a rigidez do currículo enciclopédico aliado ao sistema castrense de critérios das avaliações dos estudos criados na reforma da década de 30-34, processo brusco e seletivo.

7. Gênese das Legislações educacionais (década de 30 a 1946)

É possível mencionar aqui, alguns artigos comentados relacionados ao *Manifesto dos Pioneiros*, formalizados através da Constituição Federal de 1934.

- O art. 5º. Ressalta que é responsabilidade do governo federal a elaboração de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).
- É criado Conselho Nacional de Educação com o fim de elaborar o Plano Nacional de Educação PNE, aprovado pelo poder legislativo.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

- O Art. 150. Ressalta a competência da União em fixar, coordenar e fiscalizar o PNE-Plano Nacional de Educação que deve compreender todos os graus de ensino.
- Art. 150. Organizar e manter nos territórios sistemas educativos apropriados.
- Art. 150. Manter no Distrito Federal e ensino secundário, complementar e superior.
- Art. 156. Financiamento da Educação: União e Municípios aplicar 10% na Educação e Estados e Distrito Federal nunca menos de 20%. Na zona Rural a União deve investir 20%.
- Art. 146. A Educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e poder público. Finalidade desenvolvimento da solidariedade humana.
- O Ensino primário deve ser gratuito e de frequência obrigatória e, estendido a todas as faixas etárias. Universalidade na Educação.
- É reconhecido as escolas particulares de ensino. Obrigatório a estabilidade dos professores e remuneração condigna.
- Idioma oficial português obrigatório nas instituições educacionais particulares.
- Art. 158. Para cargos de magistérios deverão ser preenchidos com concursos de provas e títulos. Momento em que os professores passam a exercer cargos de funcionários públicos.

“Com o artigo 130 da carta magna o Estado Novo forneceu indícios de não desejar inserir os recursos públicos provindos dos impostos para a democratização das oportunidades de educação para a população. Pelo contrário, deixou transparecer a intenção seguinte: os mais ricos, diretamente, deveriam financiar a educação dos mais pobres. Assim a escola pública paga e o donativo obrigatório através da caixa escolar” (Ghirraldelli Jr, 2003, p.83).

A Constituição Federal de 1937 dedica sete artigos e incisos intitulados Da Educação e da Cultura, destacaremos alguns comentários, abaixo:

- Art. 128. A União continua com a obrigação de contribuir direta e indiretamente com o ensino, porém, abre precedente para associações e particulares.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

- Art. 130. Continua a gratuidade e obrigação do poder público quanto ao ensino. E abre precedente para ajuda aos necessitados financeiramente por ocasião da matrícula.
- Art. 132. O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção as fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a preparar ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.
- Art. 131. A Educação Física, o ensino cívico e de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses órgãos ser autorizadas ou reconhecidas sem que satisfaça aquela exigência.
- Art. 133. O Ensino religioso continua como facultativo, porém, é estendido até o ensino secundário.

Na Constituição Federal de 1937 ou Constituição polaca, respalda alguns direitos educacionais garantidos na Constituição de 1934, outros são abolidos, dentre eles tem-se o desaparecimento de um Plano Nacional de Educação-PNE, muito importante na efetivação das políticas educacionais da nação brasileira. Nesse momento a União passa a ajudar financeiramente a classe menos favorecida socialmente. Os olhos do governo estão centrados na educação profissional ou profissionalizante, que no período subsequente cria o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Social, fomentando a industrialização do sistema capitalista presente nos maiores nos centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina entre outros. Na forma de organização o ensino técnico nos seus três eixos seguia o padrão adotado para o ensino secundário: ginásio técnico (4 anos) e colégio técnico (3 anos). Não obstante como já ocorrera com a reforma do ensino secundário, também no ensino técnico, a tônica era a brusca organização dos diferentes ramos e a permanência de certos anacronismos que advinham do período colonial e foram mantidos pela reforma Francisco Campos.

A criação de um sistema educacional com diferentes níveis de ensino, que previa o dever do Estado de prover a educação em todos os níveis, ocorreu sob a iniciativa do

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Deputado Januário da Cunha Barbosa em 1827. Desde o Ato Adicional em 1834, o ensino primário brasileiro ficou sob a responsabilidade dos governos regionais, não havia uma política federal relacionada ao assunto, foram basicamente cem anos de anistia federal. A década de 40 no Brasil não trouxe muitas contribuições quanto a educação pública em seus vários níveis, este período foi marcado pela formação de um governo que direcionava a educação por decretos sob o governo do Estado Novo, na autoridade do Ministro da Educação Gustavo Capanema, o que de certa forma o eximia da responsabilidade do ensino público. A partir de 1945 no governo provisório foram criadas as leis orgânicas direcionadas ao Ensino Primário, Normal, Agrícola, e criação do SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. O ingresso no curso secundário se daria por exame de admissão, diminuindo seu tempo para quatro anos. As escolas secundárias nacionais sempre foram de aspectos preparatórios, por exemplo quem frequentasse as escolas secundárias seriam preparadas para o ensino técnico ou viver e trabalhar sempre no campo produtivo ou ensino superior. Ou seja, a clientela se diferenciava com também os objetivos. Retrocesso em termos de direitos sociais.

A Constituição Federal brasileira de 1946 nos termos do artigo 5º, inciso XV, volta a integrar o texto Constitucional, dispositivo presente na Constituição Federal de 1934, e que fora revogado pela Carta do Estado Novo, afirma ser competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. É nesse período que tem vigência o texto constitucional nos períodos de 1946 a 1967, no qual o Brasil passa por um surto de contínuo desenvolvimento industrial. Portanto, no seu artigo 168, faz menção aos seguintes princípios educacionais:

- I – O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II – O ensino primário oficial é gratuito para todos, o ensino ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III – As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e os filhos destes;
- IV – As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem para seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

De acordo com Romanelli (1999), a criação do ensino primário supletivo foi fundamental para a diminuição das taxas de analfabetismo ao longo das décadas de 40 e 50 do século XX. Mas este não é o único aspecto positivo da reforma do ensino primário. O clima de liberdade e de livre expressão do pensamento, que provêm com o fim da ditadura Vargas, acabou por favorecer uma reforma do ensino primário mais adequada à realidade brasileira e aos anseios dos educadores, porque resgatou boa parte das ideias pedagógicas presentes no “Manifesto dos Pioneiros”. Assim é que o ensino primário, deveria orientar-se segundo alguns princípios básicos; Para que esses princípios pudessem ser alcançados, os artigos 39 e 41 do Decreto-lei estabeleciam a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Os artigos 24 e 25 previam a descentralização desse mesmo nível de ensino. Obrigatoriedade, gratuidade e descentralização os quais consistiam em princípios caros aos “pioneiros pela educação nova”. A consistência do artigo 25 determinava a competência das unidades federativas Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal de organizar seus sistemas de ensino, estabelecidos as devidas providências e, planejamento educacional revisado anualmente, a rede escolar primária deriam obedecer esse planejamento, para que ocorresse a eficácia da obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, princípios vigentes no manifesto da educação nova.

Apesar de todas as boas intenções do governo, explicitadas através da legislação educacional direcionado ao ensino primário, a realidade se mostrava inadequada para sua aplicação. Entretanto, as distancias entre passado é mais aparente que real, no âmbito da educação escolarizada. Assim, a Revolução ocorrida no Brasil na década de 30 contribuiu para incentivar nas mudanças educacionais, pois, o modelo de produção capitalista obrigou o país a investir no ensino. Contribuído para a fomentação do capitalismo competitivo, ao mesmo tempo em que demandou num capital humano especializado. Daí a criação em 1931 do Ministério da Educação e Saúde. Este período foi a gênese para reformas nas legislações educacionais futuras e sucessivos debates em torno dela. Logo em seguida foi estruturado o Plano Nacional de Educação.

8. Um Grande Líder – “Inovar é preciso” Anísio Teixeira

Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira foi pioneiro na implantação de escolas públicas em todos os níveis no Brasil, na sua visão de educador refletiam o objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Nascido na cidade de Caetité, figura entre os principais pensadores brasileiros das ciências humanas, ressalta se que nas políticas educacionais públicas e na teoria pedagógica pode ser comparado a Paulo Freire. Estudou em colégio jesuítas, o qual quase se tornou um jesuíta, posteriormente cursou ciências jurídicas no Rio de Janeiro, em 1924, depois de formado, assumiu a cadeira de inspetor geral na Bahia. Graças a industrialização e a crescente urbanização ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, assumiu o debate nas artes e nas ciências, o qual lhe causava constantes inquietações. Nesse mesmo período, procurou realizar longas viagens a Bélgica, Espanha, Itália e França, afim de acompanhar e analisar as reformas educacionais daqueles países, que iriam contribuir para que se montasse sua cartografia de mudanças educacionais brasileiras; passando seis meses na Universidade de Sourbone na França, trouxe para Bahia novidades na área de administração escolar e métodos didáticos de alfabetização, quebrando aos poucos a burocracia estatal, posteriormente, aguçado pela procura de novos métodos educacionais, viaja para os Estados Unidos da América (USA) matricula-se na universidade de Columbia, e passa a estudar os métodos de educação americana, da qual depara com duas realidades distintas, a diferença estrutural socioeconômica da educação norte americana em contrapartida a latino americana. Nesse sentido, Anísio Teixeira como teórico preocupava se em defender suas ideias, muitas delas inspiradas na filosofia e na teoria da educação de John Dewey(1852-1952), da qual tomou conhecimento em 1927. O teórico, propôs uma alternativa para solucionar um problema que permeava seu próprio pensamento acerca da educação brasileira e sua deformada formação religiosa, marcadas de forma impactante pelas teorias sociais educacionais e filosofia clássica. Portanto, o escolanovismo que surgiu no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, teve como base a oposição aos métodos tradicionais de ensino em prol de uma nova maneira de pensar a educação. Nesse mesmo período, o sistema educacional brasileiro passava inumeros problemas educacionais, haja visto, a educação brasileira estar permeada pelo sistema europeu, fechado e tradicional. Como também o próprio sistema brasileiro estar desprovido de

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

um ideal próprio, ou seja sua identidade. Dewey apoiava suas ideias a partir da criação de um sujeito com liberdade, o qual daria maior contribuição a coletividade. Nesse sentido, Anysio apoiando o ideário de Dawey compreendia que a escola deveria ser o agente de continua transformação e reconstrução social, colaboradora na constante reflexão e revisão social frente a dinâmica de uma sociedade em ebulição democrática, cultural e utilitarista em ideias educativas.

A Educação escolar de todos os povos refletiu, mais ou menos, a fase nova da humanidade. Foram revistos programas e cursos. Tudo entrou na ebulição dos nossos dias. Os planos de reconstrução escolar, salvo o de países novos, como os Estados Unidos, que receberam a nova civilização, e em grande parte a criaram, sem quase passar pelos estágios anteriores, foram planos de transação, de acordos, de arranjos laboriosos entre as novas exigências do tempo e as tradições arraigadas de séculos.

Historicamente ao passarmos pela análise dos sistemas educacionais, outrora vivenciados na Europa e Estados Unidos da América percebe uma longa distância entre os dois, pois a Europa, apesar de toda envergadura para o tradicionalismo, ela é a mãe no ocidente da educação moderna, é a partir dela, que educadores, filósofos na área educacional se inspiram para criar ou inovar em um novo método. Todavia a educação americana nos moldes de Dewey, ou dos pensadores que inspiram Anysio Teixeira, é uma educação inovadora, já que os Estados Unidos como país anglo saxão, cujo interesse da metrópole consistia em povoar e desenvolver o lugar, isto é, abastecer os próprios habitantes, diferentemente de outros países Latino Americanos, que passaram pelo processo de colonização de exploração nos quais a metrópole passou a interessar em explorar de forma selvagem os recursos econômicos e sociais das antigas colônias e levar todo o lucro para seu país de origem. Ou seja, o sistema educacional é castrense inspirado no fator econômico burocrático dissociado do valor social. Para Anysio, a escola americana preenche uma sociedade nos moldes sociais, ou seja, prepara e inseri o homem na vida familiar, social e laborativa, para ele, preparação é tomar o indivíduo, é organizar, sistematizar de modo que este seja inserido na sociedade como sujeito de direitos e deveres e que contribua com a economia do seu país. Para o educador a educação americana também se destaca do modelo europeu por trazer um novo espírito, mais útil, mais prático, que vão em direção as necessidades da almejada democracia,

dai, a educação americana para a representar um sistema de ensino condicionado as novas exigências distanciando de um modelo europeu, superando aquele sistema de ensino clássico-literário e erudito que nada solucionava os problemas diários do ser humano.

9. Utopia de uma sociedade mais Justa

Sobre a ótica do liberalismo como princípios de justiça social, os argumentos do liberalismo sobre unidade social e pluralidade compartilhada direcionada a um cidadão que convive em uma sociedade democrática como pessoa digna de liberdade e igualdade. Nesse caso, a cooperação dinâmica e o conjunto social, condicionam para que os talentos dos indivíduos se aprimoram sob as condições favoráveis que passam a surgir em várias sociedades. De forma complementar se forma o aperfeiçoamento das faculdades do homem, que exigem atividades e as quais são apropriadas e coordenadas pelo Estado Liberal. A união social atua como medida instrumental, a partir de inúmeros trabalhos pedagógicos que se relacionam, afim de desenvolver aptidões que estão aflorando em cada indivíduo. A educação sob a perspectiva social e institucional, sob a ótica de Dewey é determinante para o desenvolvimento do sujeito, cabe ao Estado o papel de fomenta-lo.

“Pôr em prática ideias novas sobre educação, ideias destinadas a criar uma nova sociedade, dependia, da ação dos estados existentes. O movimento a favor das idéias democráticas tornou-se inevitavelmente formas de divulgação de campanha para a criação de escolas públicas” (Dewey.1930 *cit. in* Teixeira. 1969a, p.48).

Para o educador o conhecimento das diferentes realidades escolares poderia dar início a uma sociedade mais justa e igualitária. E diante disso a figura do professor contribuiria de forma definitiva, pois, formava o homem e permitiria sua relação com o mundo. Em 1961, Anysio Teixeira foi responsável, pela inauguração da “Escola Integral ou Escola Parque” intitulada Centro Educacional Carneiro Ribeiro no Estado da Bahia, a escola primária seria dividida em dois setores, o da instrução, e o da antiga escola de letras, e o da educação, propriamente dita, ou seja da educação ativa. No setor de instrução, aconteceria as atividades de classe, o ensino de leitura, escrita e matemática e ciências

sociais, e no setor de educação ocorreria as atividades socializantes, educação artística, trabalho manual, artes industriais e educação física. Para Anysio não bastava dar acesso aos alunos à escola, era necessário formar para o trabalho e para a sociedade. Era imprescindível dar as mínimas condições de alimentação e saúde, acesso ao esporte, cultura e lazer. E para que essas atividades se tornassem realidade, era preciso que funcionasse em tempo integral. Foi nesta escola que iniciou o método de alfabetização de Iracema Meireles, que ensina as crianças a codificar a leitura por meio de atividades lúdicas e criadoras. Anysio era um cientificista pertencente a concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre as outras formas de compreensão humana da realidade (religião, filosofia, metafísica etc), por ser a única capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo. Apesar de ser um profissional de cunho público ajudando a gerar a máquina para mover a educação, seus objetivos quanto a administração escolar poderia ser equiparada à administração de empresa. Em educação o alvo supremo é o educando, a que tudo mais está subordinado, de forma que na empresa, o alvo maior é o produto material, a que tudo mais está subordinado.

10. Cidadania no método de Anísio Teixeira

O conceito social de educação significa que, cuide a escola de interesses vocacionais ou interesses especiais de qualquer sorte, ela não será educativa se não utilizar esses interesses como meios para a participação em todos os interesses da sociedade. “Cultura ou utilitarismo serão ideais educativos quando constituírem processo para uma plena e generosa participação na vida social” (Teixeira, 1930, p. 88-89). Para Anysio Teixeira a escola tem o papel de formador, isto é, uma vez que o homem esteja inserido na escola, cabe a ela assistir na formação do novo homem moderno industrializado, em direção ao progresso. Cabe a escola na contínua transformação e reconstrução social, a qual colabora nesta ação, frente a dinâmica e mobilidade social democrata. Portanto, para Teixeira, formar o cidadão social é formar um cidadão democrático, advindo de uma educação nos moldes democráticos. Tendo como princípio que cidadania é participação do indivíduo nos destinos da sociedade, na qual o indivíduo exercerá seus direitos e deveres com responsabilidade e consciência social, a educação é pensada por Anísio Teixeira como processo para formar cidadãos, indivíduos aptos a viver de forma plena -

individual, política e socialmente. Percebe-se, então, que a educação escolar para Anísio Teixeira, assim como para Dewey, que considera o homem enquanto cidadão ativo e participativo no seu grupo social, tema que remete ao desenvolvimento da cidadania, por meio da educação no seu grupo social. Nos moldes da Democracia, a cidadania, é a construção pela tomada de consciência da coletividade, ou seja, ela não nasce da simples espontaneidade. Característica marcante da cidadania implica em direitos e deveres em determinado grupo social. Para ele o verdadeiro cidadão é aquele que tem consciência que é um cidadão participativo e assumindo responsabilidade na sociedade em que está inserido ou faz parte. A escola é intitulada para Anísio como a “micro-sociedade”, onde nela e dentro dela qualquer ser humano pode tornar-se ou vir a tornar-se um cidadão, é na escola que o indivíduo passa a abastecer de condições na qual venha a desenvolver sua capacidade de vida em grupo de forma sensata e harmônica, no exercício de vida plena, individual, social e politicamente; para Teixeira (2002), este candidato a cidadania só poderá desenvolver-se se a escola encontrar-se em pleno ambiente organizado para tal desenvolvimento. Portanto, em uma sociedade de cunho democrático não há lugar para o indivíduo que se volte para seus interesses, como portador de um saber estático. O homem é um ser social, um ser capaz de desenvolver suas especificidades individuais, mas, com plena consciência de sua contribuição no mundo social. É na escola que o indivíduo adquire valores e tem as oportunidades de mostrar suas necessidades e impotências, que este só existe em função dos outros e por causa dos outros, a sua forma de agir compreende transação com as coisas e com as pessoas e que saber é um conjunto de conceitos e operações que vão ao encontro a atender aquelas necessidades pela manipulação acertada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho, ou seja, na interação de todos envolvidos na ação, para Teixeira (2002), tal ação leva a consciência de interação do homem com ele mesmo e com aqueles que estão ao seu redor, cada um na dependência do outro, na construção da cidadania, pois cidadania, é o exercício individual e coletivo na democracia. Para o educador a escola é o agente de transformação e reconstrução social, cumprindo seu papel de construir cidadão aptos a viver em vida social.

i. Contribuições de Paulo Freire na Educação do Brasil

“O pensamento de Freire exerceu profunda influência nos profissionais da educação, pois seu método estava fundamentado na prática pedagógica não-diretiva, que consistia em passar o homem da condição de “objeto” para a de “sujeito” (Freire, 1980 *cit. in* Pinto, 1986, p.66).

Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil desde 1955 a 1960, governou o Brasil com a promessa de crescimento de “50 anos em 5”. Nesse mesmo período ocorre o aumento das favelas devido o inchaço populacional nos grandes centros urbanos, como o Brasil ainda era um país de economia rural ocorre uma grande incidência na desvalorização do mercado agrícola, a quebra de indústrias nacionais, impacto resultante de um modelo econômico financeiro implantado apela classe burguesa, que levou ao populismo. Entre as camadas altas e médias da população dos grandes centros urbanos assiste se a uma padronização do consumo provocada pela expansão da propaganda, instrumento básico para ampliação do comércio e da produção. Época dos avanços de comunicação de massa, a padronização dos hábitos de consumo e dos comportamentos atinge apenas uma parcela da população, devido o baixo padrão da vida do brasileiro. A cultura brasileira é muito marcada pelos conflitos de classe e por desníveis de cada região. Em Meio a esse turbilhão conflituoso revolucionário que ora o Brasil se encontrava, nasce o Movimento de Educação Popular, na cidade de Recife na década de 60. Cujo objetivo principal de conscientizar a população através de mobilização culturais, artísticas e educacionais, neles fazem parte a UNE (União Nacional dos Estudantes), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Paulo Freire e Centros de Cultura ligados a UNE, Movimentos de Educação Popular-MEB. Esse novo movimento contou com apoio de Miguel Arraes prefeito de Recife, que no seu governo mobilizou uma grande campanha de constatação do interesse da população em devolver a cidadania a classe menos favorecida socioeconomicamente, através da alfabetização ou ato de alfabetizar-se, assim foi enviado um convite a Paulo Freire, afim de que liderasse o meio intelectual que estava a frente da metodologia de trabalho deste movimento. Todavia, no final da década de 1950, este educador começou a sistematizar seu método de ensino para a educação de adultos, de forma que o seu envolvimento com o Movimento de Cultura popular (MCP) da capital pernambucana foi marcante, dai, o educador ser um dos fundadores e posteriormente diretor do Serviço de Extensão

Cultural da Universidade de Recife, dedicando se ao estudo de um novo método de alfabetização que passou a divulgar anos depois, em 1958, posteriormente, sistematizado em 1962. O Movimento ganha notoriedade e prestígio através da “Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. O desenvolvimento da campanha compreende a cidade de Angicos no Estado nordestino do Rio Grande do Norte com a aplicação do método em trezentos trabalhadores rurais no período de quarenta horas. Tomando se como base essa ideologia dos MCPS, e contabilizando o apoio do representante do Executivo da União, então, presidente João Goulart, que convida o educador para coordenar o programa Nacional de Alfabetização. No ano de 1964, devido a perseguições políticas, Freire foi exilado na Bolívia, posteriormente esteve por cinco anos no Chile, o qual esteve exercendo a profissão de professor no Instituto Chileno de Reforma Agrária, Estados Unidos da América lecionou na Universidade de Harvard, Suíça. Voltou ao Brasil na década de 1981, período da Anistia, posteriormente lecionou na Unicamp. E, já na década de 1980 e 1990 assumiu a secretária Municipal de Educação de São Paulo no governo Erundina. Também, na década de 90 passa a fundar seu Instituto com suas várias contribuições literárias, posteriormente vem a falecer nesta no final desta década. Deixando um grande legado na área da alfabetização de jovens e adultos.

11. O Método de Paulo Freire

Com intensos debates sobre a necessidade de democratizar as condições de acesso ao ensino público às camadas populares, assim como, as taxas de analfabetismo estarem em alta no Brasil, e os discursos nacionalistas acirravam –se entorno da contenção ou erradicação do analfabetismo, Paulo Freire desde a década de 1940 preocupava se com esta questão, e deixava a cadeira de Direito para dedicar se a educação de jovens e adultos. Paulo Freire destacou que os homens precisavam se reconhecer como indivíduos formadores de cultura e possuidores de ação política na sociedade. Desta forma, a educação seria o elemento de conhecimento e conscientização para uma possível ação política “transformadora” no aspecto social.

“[...] ensinar não consiste um puro processo, como tanto tenho dito, de transferência de conhecimento do ensinante ao aprendiz. Não quero uma transferência mecânica de que

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

resulte a memorização maquinal que já critiquei. Estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a de mundo, também, a do contexto” (Freire, 2001, p.264).

O método de alfabetização deveria partir de palavras e temas geradores, tornando se importante que o educador considere a identidade cultural dos alunos em processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita. O fator cultural era de suma importância na aprendizagem, sendo ponto de partida para busca de novos conhecimentos. Para Paulo Freire não existe uma preocupação com a rapidez do aprendizado, mas em habilitar o aluno a ler o mundo; trata se de a conhecer a realidade através da sua leitura, em seguida poder reescrever essa realidade, com as ferramentas para transformá las. Para ele a alfabetização é a oportunidade que o aluno tem de romper com a cultura do silêncio e transformar a realidade como senhores da própria história. Esse ponto de vista implica a concepção do ser humano como histórico e inacabado, e conseqüentemente sempre pronto a aprender. No caso dos professores, esse processo se reflete na necessidade de formação rigorosa permanente. Dai dizer que a teoria de Freire passa por três momentos de aprendizagem. O primeiro acontece quando o educador se inteira daquilo que o aluno conhece, não apenas para avançar no ensino de conteúdo, mas principalmente para trazer a cultura do educando para a sala de aula. O segundo momento ocorre quando se explora as questões relativas ao tema em discussão, é nesse momento que se abre a oportunidade para o aluno construir o caminho passando do senso comum para a visão uma crítica da realidade. Posteriormente, ocorre a problematização, o conteúdo passa da fase de dissecação, afim de superar os impasses (são as ações através da provocação), esta etapa passa da problematização para a conscientização do aluno.

“Quería desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição do intelectual era a de aprender com o povo, despindo-se de todo o espírito assistencialista” (Saviani, 2008. p.218).

Como intitula o teórico, Saviani, uma das características marcante do método de Paulo Freire, consistia na escuta em que se colocam os intelectuais, propondo se a mergulhar na cultura popular de acordo com a realidade de cada população do campo ou da cidade.

Do qual apresenta orientações filosóficas marxistas e cristã que passam a compor os grupos de lideranças. Entendendo a educação como um método gnosiológico. Afinal são todos sujeitos cognoscentes que aprendem mutuamente. Método experimentado na década de 1960 em escolas rurais e urbanas em escolas nordestinas, avançando e revolucionando de forma inovadora escolas dos maiores centros urbanos do Brasil, como a escola pública popular no governo da prefeitura de São Paulo na final da década de 1980 até o início de 1992.

12. Normatizações educacionais

Embora avançando em diferentes velocidades, é inegável, contudo, que há um processo de evoluções políticas, econômicas internas e externas que invadiram e invadem o Sistema Educacional brasileiro num processo de definição, redistribuição e redefinição e competências na formação das legislações na área da educação. Importante destacar algumas legislações que moldaram o sistema de ensino. A Reforma de Francisco Campos, marca o período da segunda República (1930 -1937), é composta pelos Decretos abaixo:

- Decreto n.º 19. 850, de 11 de Abril de 1931, cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Nacionais de Educação;
- Decreto n.º 19.851, de 11 de Abril de 1931, institui os Estatutos das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- Decreto n.º 19 de 11 de Abril de 1931, Dispões sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- Decreto n.º 19.890, de 18 de Abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- Decreto e n.º 20.158. de 30 de Junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- Decreto n.º 21. 241, de 14 de Abril de 1931, consolida as disposições sobre o ensino secundário.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

O Período do Estado Novo (1937-1945) marcado pela Constituição Federal de 1937 nos moldes fascistas, uma espécie de hibernação com relação ao Sistema Educacional, em função do Estado autoritário da época, a política educacional não se constitui em lei, mas por decretos leis, instrumento que o Estado Novo cria para legislar sem necessidade do Congresso Nacional, é constituído por Decretos Federais e , destaca-se:

- Decreto Lei n.º 4.048, de 22 de Janeiro de 1942, cria o Sistema de Ensino Nacional da Industria-SENAI;
- Decreto Lei n.º 4.073, de 30 de Janeiro de 1942, regulamenta o ensino industrial;
- Decreto Lei n.º 4.244, de 9 de Abril de 1942, regulamenta o ensino secundário;
- Decreto Lei n.º 4.481, de 16 de Julho de 1942, dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% do número de operários e realizarem suas matriculas no SENAI;
- Decreto Lei n.º 4.436, de 7 de Novembro de 1942, amplia o âmbito do SENAI, atingindo o setor de transporte e pesca;
- Decreto Lei n.º 4.984, de 21 de Novembro de 1942, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados mantenham por força própria, instale uma escola de aprendizagem destinada a formulação profissional de seus aprendizes.

A partir de 29 de Dezembro de 1945, com a deposição do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, chegava o fim do Estado Novo. A Assembleia Nacional Constituinte é formada, em seguida, no ano de 1946, é promulgada a Constituição Federal, cuja, característica marcante da mesma, é liberal e democrática. A Educação pública é considerada nos moldes constituintes um direito de todos, brasileiros ou estrangeiros, também determina a obrigatoriedade do ensino primário e dá competência a União para legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação (LDB), neste período tem se baixado os seguintes decretos leis:

- Decreto Lei n.º 8.529, de 2 de Janeiro de 1946, regulamenta o ensino primário;
- Decreto Lei n.º 8.530, de 2 de Janeiro de 1946, regulamenta o ensino normal;

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

- Decreto Lei n.º 8.621 e 8.622, de 10 de Janeiro de 1946, criam o SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Decreto Lei n.º 9.613, de 20 de Agosto de 1946, regulamenta o ensino secundário agrícola.
- Em 1957 é Criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB que sofre alteração em seu projeto original, por parte do ministro de Educação Clóvis Salgado e volta ao Congresso Nacional o substitutivo n.º 2.222/58. A Emenda Carlos Lacerda de 1959, modifica a versão da LDBE, gerando protestos de educadores, que solicita ao governo alteração.

13. As Revoluções da Educação brasileira (1960-1985): A era da Qualidade Total

Os anos de 1946 a 1964 foram de forte ascensão dos movimentos populares, que, ao lado do questionamento global da sociedade brasileira, propunham a realização de amplas reformas em todos os campos (econômico, social, político), a chamada Reforma de Base.

“A liderança dos presidentes militares: Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva que junto aos americanos estabeleceram uma parceria, através do Ministério da Educação e Cultura(MEC), realizando 12 acordos com United States International for Development (USAID), realizados os acordos, fez com que esta parceria fosse tão significativa influenciando reformas e leis na área educacional brasileira. Os acordos visavam fortalecimento do ensino primário, acessoria técnica dos americanos aperfeiçoamento de melhoria de ensino médio, modernização administrativa, universitária, entre outros setores incluídos na ideologia previstas no polos acordos” (Rosa, 2006, p.34).

No final da década de 50 o problema das exportações brasileiras baixaram devido endividamento do Brasil com o FMI-Fundo Monetário Internacional, na qual o Brasil lançou o plano de estabilização da economia, que incluso estava o combate a inflação. Já que o caixa brasileiro encontrava se em baixa, foi necessário que sistema político econômico brasileiro lançasse mão de um plano de empréstimo dos Estados Unidos no valor de 300 milhões de dólares, no qual os EUA exigiam condições políticas e econômicas do Brasil com o objetivo de liberar o empréstimo. É na década de 60 que o Brasil alcançou patamares de desenvolvimento econômico expressivos que se contratavam com os problemas sociais. O desenvolvimento proposto, era falho, isto é,

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

atingia parte da população e desenhava uma pequena concentração de riqueza concentrada nas mãos de poucos. O governo de João Goulart (1961-1964) no Brasil ocorreu em meio a um contexto de intensos conflitos políticos- sociais. Diversos setores populares reivindicavam reformas estruturais, requeridas em 1958 pelo Partido Trabalhista Brasileiro, porém, somente alguns anos depois em outro governo é que tomaram início de fato as reformas, em destaque estavam a agrária, a bancária, a fiscal, urbana, administrativa e universitária, assim, o governo de Jango pretendia alterar as estruturas da sociedade brasileira baseada na concentração de terras, propriedades e rendas, além de algumas alterações na participação política popular. A principal das Reformas de Base era a reforma agrária, que pretendia atacar a secular existência dos grandes latifúndios no país. Na área econômica, o governo pretendia implantar medidas nacionalistas, com uma maior intervenção na área econômica, limitando a medida de envio de remessas ao exterior, contrabalanceando as empresas brasileiras e alavancando a economia brasileira. Em anos anteriores no Brasil formou-se as Ligas Camponesas cujo objetivo principal direcionava a reforma agrária. A meta principal do governo era alterar a Constituição de 1946, que definia que as desapropriações de terras deveriam ser realizadas de forma indenizatórias, o que dificultava as ações governamentais de reforma agrária. João Goulart tomou como medida indenizar a longo prazo, através de pagamentos de dívida pública. Por outro lado, na zona urbana ocorria da mesma forma, com o fim de dar respostas aos anseios da classe trabalhadora urbana. As reformas de base com cunho nacionalista e valorização dos produtos nacionais de certa maneira incomodava os setores sociais e das Forças Armadas, pois tinham como meta central alterar estruturas seculares de dominação enraizadas no Brasil. Tais medidas não foram aprovadas pelo congresso nacional em face dos interesses dos grupos conservadores. Como também sofreu forte oposição da representação das Forças Armadas, que de certa maneira já estavam empossados de cargos políticos no congresso nacional.

14. A Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases de educação(LDB) e o Plano Nacional De Educação (PNE)

A partir do final dos anos de 1940, o Brasil passa a viver um tempo de redemocratização e a educação volta a ser debatida. O debate foi desencadeado após o período de autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, marcado pela promulgação da

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Constituição Federal de 1946, a qual apresentava características liberal e democráticas nos seus enunciados. A nova Constituição brasileira serve de inspiração da ideologia de alguns teóricos educadores e passa a trazer garantias para a educação, relacionadas principalmente nos seus artigos 166 a 168 e incisos, que tratam da liberdade do direito a educação entre ensino privado e público, ensino primário obrigatório e cursos técnicos.

“É sabido que tal projeto seguiu um extenso caminho coberto por discussões, como, por exemplo, aquela entre os centralistas e os descentralistas e, principalmente, entre os defensores da ampliação do serviço público de ensino e os defensores da iniciativa privada” (Saviani, 2008, p.250).

É Durante o período do Estado Novo, o Ministro da Educação Gustavo Capanema se aproxima da ideia do Plano de Educação como operacionalização da política educacional ao entender que a promulgação de uma lei geral de ensino, ou seja de um Código de Educação Nacional, que apresentava como condição prévia para elaboração de um Plano de Educação, que por sua vez passa a constituir se na sua base e roteiro nas providencias do governo na área educacional, Todavia, essa intenção de Gustavo Capanema de redefinição do arcabouço da educação brasileira, o que implicava a aprovação do Código da Educação Nacional, a aprovação das Leis Orgânicas do Ensino, a formulação do Plano Nacional de Educação, e a orientação e controle de todas as atividades educativas do país, incluindo aquelas desenvolvidas pelos governos locais e pelas entidades privadas, nem o Código de Educação nem o Plano Nacional de Educação chegaram a ser elaborados. Gustavo Capanema foi o responsável pela elaboração apenas das Leis Orgânicas de Ensino, também conhecidas como “Reformas Capanema”, que foram implantadas através de inúmeros decretos-leis implantados entre 1942 e 1946. É na queda do Estado Novo que a Assembleia Nacional Constituinte-se, reorganiza e promulga a Constituição de 1946, que pelo art. 5º. Inciso XV, alínea “d” que faz menção a “diretrizes e bases”, no qual define a competência da União de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Tomando como base os princípios constitucionais da Constituição Federal de 1946, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, propôs um projeto, junto com o grupo de educadores, para realizar uma reforma na Educação Nacional. O grupo estava reunido em três subcomissões, ficando um responsável por um nível educacional, posteriormente, em 1948, o texto já

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

pronto foi encaminhado à Câmara Federal, iniciando uma grande luta para sua aprovação; no ano seguinte, o texto foi arquivado pelo então, ministro Gustavo Capanema que deu parecer desfavorável. Posteriormente, sob a competência do Senado Federal o texto já extraviado, não poderia ser retomado. Em seguida a Comissão de Educação e Cultura reuniu se para retomar o projeto. A polêmica entre centralização e descentralização manteve se até 1959, quando o deputado federal Carlos Lacerda trouxe uma nova polêmica, com o seu terceiro substitutivo escrito um ano antes da sua proposta ser lançada no Congresso Nacional, sua proposta baseava em resoluções e teses descritas do Congresso Nacional de 1948 que alavancava a proposta do Ensino Particular no Brasil. O teor do texto proposto pelo deputado Lacerda deslocava as discussões parlamentares para a luta contra o monopólio estatal brasileiro da educação, acusando o de submete lo ao seu poder. Em seu substitutivo é possível analisar de que, Lacerda buscou introduzir a liberdade de ensino, defendendo a livre iniciativa na área educacional, já, que a educação é um direito que cabe a família tomar decisões quanto a liberdade de educação, cabendo aos pais ou responsáveis o direito de opinar onde matricular seu filho, se em estabelecimento público ou privado, em que a força estatal deveria garantir recursos financeiros para a efetivação e sustentação dessa livre escolha. Mas, por traz desse discurso escondia se que sua intenção era de garantir que o Estado destinasse verbas para as escolas particulares. O projeto do deputado Lacerda ainda garantia que o financiamento deslocado do Estado para as escolas particulares, incluísse bolsas de estudos, ou empréstimos que seriam usados na construção e reformas dessas escolas, assistência técnicas, bem como, na compra de materiais pedagógicos e outros. Nesse sentido, as escolas particulares e públicas se igualariam. Lacerda contou com apoio da igreja católica, que tinha como slogan a “liberdade da família”. O objetivo da Igreja era exercer pressão para que o Ensino Religioso, já abolido na era Vargas, voltasse para o currículo como disciplina obrigatória. Contudo, o substitutivo Lacerda contou com várias oposições tanto no Congresso Nacional como na sociedade civil. Protestaram pelo seu caráter unilateral e confessional, e avesso a todas as conquistas laterais e democráticas do povo brasileiro.

Assim, por mais de 40 anos diversas foram as emendas que alteraram o texto regulamentar e legislativo de Lei n.º 4.024 de 1961 bem como das subsequentes marcando o progresso, ou mesmo, o retrocesso das leis educacionais. Por conseguinte,

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

projetos de lei foram propostos à Assembleia Constituinte na tentativa de aperfeiçoar a Lei de Educação. Desse modo, foram realizadas discussões superficiais e não profundas sobre as necessidades da educação entre professores e demais profissionais da área, tanto no âmbito público quanto privado, norteados assim as adaptações dos textos denominados substitutivos.

No Período compreendido nas décadas de 1940 a 1960 observa-se uma tentativa entre duas vertentes de Plano de Educação que, de certo modo, expressa a contradição entre as forças que se aglutinaram sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista que atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do Brasil cantando liberdade da dependência externa, e aquelas que defendiam a iniciativa privada se contrapondo à ingerência do Estado na economia e àquilo que taxavam de monopólio estatal de ensino. Ambas tendências repercutiam no debate que se travou por ocasião da discussão no Congresso Nacional do Projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

“Todos os países que se empenharam através de uma ação consciente e coletiva, numa transformação de sua estrutura social viram na reforma do sistema de ensino o instrumento principal, o instrumento mais efetivo da orientação e aceleração do processo em curso. Não se justifica que a nação se empenhe na reforma de suas atividades econômicas e administrativas e que, paralelamente não ponha sua atenção principal naquilo que, modificando o próprio homem, em sua mentalidade e aptidões vai tornar rendimento e fixação aos planos e reformas realizadas” (Dantas, 1959, p.2665).

A primeira tendência teve como porta voz Santiago Dantas que, que defendeu uma educação nacional desenvolvimentista. Na sua postura enquanto político, considerava a educação um elemento chave, dentre outros importantes, capaz de impulsionar o Brasil em direção a modernidade. Considerava a educação, como elemento fundamental para o estabelecimento do interesse do país, daí esse conceito ser de grande importância para a construção de uma política democrática eficiente e que direcionasse no cenário internacional. Com essa visão, Dantas foi considerado um homem a frente de seu tempo, filiado a uma matriz liberal de pensamento social democrata acreditava ser o desenvolvimento proveniente de uma necessidade inevitável que estava aberto a todos os países que tinham como meta principal prosperar na esfera capitalista. Defendia de

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

forma estrutural o ensino público. As tendências intervindo na base da Câmara dos Deputados na sessão de 04 de Junho de 1959, ressaltou na sua fala que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que cria as condições para a construção de um sistema de ensino voltado para o desenvolvimento brasileiro, criticando o projeto da Lei de Educação Nacional não pode ser apenas de cunho jurídico, mas deve fixar os objetivos, os meios e as condições de planejamento através dos quais o poder público passa a coordenar os esforços da nação no campo educativo, para Dantas o Plano Nacional de Educação tem abrangência mais profunda e detalhada do que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na sua fala Dantas concluiu pedindo mais discussão do projeto, reforçando a tese de que o desenvolvimento da educação pública no Brasil seria fundamental para o desenvolvimento nacional. Entretanto, nessa discussão da LDB prevaleceu a segunda tendência que defendia a liberdade de ensino e o direito da família de escolher o tipo de educação que se adapte melhor ao seu filho, considerando que a ação planificada do Estado trazia embutido o risco do totalitarismo.

“É possível perceber como a lei aprovada configurou, uma solução intermediária, entre os extremos apresentados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda, isto é, o projeto de 1948, o substitutivo Carlos Lacerda de 1958 e o texto da lei n.º 4.024 de 1961, tendo em vista estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre a questão educacional” (Saviani, 1999, p.215).

Em decorrência dessa orientação a ideia do Plano de Educação na primeira LDB ficou reduzida a instrumento de distribuição de recursos para os diferentes níveis de ensino. De certa forma, pretendia-se que o plano garantisse o acesso das escolas particulares, em primazia, as católicas, aos recursos públicos destinados à educação. Mesmo com toda campanha a favor da escola pública, as forças conservadoras, as quais tinham mais poder de representação no Congresso Nacional, saiu vitoriosa e no ano de 1961 foi promulgada a Lei n.º 4.024 Lei de diretrizes e Bases da Educação, prevaleceu o modelo de política em que o Estado custeava parte das despesas das escolas particulares e não criava novas oportunidades escolares para os grandes centros urbanos. Assim sendo, esse sistema estava longe de suprir as necessidades reais da população em termos de gestão educacional. A pouca permanência dos estudantes brasileiros na escola e o elevado índice de analfabetismo não resolvidos pelo governo. A gratuidade do ensino público fixada na Constituição Federal de 1946 ficou omissa na nova lei. A Nova lei

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

absorveu a dualidade populista e elitista que caracteriza as diversas frações de classe da burguesia brasileira. Segundo, Saviani (1999) é possível perceber como a lei aprovada configurou, uma solução de equilíbrio, ainda conflitante entre os extremos pelo projeto original de Carlos Lacerda e pela Lei de Diretrizes e bases aprovada, por manter em vista a necessidade de se estabelecer um ponto de vista que propõe uma ideologia educacional, tentando desta forma organizar uma nova conjuntura no quadro político do Brasil. Entretanto, a legislação educacional não atendeu as demandas do ensino primário e médio, sendo necessário uma nova reforma educacional, estabelecida dez anos mais tarde, a qual alterou a denominação para ensino de 1º e 2º graus.

“Sistema, neste caso, significa, precisamente sistema administrativo. Sistema de Ensino é aí que a organização do serviço público, constituída pelas atividades e instituições educativas de cada Estado ou Distrito Federal. A Constituição quer que, em cada unidade federativa, exista e funcione, consoante as exigências locais de educação e, cultura. Um adequado sistema de repartições e estabelecimentos de ensino, sob a gestão, o controle ou assistência do respectivo governo” (Parecer Preliminar de Capanema, 2017, p.44)

Para Capanema o conceito de sistema educativo, é um conceito de administração pública, já que faz referência a legislação do ensino, sentido formal, sentido positivista, para ele não amplia competência dos Estados, Municípios e Distrito Federal. O art. 171 desta lei, segundo Capanema não dá amplitude a organização dos Sistemas de Ensino. O que de fato, o art. 171 dá liberdade de amplitude aos Sistemas de Ensino. A lei 5.540 de 1968 foi uma forma de abafar a castração dos direitos civis mediante os Atos Institucionais que marcaram o período militar no Brasil, marcou a licenciatura curta em troca da Licenciatura Plena. Muito embora, a primeira lei brasileira a estabelecer as diretrizes e bases da educação, em todos os seus níveis, acontecer de fato em 1961, sob a denominação de Lei. n.º 4.024 de 20 de Dezembro de 1961, cujo motivo de discussão entre governamentistas e sociedade civil foi a liberdade de ensino. Cujos fins da educação brasileira foram mantidos pela reforma de 1971. Constituem-se em: Art. 1.º - A Educação nacional, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: A Compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; O respeito a dignidade e às liberdades fundamentais do homem; O fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; O desenvolvimento integral da

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; Preparo do indivíduo e da solidariedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhe permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; A preservação e expansão do patrimônio cultural; A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa. Art.25 – O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico social. Art. 66 – A educação em grau médio em prosseguimento a ministrada na escola primária, destina se a formação do adolescente.

A estrutura elencada na lei educacional de 1961, nos níveis de ensino. Primário de quatro séries anuais com duração de seis anos. O Ensino Médio de dois ciclos (colegial de quatro anos e ginásial de três anos); modalidades tanto no ginásial como colegial; o ensino médio poderia abranger o curso secundário, o curso técnico (industrial, agrícola, comercial...), o curso de formações de professores, primário e pré-primário (Ensino Normal). Quanto aos conteúdos curriculares deixaram de ser rígidos padronizados, tornaram se um pouco mais flexíveis ainda que os estabelecimentos educacionais teriam liberdade para suas escolhas, está lei timidamente forneceu as bases para criação de cursos de licenciatura curta, cursos de fim de semana, entre outros, funcionava da seguinte forma, os professores recebiam uma formação rápida, que daria o direito de ministrar aulas de várias disciplinas, porém, suas cargas horárias deveriam variar entre 40, 50 ou 60 horas semanais em sala de aula, ou seja, na sua remuneração não estava incluso hora atividade, a qual seria destinado a formular suas aulas, pesquisas, correção de provas e trabalhos, a carga horária não estabelecia uma variante entre aqueles que se profissionalizaram com licenciatura curta ou plena. Todo o contexto histórico social da LDB de 1961, passa por um novo momento histórico do Brasil, desenvolve um capitalismo periférico e dependente, que passou a buscar modernização.

A Educação é vista como um fator de desenvolvimento, o governo de 1964 implantou uma política de reforço do poder executivo, criou o Conselho de Segurança Nacional centralizando a administração pública, a educação tende a se ajustar a política do governo militar. Nesta atual conjuntura, o Brasil assinou acordos com os Estados Unidos da América ou seja MEC-USAID afim de moldar a educação brasileira como tecnicista. Assim, o Banco Mundial ao longo de 50 anos foi adquirindo o perfil de um

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

banco voltado para o financiamento dos países em desenvolvimento; até 1956 a concentração de empréstimos do Banco Mundial deslocavam-se para os países europeus. De 1956 a 1968 os recursos do banco direcionaram-se para o financiamento da infraestrutura, necessária para alavancar o processo de industrialização de diversos países em processo de industrialização, marcados pelas teorias monetaristas neoliberais, encontrando no Brasil um ambiente propício à implantação de seus investimentos. A LDB de 1961 atendia muito lentamente as metas econômicas dos acordos dos bancos internacionais, então, a solução veio através da criação da nova lei instituída em 1968, cujo os cursos de graduação passaram a ter um núcleo comum básico para áreas afins e disciplinas que atendiam interesses individuais e de pesquisa, como também criou os cursos de licenciatura curta, prejudicando os professores com licenciatura plena, refletindo na profissionalização dos professores que apresentavam a Licenciatura Plena, barateando a mão de obra desses profissionais. A continuidade do fator socioeconômico está disposto no enunciado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 que repete o que já estava disposto na Lei 4.024 de 1961, ora essa continuidade aos títulos que pressupõe as diretrizes que fundamentam e orientam a organização do sistema escolar brasileiro, está explícito nos cinco primeiros títulos que tratam dos fins da Educação, do direito à educação, da administração do ensino, e dos sistemas de ensino. Assim, ocorre na lei de educação de 1971 uma quebra na estrutura e funcionamento do sistema de ensino, em contrapartida, a continuidade do fator socioeconômico vêm para contrabalancear essa nova forma de política, por estar se vivendo um novo momento político econômico. Nesse sentido, evidencia uma repetição nos objetivos proclamados em ambas legislações. Concretizando o fator tecnicista em ambas as leis.

Em decorrência de toda uma discussão com pareceres favoráveis e desfavoráveis acerca da criação da LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, o Plano Nacional de Educação ficou reduzido a quase nada, já que no arcabouço da nova lei estava implantado a liberdade de cada brasileiro matricular-se ou matricular qualquer menor em qualquer estabelecimento de ensino, que esteja sob a sua responsabilidade, seja ele público ou privado. Com essa envergadura, de que o governo apoiaria financeiramente as escolas particulares, os recursos destinados ao ensino público diminuíram consideravelmente. No artigo 91, parágrafo. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, estabelece

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

“com nove décimos dos recursos federais destinados à educação, serão constituídos, em parcelas iguais, o Fundo Nacional de Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Secundário” em sequência o parágrafo. 2º estabelece “o Conselho Federal de Educação elaborará, para execução em prazo determinado. O Plano de Educação referente a cada fundo.” O Artigo.169 da Constituição Federal de 1946 confirma “serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação, e nos Conselhos Estaduais de Educação”.

Torna-se redundante na lei que o conceito de “plano” já determina a aplicação de determinada quantia de recursos financeiros sobre a educação.

O Conselho Federal de Educação no ano de 1962, elaborou metas direcionadas ao Plano Nacional de Educação que este passava a estabelecer normas concernente a aplicação de recursos financeiros direcionados aos Ensino Primário, Médio e Superior. Em 1964, o planejamento da educação no Brasil foi transportada para uma educação nos moldes tecnocratas, ou seja, o Ministério da Educação estava subordinado ao Ministério do Planejamento, tal propositura, conspirou para uma educação econômica. Não mais como um direito social. Essa reforma transparece no artigo 53 da Lei e Diretrizes e Bases da Educação de 1971 define que “o governo federal estabelecerá e executará planos nacionais de educação”.

“O Planejamento setorial da educação deverá atender às diretrizes e normas do Plano Geral do Governo, de modo que a programação a cargo dos órgãos da direção superior do Ministério da Educação e Cultura se intrigue harmonicamente nesse Plano Geral”(Saviani, 1996, p.136).

Desse modo, os Planos Nacionais de Desenvolvimento, dariam origem aos planos para a área de educação, recebendo a nomenclatura de Planos Setoriais de Educação e Cultura, assim, cada plano desenvolvido consistia em um instrumento de introdução da racionalidade científica na educação sob a concepção escalanovista, que se converte num instrumento de racionalidade tecnocrata trazendo uma concepção tecnicista para a educação brasileira que perdura até 1985; o Plano Nacional de Desenvolvimento da década de 1970 tem como objetivo determinante fazer com que todos os jovens

concluísem o ensino 2º grau e tivessem uma habilitação profissional. Com isso esperava se resolver o problema dos concluintes, que ao fim da escola média, precisavam se candidatar a um curso superior, afim de conseguirem uma habilitação qualquer. Como o de 3º Grau é competitivo e seletivo, muitos se frustrariam. Quanto ao ensino de 1º grau deveriam ocorrer sondagens de aptidões para o trabalho conforme necessidade do mercado local e regional. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, reconhece que os objetivos já expostos no primeiro plano não foram reformados, ou seja, existe uma decorrente concepção entre política educacional e política econômica, se por um lado considera a igualdade de todos perante a lei, no processo de democratização educacional, por outro lado gera desigualdade social nas camadas menos favorecidas, a sociedade desenvolvida não conduz a uma sociedade democrática. Distorções entre repartição de renda, que reforça privilégios e as desigualdades sociais. Dai, o sistema social na perspectiva da aplicação do Sistema Educacional da época, por si só não pode suprir as desigualdades e neutralizar seus efeitos, mas, pode contribuir em partes para a correção de injustiças e discriminações sociais. Nesse sentido, o Estado deve promover oportunidades educacionais, até o limite das potencialidades de cada um. Assim, através da Lei n.º 7.044/82 dispensou as escolas o ensino de 2º grau da obrigatoriedade de oferecer a profissionalização ao final do 2º grau. Cabe ressaltar que ao final do mesmo a lei continua a dispensar a formação técnica.

15. Reflexos do Período Militar nas Escolas Estaduais na cidade de Santarém (1930-1985)

Para analisar o quadro educacional das escolas estaduais urbanas em Santarém, é de fundamental importância compreender a influência que a Igreja Católica, implantou nestas terras. Nessa perspectiva, a educação santarena só veio a tomar alicerce no século XX, através das ações dos padres franciscanos, que substituíram a Ordem dos Padres Agostinianos em 1907, esse período é marcado pela vinda de quatro noviças vindas da Alemanha, que fundaram em Santarém a Congregação das Irmãs Imaculada Conceição, no ano de 1916, do qual dentre elas a professora Elisabeth Tombrock, recebeu o título de Madre Imaculada. A educação santarena é marcada por fortes alicerces religiosos e ajuda do governo do Pará até a o final de 1948, quando neste mesmo ano foi implantada a *Escola Técnica do Comércio do Baixo Amazonas Rodrigues dos Santos*, destinada a

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

formação profissional do comércio mantida pelo governo do Estado e pela Associação Comercial de Santarém, também nesta década chegaram os primeiros religiosos vindo dos Estados Unidos cujo ciclo educacional durou até a década de 1970. É neste período que dentre as 39 escolas públicas, 13 escolas estavam sob a competência do governo do Pará, com a promulgação da Constituição Federal de 1946, que afastou a cobrança para a matrícula do ensino, desde que fosse provada a insuficiência de recursos, já elencados essa cobrança na Constituição de 1937, e revogadas na posterior. No município de Santarém prevalecia a carta de 1937, através da Portaria da Secretaria de Educação do Estado publicada em 1965, o que exigia no ato da matrícula o chamado *Caixa Escolar*, meio por cento de salário mínimo vigente para o Ensino Primário, e três por cento para o Ensino Médio, como também porcentagem para transferência. Com porcentagens de contribuição para os professores. Apesar de todas as taxas, Santarém passou por um período de aumento de procura por vagas nas escolas públicas estaduaisFALAR SOBRE.....Em contrapartida, nesse período, Santarém contou com altos índices de analfabetismo, durante quatro anos no governo Juscelino Kubistchek foi implantada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA); as ações da Campanha em Santarém foi organizada através de convênio entre Prefeitura Municipal e Ministério da Educação e Cultura, tendo como diretor geral um religioso da época, Dom Tiago Ryan. Foram realizadas viagens por toda zona urbana e Rio Tapajós onde as professora Rosilda Wanghan e Francisca do Rosário catalogou 300 comunidades necessitadas de educação formal. A maior parte das escolas foram implantadas em capelas franciscanas. Outra dificuldade encontrada foi a adaptação do calendário escolar, de forma que as férias escolares coincidissem com o período da mão de obra da lavoura, tanto na várzea como no Planalto. Apesar da Campanha ter boa vontade, durou apenas três anos. Durante quatro décadas Santarém passa por um intenso fluxo migratório da região rural para a urbana, devido a este contingente a educação pública estadual, não consegue atender ao grande número por vagas, apesar do Exame de Admissão Ginásial, onde os maiores números de alunos direcionavam se a dois colégios públicos do Estado: Rodrigues dos Santos e Frei Ambrósio. Afim de atender a grande procura por vagas nas escolas públicas do Estado, o governo do Pará, iniciou algumas ações como compra de vagas em Colégios particulares, Batista e Santa Clara como também, na década de 70 construiu algumas unidades escolares estaduais, entre elas destacam se, Almirante Soares Dutra, José de Alencar, Plácido de Castro, e para melhor funcionamento

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

administrativo do Poder público foi instalada a 5ª URE-Unidade Regional de Ensino, coincidindo com a nova LDB de 1971. No município de Santarém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5.692 de 1971, foi adotada um anos após sua promulgação; pelas suas diferenças com as demais legislações anteriores, trouxe algumas dúvidas e questionamentos por parte dos profissionais da educação, principalmente pela carência de um sistemas de informações (Radios, TV, jornais) e distanciamentos da Secretaria do Estado de Educação do Pará, para agravar a situação o quadro de profissionais de magistério da SEDUC em Santarém, encontrava se deficitário. Afim de sanar as dúvidas da nova legislação educacional a SEDUC em conjunto com o MEC organizou uma equipe de professoras e os conduziu até Belo Horizonte com o objetivo de passarem por uma capacitação de estudos da nova lei, as quais seriam repassadas por oficinas e encontro aos demais profissionais da educação. O que de fato foi uma operação frustrante. A reforma da nova LDB trouxe algumas novidades e contribuiu para a facilitação do ensino, na medida em que uniu os antigos cursos primários e ginásio, isto é, estruturou o ensino de 1º e 2º graus. As quatro séries do antigo ensino primário, foram juntadas as quatro séries do ensino ginásial, formando o primeiro grau com oito anos de duração, eliminou artificialmente um fator de estrangulamento na passagem de uma modalidade para outra, que passou a ocorrer por meios de Exames de Admissão ao Ginásio, e procurou integrar em um único bloco aquele que era tido como primeiro ciclo do ensino secundário, sendo justaposto ao antigo primário, de certa forma possibilitou um maior número de estudantes a prosseguirem nos estudos, resultando no balanço entre escolas e alunos. Por outro lado, a integração de fato não ocorreu. Quanto a duração de oito anos também não se efetivou, foi estabelecida anos diferentes para cada região, assim, como para o Estado do Pará, a obrigatoriedade do Ensino profissional só aconteceu em algumas turmas do Colégio Álvaro Adolfo e Rodrigues dos Santos. Ficando a obrigatoriedade suprida pelo SENAI com seus cursos de duração de dois anos. A carência de professores, levou ao aperfeiçoamento de profissionais em cursos de curta duração, o que levou estes profissionais a não se adequarem em sala de aula. Assim, o novo corpo docente das escolas públicas de 1º e 2º graus, em grande parte, interpretavam de maneira errada as novas teorias educacionais, muitos chegavam de que a conclusão do conteúdo não tinham nenhuma importância, confundiam ensino com pesquisa; o valor do profissional da educação era comparado ao livro didático e dos poucos materiais restantes em sala de aula. Com o slogan” *Integrar para não entregar*”

o governo ditatorial no Brasil avançou suas fronteiras em rumo as terras longínquas e, brasileiros do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, abriu fronteiras. E mapeou alguns lugares estratégicos da Amazônia. Para assegurar o controle sobre a população e impedir grupos armados, como a guerrilha do Araguaia, na parte sul do Pará, a política militar estabeleceu unidades militares espaços estratégicos na Amazônia, regiões de fronteiras, incluso Santarém, onde foi implantado o 8º Batalhão de Engenharia e Construção, sob o comando do Tenente Coronel Alberto de Léo. No início de sua implantação ocorreu um treinamento anti guerrilha no centro da cidade, demonstrando o combate aos subversivos da época, e manter o estreito relacionamento com algumas autoridades civis e setores da região do médio e baixo amazonas, como também, pavimentar e manter a Rodovia Santarém-Cuiabá, ligação entre o sul e o norte do Brasil. De forma igualitária, foi implantada uma Unidade da Policia Militar.

i. Atuações do MEB e MOBREAL no Município de Santarém

A educação santarena constantemente recebeu apoio da Igreja Católica. Com os acontecimentos nacionais de alfabetização de adultos no método Paulo Freire divulgado por todo Brasil, Santarém recebe em 1965 o Movimento de Educação de Base – MEB com apoio do governo federal através do Ministério da Educação e Cultura associado a Radio Rural sob a coordenação da professora Francisca do Rosário, empenhado em promover a erradicação do analfabetismo, nos moldes nordestinos. Cujas ações consistiam em alfabetizar adultos, assessorar lideranças comunitárias, campanhas de saúde, cursos profissionais de curta duração. As transmissões da Radio chegavam até os municípios no entorno, principalmente nas zonas de planalto e várzea, as atividades de seus monitores no primeiro eram via etapas, no primeiro momento realizava o levantamento de analfabetos, com posteriores reuniões, sucedia a escolha de um monitor que pertenceria a comunidade, de forma voluntária participaria das capacitações e repassariam para as turmas formadas nas comunidades, seguindo o método Paulo Freire. Dentre as atividades do MEB, em Santarém, considerou um imenso despertar de escolarização, mesmo diante de dificuldades distanciais entre cidade-campo, e de uma realidade bastante desconfortante, uma vez que as aulas ocorriam no período noturno, depois, de uma longa diária braçal. Apesar de toda perseguição por parte do governo militar, o MEB em Santarém não foi alvo de

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

repressão política ou ideológica, uma vez que os integrantes eram politizados e muito deles religiosos, entretanto, alguns supervisores e monitores mais radicais na luta de direitos sofreram algumas retaliações, o MEB atingiu altos índices de alfabetização desde a sua implantação até a década de 70, logo sendo substituído pela Comissão Municipal do MOBREAL-Movimento Brasileiro de Alfabetização, programa criado pelo Governo Federal através da Lei n.º 5.370 de 15 de Dezembro de 1967.

Se antes de 1954, por exemplo, o que motivava vários grupos a descobrirem meios de alfabetizar a população adulta era a convicção de que a alfabetização era um instrumento indispensável, mesmo que não suficiente a participação ativa na vida política do país, após 1964, com o MOBREAL, é feita a vinculação imediata da alfabetização com a participação na vida econômica. (Ribeiro, 1993, p.192).

Segundo Ribeiro, a proposta do MOBREAL está relacionada a nova moldura econômica do Brasil, que passa a despertar um tipo de educação tecnicista, segundo a racionalidade tecnocrata, ou seja, existe uma transferência do âmbito educacional social para o modelo econômico, a educação ora implantada pela ferramenta do MOBREAL quem se apossa dela, está contribuindo produtivamente, esta é a evolução tecnológica. Esses interesses econômicos no programa ajuda a entender as somas vultuosas de recursos financeiros que eram repassados para o programa no município de Santarém, logo no início de sua implantação na cidade os resultados foram catastróficos, bem diferente do empenho de outros lugares do Brasil, ou mesmo, do MEB que ocorreu anos anteriores. No decorrer do tempo o programa foi desaparecendo e substituído em 1985 pela Fundação EDUCAR. Com o Lei n.º 63.914 de 26 de Dezembro de 1968, foi criado o PREMEM-Programa de Expansão e Melhoria do Ensino que funcionava na Escola Estadual Plácido de Castro que tinha como objetivo central preparar os alunos de 1º grau em um ensino simi profissionalizante, afim de posteriormente prosseguir em curso da mesma categoria , desta forma o PREMEM oferecia áreas básicas vocacionais (técnicas agrícolas, comerciais), nas 5ª e 6ª séries eram oferecidas disciplinas vocacionais , assim com nas duas séries finais ;os professores trabalhariam em regime integral de 8 horas com dedicação exclusiva, após participarem na capital do Estado de um curso equivalente ou licenciatura curta realizado em convênio entre Ministério da Educação e Cultura (governo Federal) e Universidade Federal do Pará. O programa

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

funcionou até 1982, onde foi substituído pela Lei n.º 7.044 de 1982 que retirou o ensino profissionalizante das escolas de 1º e 2º graus.

16. Os Governos democráticos do Brasil e suas influências na Educação Brasileira

“Os anos 70 em especial foram prolíferos na importação e transplante de modelos de planejamento, avaliação, administração e supervisão. Embora se enfatizasse que tais modelos deveriam ser abertos e flexíveis, eles eram dotados geralmente com referenciais fixos e o segredo do seu sucesso parecia repousar no rigor científico do seguimento de passos propostos” (Bueno, 2000, p.448).

As reformas educacionais previstas nas décadas de 60 e 70 refletiam suas concepções liberais e neoliberais propostas pelo Banco Mundial. Essa liberalização propunha uma abertura das fronteiras nacionais, e por meio do sistema educacional que viria a ser implantado nos anos seguintes no Brasil. Através das aberturas fiscais dos governos Fernando Henrique Cardoso seguindo a Luís Inácio Lula da Silva, que trouxe a abertura do mercado nacional ao investimento do mercado externo o qual fez que a educação acompanhasse princípios sócios conformistas. Com a aprovação da chamada Constituição Federal do Brasil em 1988 sob o governo de José Sarney, é efetivada a redemocratização do Brasil, documento que dá base para redefinir propostas educacionais de formas gerais, valorização das realidades regionais, descentralização da educação nos aspectos administrativos e pedagógicos, valorização do profissional da educação.

“O Brasil, como um signatário entre aqueles com maior taxa de analfabetismo do mundo, foi incitado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família, na comunidade, nos meios de comunicação, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela Unesco” (Frigotto, 2003, p.98).

A Declaração Mundial de Educação Para Todos é resultado da Conferência Mundial para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Reuniu 155 países para deliberar sobre a realidade educacional do mundo para, a partir disso, propor medidas para o desenvolvimento educacional. Segundo, Frigotto (2003), em 2000 a Organização

mundial do Comércio sinalizou que um dos campos mais férteis para se investimentos em negócios rentáveis, seria a educação nos países periféricos ou em desenvolvimento. As primeiras medidas iniciadas nesse campo aconteceram no governo Fernando Collor de Mello com a criação do Plano Decenal Educação Para Todos que se efetivo no governo Itamar Franco. É um documento onde serve de parâmetros para sistematização e controle da educação básica nacional, e propõe medidas para o desenvolvimento da educação, a partir da erradicação do analfabetismo e pobreza. Considerando que as orientações impostas do Banco mundial quanto a prática de empréstimos aos países em desenvolvimento como Brasil, Índia, China, África do Sul dentre outros consiste em que esses países tenham metas de erradicação do analfabetismo. Contemplado nas metas da erradicação da pobreza. Também é considerado um instrumento pelo qual diversos segmentos da sociedade brasileira tem passado historicamente. Fernando Henrique Cardoso seguiu doutrinas internacionais para tornar o Brasil seguro para a entrada de capital estrangeiro, construiu o governo centro direita, com reformas políticas, econômicas e educacionais. Com a descentralização e regulamentação, as empresas privadas poderiam competir e disputar no mercado a venda de seus produtos e serviços de forma mais autônoma. Paulo Renato de Souza então, ministro da educação foi consultor do Banco Mundial, tendência para a educação brasileira seguir as exigências do mercado mundial. Com falta de recursos e investimentos na educação foi necessária introduzir em alguns Estados brasileiros programas que de certa forma mascaravam os altos índices de analfabetismo no Brasil em confronto com a universalização do ensino. Destaque para o “Telecurso 2000”.

i. A Lei Educacional Democrática

A atual Lei da Educação Nacional (Nº. 9.694 de 17 de 12 de 1996), sua origem se articula desde antes da Constituição Federal de 1988, considerando seu anteprojeto ser depositado no mesmo período da lei maior na Comissão de Educação da mesa legislativa do Congresso Nacional, quase 10 anos depois, foi aprovada por lei ordinária, sancionada e publicada no mesmo mês e ano de sua aprovação. Era de se esperar que a lei demorasse um pouco mais para ser aprovada, ou acumulasse uma série de substitutivos expressando divergências ou não no decorrer de sua formulação, devido suas audiências públicas virem abarrotadas de inúmeras idas e vindas, dos quais foram

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

ouvidas quarenta audiências com público de entidades educacional, pesquisadores de universidades, deputados e órgãos do governo. Sua trajetória percorreu três governos desde José Sarney passando por Fernando Henrique Cardoso até sua longa e árdua aprovação. Segundo Demo (2002) a LDB apresenta ranços e possibilita incontestáveis avanços, por apresentar atrasos já existentes na educação, ou seja, não apresenta concretude nas propostas acerca de alguns gargalos na esfera da educação pública, como a inadequada capacitação dos docentes e remuneração. Com a promulgação da *Constituição Cidadã* de 1988 que sofreu influências do construtivismo, a nova lei educacional segue essa mesma tendência com mistos da teoria da qualidade total, onde a primeira percebe que o aluno constrói seu próprio conhecimento; é sujeito e não objeto da história; o conteúdo é um meio; a função principal escola é formar cidadãos e transformar a sociedade em que está inserido pelo conhecimento, seus principais pensadores são: Vygotsky, Piaget, Gramsci, Emília Ferreiro.

O art. 211 da Constituição Federal em consonância com ao art. 8º acrescido do parágrafo primeiro que abrange o título “*Da organização da Educação Nacional*”, estipula ações em conjunto da União, Estados, Distrito Federal em regime colaborativo de organizar seus sistemas de ensino, levando em consideração que a competência supra maior é da União que delega competência supletiva aos demais entes. A principal oferta da educação infantil e do ensino fundamental. Cabe a União. Quanto a conjuntura político administrativa, para a definição das matérias a serem atribuídas a cada ente federativo, adotou a Constituição Federal, como critério geral. Entretanto, por força do artigo 30 incisos I e II em conjunto com o inciso III da LDB é conferido competência suplementar em aos Municípios e Estados legislar no que tange aos Sistemas de seus respectivos sistemas. O artigo 19 da LD de 1996 define as normas de gestão democrática com a participação dos profissionais da educação, na elaboração do Projeto Pedagógico da Escola e participação dos conselhos escolares, com representantes da comunidade. O Artigo 15 assegura as unidades públicas de educação básica (Fundamental e Médio) autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, respeitada as normas legais. Na prática o funcionamento é precário; a estrutura não funciona, ou até impede o cumprimento. Os artigos 37 a 42 estabelecem adequações para as diferentes idades, no que se refere a educação básica. Os artigos 61 a 67 trata da formação do docente. A lei nº 11.738 de 16 de Julho de 2008 trata do Piso Nacional dos

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Professores do Magistério Público da Educação Básica. Esta lei foi instituída em 2008, dez anos após a Constituição Federal de 1988, estabelecer em seu art.28, V. a valorização dos profissionais do ensino, garantindo os planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; esse dispositivo constitucional vem da tomada de consciência de amplos setores da sociedade sobre a baixa qualidade da escola pública oferecida a maioria dos brasileiros e da desvalorização profissional vivenciada pelos professores, cujo processo de desvalorização do magistério coincide com a explosão de matrículas no país. Em decorrência da urbanização e industrialização resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento baseado no consumo duráveis de bem de capital, e de crescente pressão dos setores populares urbanos por acesso aos serviços básicos, dentre eles, a educação. A escola pública que atendia em grande parte a classe média, passou a incorporar os setores populares. Hoje, a taxa de escolarização se encontra na faixa dos 90%, firmou-se que o entendimento do problema da educação, não é o acesso à escola, já assegurado pela maioria, o problema é garantir a permanência do aluno na escola. Nesse sentido, nos últimos anos, a explosão de matrículas não acompanhou o crescimento proporcional de recursos públicos para a educação, as políticas públicas nesse período levaram os professores a atender a um número maior de alunos, a ministrar mais horas de aula na mesma carga horária semanal, a multiplicar a jornada de trabalho e a receber salários cada vez menores. Atualmente os planos de carreira não acompanha a remuneração com a qualidade que as leis educacionais dispõe, os editais concursos públicos dos Estados não acompanham a equiparação salarial. O Ensino Fundamental é obrigatório nas escolas públicas e tem por objetivos a formação do cidadão (art.32, da Lei nº9.394/96). A duração do ensino fundamental aumentou para 09 anos alterado pela Lei nº 10.172/2001. Quanto ao ensino médio houve uma alteração pela lei nº 13.415/2017, segundo o art. 24, paragrafo 1º a carga horária ampliou de 1000 horas para 1400 horas. O art. 36 da LDB foi alterado e acrescentados os parágrafos 5º ao 12º “*As escolas deverão orientar os alunos nos processos de escolhas das áreas de conhecimento ou de atuação profissional prevista no caput do art. 36*”.

ii. Plano Nacional de Educação e a realidade brasileira

O Plano Nacional de Educação aprovado após a promulgação da primeira Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim, no período de conquistas democrática encontra apoio nos *Pioneiros da Educação* da década de 30. Atualmente na década de 1980 e 1990 O PNE-Plano Nacional de Educação foi alvo de duas lutas diferenciadas no Congresso Nacional, as quais estavam alicerçadas em diagnósticos de situações dos atores envolvidos na educação, isto é, o povo brasileiro. De um lado estavam os congressistas-Relatório Nelson Marchezan e do outro lado a sociedade civil, a briga acontecia pelo fato da sociedade civil considerar a educação com participação social, advindo da própria Constituição Federal de 1988, que também se dava pela erradicação do analfabetismo, e universalização da educação básica do Ensino Infantil ao Médio, fixação de investimentos públicos e meios para a conquistas de qualidade. Por outro lado estavam as propostas governamental que foi elaborada sem a participação popular, ausências de consulta e audiências públicas, às portas fechadas de modo a garantir a força do Banco mundial, tecnocrata, representando o processo neoliberal no Brasil advindo de um capital estrangeiro, esse tipo de política educacional, está sustentada no centralismo na esfera federal, da formulação e da política educacional de parâmetros privatistas. Tanto a ala Congressista como a Sociedade Civil visualizavam um quadro catastrófico na Educação brasileira: 16% da população brasileira. 60 milhões analfabetos funcionais, crianças e jovens de 7 a 14 anos são analfabetos, apenas 25% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estavam matriculados no Ensino Médio. A ideia de um Plano Nacional de Educação estava intimamente ligado à necessidade de planejar a educação a longo prazo, a ideia parte do princípio de uma política estratégica com uma visão de futuro, traçada sob objetivos e metas permanentes e, com isto, evitam se as contínuas políticas de governo que mudam totalmente os rumos da política educacional. As políticas de governo deveriam ser estabelecidas em função da política nacional para a sociedade, e de macro objetivo, ser então constituído o Plano Nacional de Educação. Ocorre então o nascimento de sua gênese em 1961 em momento conturbado da política econômica nacional, que se desdobra em várias modificações no período militar. Mas reapareceu com a Constituição Nacional de 1988, e por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de 1996 em seus artigos 9 e 87, cabendo a União elaborar o Plano com a

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

participação de toda a sociedade brasileira, o que de fato não ocorreu. Nasceu em meio a um turbilhão de lutas civis e parlamentares, a qual foi aprovada em 09 de Janeiro de 2001 sob o número 10.172. O Plano Nacional de Educação foi aprovado sob as metas do Plano Decenal de Educação Para Todos. O governo de Fernando Henrique Cardoso, consagra como plano e política já incidida pelo Ministério da Educação, ele não afirma nenhuma tese inovadora, se abstém da gestão democrática, determina a partir de sua implantação que sejam elaborados Planos Estaduais e Municipais de Educação as quais diretrizes, objetivos e metas sejam consoantes com aquilo que o PNE estabelece. Sua revisão ocorre periodicamente de quatro em quatro anos, a sua coordenação está sob a competência do Ministério da Educação e Cultura, das Secretarias Estaduais de Educação e dos órgãos executivos municipais encarregados da Educação, que deverão envolver nessas tarefas organismos como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselhos dos Reitores das Universidades Brasileira (CRUB) e entidades dos profissionais da educação, dos estudantes etc. Algumas diretrizes foram estabelecidas neste PNE, cita-se alguma delas, na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio).

Universalizar o Ensino Fundamental e garantir a permanência de todas as crianças de 7 a 14 anos na escola, estabelecendo programas específicos de colaboração entre a União e entes federativos para a superação dos déficits da educação a nível mais grave, localizados em regiões específicas do Brasil, em zonas rurais e periféricas do Brasil; Integrar recursos do poder público destinados a Política Social, nas três esferas do governo, para desenvolvimento de programas de bolsa escola, de forma a assegurar o cumprimento da meta anterior, nos bolsões da pobreza; Elevar em pelo o menos 70% o número de concluintes de Ensino Fundamental, sendo necessário em diminuir 5% as taxas de repetência e evasão escolar, regularizar o fluxo escolar de forma a reduzir para 09 anos até o final da década, o tempo médio de conclusão do Ensino Fundamental, prevendo se inclusive a criação de programas emergenciais de aceleração de aprendizagem. Na cidade de Santarém foi implantado o *Programa Mais Educação*, cuja as ações aconteciam em contra turno, selecionando alunos mais defasados na evolução da aprendizagem, recebiam aulas de reforço nas disciplinas de matemática e português, participavam de projetos sócio educativo (jogos, capoeira, karatê) recebiam almoço na

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

escola. Os educadores eram selecionados como bolsistas das universidades, trabalhavam meio período recebendo a metade do salário mínimo vigente na época; entretanto, o projeto funcionou por algum tempo. Devido o não repasse de recursos financeiros do Estado, comprometendo a falta de material humano, alimentação entre outros. O programa nas escolas estaduais de Santarém não foi avante. Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação que venham a ser desenvolvidos. No governo de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva foram criados medidores da educação através das Avaliações da Educação Básica-SAEB e ENEM Exame Nacional do Ensino Médio, e Programa Nacional do Livro Didático escolhidos por professores nas unidades escolares. Estabelece medidas para que as escolas enquanto detentoras de autonomias administrativas produzam seus Projetos Políticos Pedagógicos com duração de três anos, considerando as sugestões dos parâmetros curriculares nacionais e as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e subsequentes, os PPP são revisados anualmente. Valorizar a participação da comunidade na gestão, manutenção física e melhoria de funcionamento das escolas, incentivando o trabalho voluntário, sem eximir o poder público de suas obrigações constitucionais. Neste contexto, há um estímulo de privatizações disfarçadas do ensino público e bem como pode ser equiparado a meta 13, que dá oportunidade das secretarias orientando as unidades escolares criarem conselhos ou equivalentes, afim de incentivar a participação da comunidade no gerenciamento, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares. Elaborar no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra estrutura para o Ensino Fundamental compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com realidades regionais, descritos nas alíneas de “a –j”, no período de 10 anos. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério da Educação. Substituir classes isoladas unidocentes por escolas, pelo menos, quatro séries, de forma a reduzir em 50% o número de estabelecimentos desse tipo. Associar as classes isoladas unidocentes remanescente a escolas, de pelo o menos quatro séries completas. Desde a década de 1990 as escolas estaduais de Santarém, continuam a oferecer vagas no turno da noite de Educação de Jovens e Adultos. Garantir com a colaboração entre a União e os demais entes federativos o provimento de merenda escolar e elevação progressiva dos seus níveis calóricos e proteicos; o dinheiro

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de Santarém (zona urbana) questão de cidadania

estadual referente a merenda escolar é repassado ao município de Santarém, que realiza as licitações para a compra da merenda escolar, o qual distribui as escolas estaduais de Santarém, entretanto, o cardápio diferencia entre as escolas estaduais e municipais. Estando, prejudicada a distribuição da merenda escolar nas unidades estaduais de Santarém. Ampliar progressivamente a extensão da jornada escolar, de forma a impedir a implantação de 10 anos de um turno único em todas as escolas, que abranja pelo o menos o período de 09 a 16 horas. Ainda não foi implantado nas escolas estaduais de Santarém. Estabelecer, em 02 anos a reorganização curricular dos cursos noturnos, de forma a adequar as características da clientela e prover a eliminação gradual da necessidade de sua oferta, a não ser a do caso de Educação de Jovens e Adultos e de classes de aceleração de aprendizagem. Nenhuma ação foi efetivada nas escolas estaduais de Santarém. Dotar as escolas, gradualmente, de suporte pedagógicos as atividades dos docentes, cumprindo funções de direção, orientação coordenação e planejamento da ação educativa. Existe uma grande defasagem de pedagogos nas unidades escolares de Santarém. A maior parte das escolas estaduais, o diretor e vice diretor realizam as funções de pedagogo, outras existem somente um pedagogo por escola, ou dois pedagogos que alternam trabalho para atender a demanda de escolas com três turnos. A Secretaria do Estado de Educação do Pará promoveu um único concurso público em 2000 com poucas vagas para pedagogos. Integrar as atuais funções de supervisão e inspeção ao sistema de avaliação e auto avaliação da instituição escolar. Implantado o SAEB pelo governo Federal. Ampliar progressivamente a matricula do Ensino Médio, de forma a atender, no final da década, a pelo o menos 80% dos concluintes do Ensino Fundamental. Implantar e consolidar no prazo de cinco anos a nova concepção curricular do Ensino Médio Proposta pelo Ministério da Educação. Não foi implantada. Estabelecer e consolidar em cinco anos, um sistema de avaliação do Ensino Médio que permita aferir a qualidade de forma oferecida. Melhorar o aproveitamento do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pelo sistema de avaliação que venham a ser implantados pelos Estados. Reduzir em 5% a repetência e a evasão, de forma a diminuir em quatro o tempo médio para a conclusão do Ensino Médio. Dados do IBGE mostram que o índice de analfabetismo cresceu no Brasil. Adaptar em cinco anos, as escolas existentes, de forma a atender aos padrões mínimos exigidos. Assegurar que em cinco, em pelo o menos 50% das escolas

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

disponham de equipamentos de informática para modernização da administração e para apoio à melhoria do ensino, atualmente, a Secretaria do Estado do Pará, não dispõe de quadro suficiente de professores para atuarem nas salas de informática. Proceder em dois anos, a uma revisão didático pedagógica do ensino noturno, de forma adequada às necessidades do aluno trabalhador sem prejuízo da qualidade de ensino. Adotar medidas para manter o turno diurno e manter o turno noturno, de forma a garantir os alunos que trabalham. Essa equidade de fato não foi efetivada nas escolas do Estado, o número de alunos do turno noturno foram reduzidos consideravelmente, já que aumentaram o número de escolas técnicas privadas e públicas na cidade a nível de Ensino Médio. Ampliar o número de edifícios escolares, a fim de, atender a expansão do Ensino Médio. Dados da 5ª Unidade Regional de Santarém (URE), as Escolas Estaduais passaram a diminuir ou fechar por falta de investimentos públicos na Educação, como melhoria na infraestrutura dos prédios, locação de recursos através do Fundo Nacional de Educação ou Fundo Nacional de Dinheiro Direto nas Escolas, que é repassado para as escolas estaduais devido a prestação de contas do Conselho Escolar estar em aberto. Somente no ano de 2016 das 37 escolas existentes na zona urbana, foram fechadas duas escolas, regredindo o número de unidades do Estado na cidade de Santarém. Estabelecer em um ano, o programa de formação de professores especialmente na área de matemática e ciências. O governo federal não implantou nenhum convênio ou abertura de vagas específicos para a área de Matemática e Ciência. O quadro de professores da 5ª Unidade Regional de Educação está saturado com profissionais de licenciatura de Biologia e Matemática, poucas carga horária para estes profissionais, que são deslocados para sala de projetos, como Mundiar- distorção série-idade ou mesmo os professores de Matemática que são reaproveitados nas disciplinas de Física. Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício de cidadania. Ainda não implementado em escolas estaduais da zona urbana de Santarém, segundo o Sindicato de Profissionais da Educação Estadual do Pará (SINTEPP), existe uma grande resistência dos diretores das escolas nas implantações dos grêmios estudantis, e consciência política dos alunos, que resistem a implantação dos grêmios.

O Plano Nacional de Educação contempla três objetivos: elevação global do nível de escolaridade, a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis (elencados acima) como também redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

permanência na escola, com sucesso na educação pública e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo a participação dos profissionais da educação na elaboração o Projeto Político Pedagógico da escola e a participação da comunidade nas ações da escola. A Estrutura do PNE passa a ser constituído em níveis de Ensino que contempla da Educação Básica até indígena. Financiamento da gestão e acompanhamento. De acordo com o Decreto n.º 2.208 de 1997, a seção foi estabelecida dando prioridade a educação profissional e Fundamental, respaldou minimamente o Ensino Médio. Desta forma pretende sacramentar a separação entre formação propedêutica e profissional, tratando de concretizar as políticas educacionais do Banco Mundial. Outra característica que se percebe, são as boas ações de alguns campos da sociedade brasileira, intitulados “*Amigos da Escola*”, isto é, trabalhos voluntários nas escolas. Outrossim, percebe se a diretriz centralizadora, associada ao discurso genérico em favor da autonomia pedagógica das escolas que está evidenciado no dispositivos ou seja, nas metas 2, 3 e 14 do Plano Nacional de Educação que trouxe a nova concepção curricular elaborada pelo Conselho Nacional de Educação, estabelecendo uma melhor qualidade na evolução da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio, de forma a elevar os níveis de desempenho definidos e avaliados pelo SAEB-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que se efetiva nas formas do ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio que ocorre a cada final da última serie do ensino médio, ou direcionados aqueles que já concluíram, também acontece essa avaliação pelos sistemas de avaliação década Estado. Nas metas 2, 3, e 14 ocorre uma dissociação entre a autonomia das unidades escolares, gerencia de recursos, Projeto Político Pedagógico-PPP para a manutenção das unidades, porém, quando o Conselho Nacional de Educação e Plano Nacional em conjunto com o Ministério da Educação dita as regras, definindo e avaliando os alunos, não levam em consideração a autonomia e as ações que estabelecem o Projeto Político Pedagógico das escolas, já que estes constitui se na própria vida da escola, é o dia a dia, cuja gênese se dá através da participação de toda comunidade escolar. O Sistema avaliador, não pressupõe avaliações da escola com seus pontos positivos e negativos, os quais deveriam ser sanados durante os três anos de vida do PPP, que durante esse período pode ser ajustado.

iii. Financiamento

Quanto a Universalização do Ensino Médio. O PNE direcionava vagamente a declaração de intento, o que não se torna na realidade algo muito específico ou eficaz, quando ele cita:

“Formular e implementar, progressivamente, uma política de gestão de infraestrutura física na educação básica pública, que assegure o oferecimento de vagas, que, no prazo de cinco anos, correspondam a 50% e, em dez anos, a 100% da demanda do Ensino Médio, em decorrência da universalização e regularização do fluxo de alunos do Ensino Fundamental”.

Aqui está o gargalo de financiamento do Ensino Médio, já que por emenda constitucional no ano de 1998, estabelece um mínimo de financiamento deslocado para o Ensino Médio, dificultando o deslocamento dos alunos do Ensino Fundamental para o Ensino Médio das escolas públicas, pois, uma grande parcela encontra-se em péssimas qualidades estruturais físicas, e com poucos materiais de apoio, computadores, carteiras, laboratórios, bibliotecas. Impossibilitando medidas efetivas para tal realidade. O Plano Nacional de Educação Impõe a universalização no atendimento de Ensino Médio em estabelecimentos dos entes federativos, porém, não assegura meios de financiamento.

Tabela 1 – Investimento Público em Educação.

Investimento Público Total em Educação % em PIB									
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
3,9	4	4,1	3,9	3,9	3,9	4,3	4,5	4,7	5

Fonte: INEP/MEC

A viabilidade de políticas públicas relacionadas ao financiamento da educação visou ampliar em 5% do produto interno bruto de investimentos na educação para 10%. O que não agradou a sociedade civil, pois, de acordo com os dados estatísticos de analfabetismo no Brasil, os investimentos em educação não suportam a erradicação em pelo o menos 30% dos analfabetos, sendo necessários valores superiores que o estabelecido. Mesmo antes da aprovação do PNE, o Ministério do Planejamento já previa um valor menor. A evolução do percentual de investimentos do PIB ficou muito abaixo daquele projetado pelo governo, já que foi encerrado o ano 2009 com índices

muito abaixo daquele projetado pelo governo, ou seja, abaixo de 7%. A lei n.º 11.494 de 2007 Regulamenta o FUNDEF, não ordena a fiscalização dos recursos da união no Estado do Pará. Exige apenas a transparência por meio de dados oficiais, não estabelece uma fiscalização direta. Entretanto, o Estado do Pará foi o primeiro Estado a receber o repasse do governo Federal por meio da própria lei atual de educação, que permitiu o repasse antecipado, ora, um ano após ser liberado o repasse de verbas da educação, o Pará por meio de uma execução de uma diretriz básica, que faz menção a melhoria da educação básica, implantou a municipalização do ensino fundamental, cabendo ao Pará, apenas o processo de colaboração do ensino, entretanto, abriu precedente para jurisdicionar a educação de ensino médio.

iv. Combate ao Analfabetismo

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos caiu, entre os anos de 2000 a 2010, em ritmo menor do que entre as pessoas de 10 a 14 anos, O Brasil apresentava 14,66 milhões de analfabetos, o que representa 9% nessa faixa etária. Em dez anos o índice de analfabetismo passou de 7,3% para 3,9%, isto significa uma queda de 46,5%. Porém, é maior o número de analfabetos na faixa dos 15 ou mais idade, este dado é assustador. Entre os maiores de 15 anos, a taxa de analfabetismo caiu de 13,6% em 2000 para 9,6% em 2010, redução de cerca de 29,4%, isto significa 14 milhões de analfabetos nessa faixa etária. Apesar de cair o número de analfabetos nesta faixa etária o percentual de analfabetos de 2000 a 2010, ainda é o menor desde a década de 1940. É importante ressaltar que o acesso a programas de alfabetização de jovens e adultos ainda deixa a desejar, isto é, não há investimentos públicos que propicie alternativas de políticas públicas para esses jovens. Segundo o Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNAD) em concordância com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ressalta que a taxa de analfabetismo caiu, que segundo o PNAD, nesta faixa etária o indivíduo deveria estar entre o final do Ensino Fundamental e o início do Ensino Médio. Para eles, o analfabeto é aquele que não consegue ler e escrever em bilhetes simples. Pedro Demo(2002) considera a qualidade educativa da população o acesso a universalização do ensino fundamental, capaz de garantir a todos condições de participar e produzir, ou seja, desenhar a formação básica necessária e que deveria estar

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

ao alcance de todos, sobretudo via de universalização do educação básica. Universalizar o ensino público e dar acesso a todos encontram se destacados na Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 fomentando teorias da qualidade total com teorias construtivistas, o que por essas terras ainda está um pouco distante de ser alcançado, não basta ter diretrizes, metas, estratégias, ou boa vontade. No mundo capitalista real, em que o Brasil se encontra, e na atual conjuntura, é necessário valores econômicos direcionados a um fim, trabalho comprometido com a educação, buscar meios de fiscalização, onde a população tenha acesso.

v. Estatísticas

A universalização do Ensino Médio está significativamente concentrado nas bases da Constituição federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação que dá competência aos Planos Estaduais de Educação. Segundo dados de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas AnísioTeixeira-INEP os Estado do Pará apresenta os seguintes dados relacionados a matrícula no Ensino Médio: Oferecendo 80,9% das matrículas na rede pública. Oferecendo 89, 5% das matrículas muito acima das redes federal municipal e privada

Tabela 2 - Matrícula no Ensino Médio.

DEPENDENCIA	MATRICULA	%
Estadual	317.176	89,5
Federal	3.131	0,88
Municipal	178	0,05
Privada	33,891	9,56

Fonte: INEP/CENSO, 2013.

Já no censo do ano seguinte, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pesquisa por amostra de domicílios o Pará apresenta maior índice de matrículas no Estado do Pará, ensino médio e fundamental, estando o Pará no ranking nacional, cerca de 85, 6%; porém, isto não significa que todos matriculados estão na faixa de 15 a 17anos somente no ensino médio, é necessário levar em consideração a distorção série/idade que vai além dos 17 anos, ou seja, ainda é necessário trabalhar neste problema. Que segundo, o

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

observatório do Plano Nacional de Educação nesta faixa etária de 15 a 17 anos em diante, há necessidade de expansão no atendimento educacional para atender cerca de 90. 048 jovens, ou seja, estes estão fora das escolas. Em 2015, os dados de matriculados são alarmantes, houve uma brusca queda, segundo o censo do IBGE, a região norte apresenta 8,5% de analfabetos, perdendo apenas para a região nordeste com 14,8%.

Esses dados dos institutos oficiais brasileiros, mostram as disparidades regionais, mesmo no interior das regiões do Brasil, composta de cinco regiões e suas sub-regiões;

O que se observa em relação às sub- regiões que compõem o Estado do Pará, são as enormes desigualdades naturais, territoriais, sociais e laborais de determinadas comunidades existentes no Estado do Pará que demandam a adoção de medidas objetivas para melhorar as desigualdades quanto ao acesso ao ensino fundamental e médio evidenciadas. No portal da Secretaria do Estado do Pará (SEDUC-Pa) consulta de matrículas; o número de matrículas no ensino público no município de Santarém de 2012 (34.227) a 2013 (30.428) oscilou para menos apesar de manter o mesmo número de escolas (38) e anexos (10), em 2015(36.736) o número de matrículas saltou consideravelmente; de 2016(28.565) para (25.848) em 2017, a taxa de matrícula oscilou consideravelmente para menos; percebe se o pico das matrículas no ano de 2015.

A meta 7 do Plano Estadual de Educação ressalta que “elevar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria de fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB”. Segundo os dados do Projeto Político Pedagógico da Escola Romana Tavares Leal.

Tabela 3 - Resultado Geral do Índice de Desempenho dos alunos.

ANOS	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	DEPENDÊNCIA	EVASÃO
2012/2015	58% / 85,%	14% / 8,1%	3% /	25%5,9%
2013/2016	65% / 74%	15% / 13%	7% /	13% / 8%
2014/2017	66%/ 70%	17% / 15%	4% /	13% / 7%

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Os Resultados são satisfatórios, percebe uma elevação na aprovação em contrapartida a reprovação diminuiu, como também, diminuiu a reprovação. Não há dados atuais para a dependência (2015 a 2017) entretanto, o número de evasão aumentou, jovens estão abandonando a escola. O índice de aprovação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio, mostra o gráfico da p. 09 do Projeto Político Pedagógico reformulado este ano, mostrou 2015 (59,05%)-2016(50,84%)-2017(60,5%), houve uma considerável elevação no nível de aprovação, porém, o nível de reprovação continuou subindo 2015 (8,7%)-2016(12,41%)-2017 (13,4%), o que ainda é alarmante o quadro de reprovação da escola. Segundo a avaliação da meta 6 e 10 que aborda a elevação em 25% ensino integral no ensino médio e fundamental, não aconteceu. Assim como, a meta 11 triplicar a matrícula de educação profissional técnica de nível médio.

Hoje, em todo o país, há um grande número de experiências que se valem de variadas metodologias e que têm, com sucesso, alfabetizado seus jovens e adultos e construído uma escola que não seja uma fábrica de futuros analfabetos. Sempre há e sempre houve disposição da população para engajar-se nos programas de alfabetização, ou reforço no ensino fundamental; o que faltou muitas vezes foram programas de qualidade, claramente delineados para seus diferentes perfis, e com o nível de profissionalização que se espera de qualquer atividade. Nesta área, improvisação geralmente redundava em fracasso como a nossa própria experiência nos ensina. E aqui, nunca é demais lembrar o Mobral, que pretendia erradicar o analfabetismo, a baixo custo, no período da ditadura militar e que foi um retumbante fracasso. O Brasil é um país que, graças à difusão do método criado por Paulo Freire, nas décadas de 1960 e 1970, ajudou a erradicar o analfabetismo no mundo. Infelizmente, neste mesmo período, esse educador era proibido de expandir a sua metodologia educacional.

17. Plano Educacional do Pará

Em consonância com o art. 211 da Constituição Federal do Brasil e de acordo com os art. 9 e 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 e aprovação em plenárias realizadas nos dias 15 a 17 de Dezembro de 2009, foi aprovado a Resolução 003 de 2009, que trata do Plano Educacional do Estado do Pará, este Plano tem validade por dez anos, entre das diretrizes dispostas no art. 2º. I,II,III,IV,V,VIII e IX, que trata da

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das Desigualdades educacionais; melhoria na qualidade da educação; estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação com proporção no Produto Interno Bruto; Valorização dos profissionais na educação. A execução e avaliação deste plano fica sob a competência da Secretaria do Estado de Educação e do Conselho Estadual de Educação (CEE) e Forum Estadual de Educação.

18. Conselho Nacional de Educação (CNE)

Um Conselho é um órgão público acessoria da própria lei, ele se submete as própria lei para desempenho do exercício da cidadania na busca do ensino de qualidade no Brasil.

Tal como órgão público, está sob o Inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal de 1988, com determinadas especificidades ou funções, que estão de acordo com os princípios estipulados nos art. 206, inciso VII e e 211. Parágrafo 1.º que tratam do padrão de qualidade de competência sob a direção da União.

i. Competência e Jurisdição

O Conselho Nacional de Educação, vista sua competência, sua forma e as finalidades que lhe são próprias é, assim, um órgão público e colegiado, ao qual a lei atribui o exercício da função normativa, expressa pela Lei n.º 4.024/61 com a redação dada pela Lei n.º 9.131/95, a fim de interpretar campos específicos da legislação e aplicar as normas a situações específicas como um meio de satisfazer um direito de cidadania, conforme o art. 205 e o art. 175 da Constituição Federal de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional decorrente do art. 22. XXIV da Constituição Federal, recepciona em seus artigos. 8 e 9 o já criado Conselho Nacional de Educação pela Lei n.º 9.131 de 1995 e dá competência concorrente aos Estados, Municípios e Distrito Federal na criação de seus órgãos normativos dentro de seus raios de competência de ensino. Os quais passam a receber a nomenclatura de Conselhos, Estaduais, Municipais e Distritais de Educação. Também passam os respectivos órgãos a reger no âmbito de cooperação recíproca de acordo com os artigos 211 e 23 da Constituição Federal, o exercício da função de cada um deles é prerrogativa de acordo com suas atribuições

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

escolares. Como órgão de função normativa, por força de dispositivos constitucionais, ele não legisla com as funções do poder legislativo da União, apenas ele interpreta nos campos específicos conforma a lei. n.º 9.135 de 1995 que cria o Conselho Nacional de Educação, essa interpretação também ocorre através da equidade de Aristóteles, ou seja é uma adequação prudente, uma educação contextualizada dos fenômenos educativos que não tenham especificamente regulamentados os pareceres e resoluções do Conselho in tese, dado o caráter amplo das diretrizes e determinados aspectos legais, ficam para atribuição dos órgãos normativos, nesse sentido, a função normativa vem por força do art. 10. V e 11 da LDBEN de 1996, que cabe autonomia competente aos entes federativos. Assim, quando o conselheiro na função de gestor normativo necessita de clareza tanto em relação aos aspectos legais em relação a realidade dos fatores educacionais e sociais da realidade vivida. Esse processo exige do conselheiro auscultação e estudos de situações parecidas e reais na busca de interpretações de casos já existentes formando sua posição que será confrontada com a pluralidade dos outros membros do Conselho. Consequentemente os membros do Conselho, devem buscar legalidade e legitimidade de acordo com o parágrafo único. Art. 1º e art. 204. II da Constituição Federal, que trata de incluir mecanismos de participação corroborados pelo respaldo nos princípios estabelecidos no art. 206 da Lei Maior Federal que trata da gestão democrática e do Estado Democrático de Direito. Encaminhar e zelar pela cultura dos estabelecimentos escolares e do Próprio sistema educacional dos entes federativos consiste nesta função. Daí dizer, que interpretar neste caso, é tornar o texto normativo, eficaz. O CNE estabelece as metas e diretrizes para que aconteçam as ações operacionais de fato. O conselheiro, ingressa no âmbito do interesse público, direito a educação das pessoas que buscam a educação escolar, sua vontade passa a ser baseada na vontade pública, matéria a ser tratada. A autoridade que lhe é derivada é imanente pela função que dispõe. Sua função passa a ser voltada para um múnus público, a qual é direcionada a um órgão colegiado, que vão dar pareceres favoráveis ou desfavoráveis, por isso a função dos membros são concorrentes dentro da pluralidade do Conselho.

19. Conselho Estadual de Educação do Pará

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará, vigorado através da Resolução n.º 001 de 05 de Janeiro de 2010 foi promulgada através das disposições constitucionais do

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

artigo 211 da Lei magna de 1988 e artigos 8 e 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de acordo com as plenárias em audiências públicas com aprovação pelo anteprojeto de Resolução do Conselho Estadual de Educação 003/2009. A Resolução in tесе trata da regulamentação e consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica do Sistema Estadual. É composta de três títulos e onze capítulos e seções. Título II e Capítulo I trata da Educação Básica compreendendo os artigos 6º ao 13º com suas alíneas, incisos e parágrafos; Capítulo III trata do Ensino Fundamental nos seus artigos 21º e 22º; o Capítulo IV dos artigos 31º a 36º e alíneas trata do Ensino Médio.

Algumas das novidades quanto ao Ensino Básico está disposto no Título III que trata das Disposições Finais e Transitórias, está voltado para a implantação do Ensino Fundamental que passou de 08 anos para 09 anos. De acordo com o artigo 150. As instituições de ensino teriam que alterar e adequar esta mudança e submetendo a análise do Conselho Estadual de Educação a alteração do regime escolar, o plano de implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a matriz curricular. Fica assegurado os alunos que são concluintes das antigas regras.

i. Contexto geral das Escolas Estaduais

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Romana Tavares Leal, nasceu em 1985, onde funcionava um barracão de propriedade da Igreja católica de Santana e recebia o nome de Escola de 1º Grau Elinaldo Barbosa dos Santos, mantida pela Secretaria Municipal de Educação sob a responsabilidade da professora Maria Alice Pereira de Sousa. No ano de 1988 sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Pará iniciou a construção de seu prédio atual, em 2007, a escola passa por inúmeras dificuldades (estrutura física e falta de recursos humanos), posteriormente, em 2008 foi condenada pelo laudo técnico do corpo de bombeiros. Por conta da construção de um novo prédio e da morosidade da SEDUC-Pa, passou quatro anos funcionando em outros prédios alugados (salas improvisadas na danceteria Standart e salas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Julia Gonçalves Passarinho), enquanto esperava pelo término da construção do novo prédio. Um ano depois, a escola teve uma perda considerada de 200 alunos, devido as condições insalubres dos prédios alugados,

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

e o cansaço dos alunos, naquele momento ainda existir o turno intermediário. Depois de muitas dificuldades, em 2012 veio a ser inaugurada e, aos poucos retomando suas atividades normais. Atualmente a escola funciona com turmas desde os níveis do fundamental menor até o ensino médio, além de atender as turmas de erradicação do Trabalho Infantil PETI, atualmente em todos os turnos funciona o Ensino distorção série/idade o Projeto Mundiar , cuja a escola é considerada uma polo deste projeto. Seu corpo discente, é formado pela clientela do entorno da escola, sendo constituída por alunos de classe baixa, oriundas de famílias desestruturadas, que sobrevivem de salários mínimos regional, bolsa família e outros programas de assistência social do governo, outros precisam trabalhar para ajudar no orçamento familiar. Fatores ainda não sanados, que contribuem para as dificuldades na evolução do ensino aprendizagem. segundo, análise do PPP da escola(Anexo P.), estes alunos apresentam ainda: desinteresse e baixa autoestima sem perspectivas promissoras de qualidade de vida. (quadro do item 3.11.1)

Em contrapartida o quadro dos docentes é satisfatório, todos apresentam curso superior e especialização, exigidos para o exercício de docência no Estado do Pará. Na proposta metodológica do PPP (p.38) a escola propõe aos docentes motiva los através de metodologias diferenciadas e uso recursos didáticos disponíveis na escola contribuindo para a qualidade do ensino e consciência crítica do aluno.

A equipe gestora é formada por uma diretora e dois vices-diretores. A proposta pedagógica metodológica está concentrada na linha progressista Critico Social dos Conteúdos.

Atualmente a escola continua com o mesmo quadro de docentes, atendendo desde 2015 mais um projeto de educação social, distorção série/idade, que atende um público de discentes na faixa etária de 13 anos até 17 anos na modalidade Ensino Fundamental e dos 17 anos em diante na modalidade do Ensino Médio.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrosio, criada em três de maio de 1900, com o título de “Grupo Escolar de Santarém”, por determinação do então

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

governador da época, Senhor Paes de Carvalho, considerado o prioneiro na implantação da educação Estatal no Pará. Seu prédio encontrava se onde funciona hoje a Escola Estadual Rodrigues dos Santos. Em 1932 foi deslocada para o alto do “morro da fortaleza”, onde funciona até os dias atuais, sendo reformado várias vezes.

Portanto, estabelecer política de Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Um quadro de profissionais da educação motivados e comprometidos valorização dos profissionais da educação em cada rede ou sistema de ensino é fundamental para que a política educacional se fortaleça. Quanto mais sustentáveis forem as carreiras e quanto mais integradas forem as decisões relativas à formação, mais ampliadas serão as perspectivas da equidade na oferta educacional.

Para assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, o planejamento deve se dar a partir da análise das reais necessidades de cada escola, consideradas na gestão de cada rede ou sistema, com contínuo aperfeiçoamento das estratégias didático- pedagógicas. Para a elaboração de planos estratégicos de

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

formação, devem ser implantados os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, previstos na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto nº 6.755/2009). Em vários estados, os fóruns já se encontram fortalecidos e institucionalmente apoiados. À União cabe um forte papel de financiamento e a coordenação nacional.

III. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

1. Problemática

Nos dias em que o Brasil se encontra, nas vivências econômicas, políticas e sociais, é imprescindível que se busque questionamentos palpáveis acerca das normas educacionais e sua aplicação no contexto laboral do docente público da educação básica. Já que este implica uma cobrança positivista da chamada política educacional da qualidade total e do construtivismo disposto na Constituição Federal de 1988 e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96 e demais normas estatais. Nesse sentido, é imprescindível conhecer acerca da evolução histórica dos métodos educativos e consequentemente de suas legislações públicas aplicadas no Brasil, já que é o ponto inicial para o exercício da cidadania. Entender o contexto bibliográfico da história do sistema educacional nas esferas federal e estadual e seus reflexos na prática cotidiana dos docentes de duas escolas públicas do Estado do Pará, a nível local. Frei Ambrosio e Romana Tavares Leal é centrar se em um ambiente propício para que se procure analisar e refutar todo esse processo, surge então, os seguintes questionamentos:

- Qual a visão que os docentes das escolas de Santarém têm da formação e aplicação do Sistema Educacional no Brasil na sua prática diária?
- Será que os docentes tem conhecimentos dos marcos históricos regulatórios do sistema educacional brasileiro? 1549 até 2017?
- Será que os docentes tem conhecimento das tendências pedagógicas das lei de diretrizes e bases da educação existentes no Brasil e seus reflexos no Projeto Pedagógico local?
- Será que a prática dos docentes está de acordo com as legislações educacionais nacional e local?

2. Objetivos do Estudo

De acordo com a problemática definida ocorreu a necessidade irrefutável averiguar a situação do tema proposto, assim, foi definido como objetivo central deste estudo *Confrontar a análise documental da Legislação Educacional Brasileira (Federais e*

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de Santarém (zona urbana) questão de cidadania

Estadual) com a prática educativa dos docentes das unidades escolares estaduais de Santarém (Zona Urbana). Deste objetivo decorrem os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar o histórico do Sistema educacional brasileiro desde de 1549 até 2017 , considerando a história educacional do Brasil.
2. Pontuar os marcos históricos educacionais a nível federal e estadual desde 1549 até 2017.
3. Pontuar as normas ou legislações do governo Federal e Estadual direcionadas a implantação do Sistema Educacional brasileiro.
4. Identificar o conhecimento que os docentes apresentam acerca da linha evolutiva do sistema educacional brasileiro a nível nacional e local.
5. Compreender o conhecimento que os docentes dispõe acerca do sistema educacional e sua prática.
6. Analisar as respostas dos docentes envolvidos com a evolução do sistema educacional brasileiro e suas práticas educacionais, levando em consideração as leis de diretrizes e bases da educação atual e outras legislações específicas.
7. Constatar a importância do conhecimento e prática educativa dos docentes.

IV. METODOLOGIA

No sentido de encontrar passíveis soluções que possam permitir analisar o conhecimento e a prática dos docentes quanto a histórico e a legislação do sistema educacional e sua respectiva evolução, foi realizado um estudo de caso de enfoque qualitativo com algumas revisões de literatura e alguns recortes quantitativos. Pois, segundo (Santos, 1999) a investigação educativa, o comportamento deve ser contextualizado, pois as características únicas dos fenômenos em estudo tornam-se impossíveis de repetir, a capacitação dessa realidade complexa, dinâmica, interativa, é um desafio para qualquer investigação social. Os dados da pesquisa foram recolhidos através da realização de um questionário estruturados com perguntas fechadas e abertas. Garantindo confidencialidade nas respostas e anonimato aos inquiridos.

Segundo Bogdan e Biklen (1982) tanto a pesquisa qualitativa etnográfica quanto a estudo de caso. Ambos vem ganhando crescente aceitação na área da educação, devido principalmente estudar questões sociais.

Ponderou-se ainda a análise das respostas do questionário pelo uso do método empirista ou indutivo, de cunho sistemático de observação, a qual se levará em consideração o conhecimento in tese tomando como base a experiência e a vivencia dos docentes descrevendo-os suas respostas (recolha e analise dos dados). Alguns critérios de validade serão respeitados como a objetividade, confiabilidade, transferibilidade, confiabilidade.

1. Instrumentos e Procedimentos

Procurou-se, também, entender o conhecimento prático dos intervenientes através das interpretações que os mesmos têm acerca do caso em estudo. Contudo, neste enfoque qualitativo, pretendeu-se inserir um componente quantitativa através da realização de um questionário estruturado, elencando perguntas abertas (uso do POR QUE) e fechadas obedecendo duas ou alternativas de respostas. SIM. NÃO. SUFICIENTE. INSUFICIENTE. E três alternativas de respostas BOM. REGULAR. EXCELENTE. As alternativas que tem como função, o tratamento estatístico das respostas dos docentes,

validando-os, outrossim, por permitirem ainda que em nível ordinal a mensuração do fenómeno de forma que as perguntas formuladas no questionário venham imbuidas de clareza, coerência e neutralidade. (Santos,1999). De acordo com (Gil, 2008) o questionário permite atingir pessoas próximas ou distantes, anonimato, leva a liberdade dos inquiridos responderem no momento que lhes convier. O qual foi sujeito a validação pela professora doutora acompanhante da pesquisadora, a qual chegando a versão final (Anexos 1 e 2).

i. Procedimentos

Neste sentido foram considerados os seguintes procedimentos:

1. Ocorreu uma pesquisa bibliográfica, afim de compreender a mecânica do sistema educacional brasileiro, desde 1549 até 2017. Desta forma escolheu o público docente de duas das maiores escolas públicas da cidade de Santarém, onde nos primeiros contatos com a escola foi apresentado o projeto de pesquisa aos diretores com as suas respectivas autorizações (Anexos 1 e 2), o teor da autorização às escolas em estudo consistia *em recolha de informações sobre a verificação de conhecimento dos docentes das legislações educacionais nas esferas federal e estadual e suas aplicações nas escolas estaduais.*

2. Nesse sentido, partindo da visão bibliográfica da história e evolução do sistema educacional desde 1549 até 2017 e passível de averiguação do conhecimento e da prática dos docentes, foi construído um questionário com perguntas abertas e fechadas. Em seguida foi explicado o questionário e repassado para os docentes interessados. Ressaltou-se para os docentes a confiabilidade e o anonimato das respostas. Assim, o questionário passou a ser dividido em três partes (visualizados através das Tabelas (4, 5, 6 e 7) com seus respectivos itens. Tabela 4. Itens de 1 a 6 (1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6). Dados sociobiográficos . Tabela 5. Itens de de 1 a 4. (2.1; 2.2; 2.3; 2.4) Conhecimento das sistema educacional brasileiro. Tabela 6. Item (6.1) Competência da SEDUC/Pa (3.1). Tabela 7. Prática nas escolas. Itens de 1 a 4 (4.1; 4.2; 4.3; 4.4). Neste questionário houve duas perguntas subjetivas. Tabela 5. Item 2.5. É importante conhecer as legislações educacionais? “SIM”. NÃO” Por que? Tabela 7. Prática nas escola. Item

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

4.1; 4.2; 4.3; 4.4. Sua prática na escola está de acordo com o PPP da sua escola? SIM. NÃO.

3. Na primeira parte. (Tabela 4.) Dados sociobiograficos. Foram considerados seis itens. Os quais foram aplicados aos inquiridos e recolhidos as suas respectivas respostas(dados) para uma melhor contextualização sociobiografica. Item 4.1 Gênero. 4.2. Idade. 4.3. Tempo anos (total) de exercício profissional na Seduc-Pa. 4.4. Formação acadêmica. 4.5.Declaro ser docente e atuar no seguinte nível de ensino. 4.6.Escola que exerce a profissão.

4. Na segunda parte. (Tabela 5) 4 itens; foram considerados as alternativas opcionais (2.1 e 2.2) e foram também efetivadas através dos níveis de concordância. SIM ou NÃO. (2.4 que este item elencou uma pergunta com alternativas semiaberta). 2.1.Voce conhece as legislações abaixo relacionadas. 2.2.Voce conhece os seguintes marcos históricos? 2.3. Voce conhece a tendência pedagógica da sua escola? SIM. NÃO. 2.4. É importante conhecer as legislações? SIM. NÃO. Por que? Os itens 2.1, 2.3 da Tabela 5 tem como finalidade responder o objetivo 1. Identificar o histórico do Sistema educacional brasileiro desde de 1549 até 2017 , considerando a história educacional do Brasil.

5. Na terceira parte. (Tabela 6) Competência da Seduc/Pa. 3.1 A Seduc/Pa quando solicitada através da 5ª Ure fornece. As alternativas de respostas dos docentes. a)Viabilização de novas turmas; b) Material de apoio humano(serventes, faxineiros, técnicos escolares, pedagogos, professores) c) Qualidade na merenda escolar d) Viabilização- trocas de material didáticos; e) Licenças prêmios; d) Capacitação profissional; e) Piso salarial atualizado.

6. Na quarta parte (Tabela 7). Análise e Prática nas escolas. Através dos questionamentos. 4.1 Na melhoria do desempenho dos docentes, as escolas promovem cursos de capacitação profissional a cada: a) A cada 02 meses. b) A cada 03 meses. c) a cada 06 meses. d) Anualmente. e) Não Ocorre. 7.2. Como você considera os repasses dos recursos financeiros destinados a educação? SUFICIENTE. INSUFICIENTE 4.3.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Na sua prática educacional o que são gargalos? a) Estratégias de erradicar o analfabetismo. c) Universalização do ensino. d) Aplicar as metodologias do PPP. e) Capacitação profissional. f) Melhorias Salariais. g) Melhoria na estrutura do prédio. 4.4 Sua prática está de acordo com o PPP da sua escola? SIM. NÃO. 4.5 Como você avalia a sua prática educacional? REGULAR. BOA. EXCELENTE 4.6 Para você o que é uma escola de qualidade de acordo com as legislações educacionais atuais de educação?

7.Quanto as perguntas abertas no questionário, as mesmas estão descritas da seguinte forma; item 2.4 . É importante conhecer as legislações educacionais? SIM. NÃO. Por que? 4.6 Para você o que é uma escola de qualidade de acordo as legislações atuais da educação?

8. Especificamente os itens 2.1, 2.2, 2.4 da Tabela 5. Como também o item 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 da Tabela 7. Bem como todos os itens das Tabelas 5, 6 e 7 Tem como pressupostos responder o objetivo 4. Identificar o conhecimento que os docentes apresentam acerca da linha evolutiva do sistema educacional brasileiro a nível nacional e local.

9.Todos os itens das Tabelas 4, 5, 6 e 7 correspondem ao objetivos. Compreender o conhecimento que os docentes dispõe acerca do sistema educativo e sua prática e, analisar as respostas dos docentes envolvidos com a evolução do sistema educacional brasileiro e suas práticas educacionais, levando em consideração as leis de diretrizes e bases da educação atual e outras legislações específicas.

10. Todos os itens ressaltados nas Tabelas 5, 6 e 7 satisfazem o objetivo seguinte: Constatar a importância do conhecimento e prática educativa dos docentes.

O questionário abordado foi dividido em três partes específicas, os quais complementam-se, na investigação proposta. Segundo ao número de item acima descrito.(Anexo 3). As respostas tratadas(recolhidas, tabuladas, analisadas e divulgadas através das tabelas e gráficos descritos nesta pesquisa). Considerando que o questionário apresenta duas assertivas abertas (5.4 e 7.6), as quais foram elencadas no anexo em destaque (anexo 4)

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

levando em consideração a metodologia de (Gil, 1994 ,2008) preservando o anonimato e a confiabilidade dos docentes inquiridos. Através da ferramenta do Excel 2013 foram analisados os dados da pesquisa.

V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Universo, Amostra e Participantes

Como se destacou no item justificativa e hipóteses, o universo de estudos dessa pesquisa ocorreu em um ambiente de duas Escolas públicas da cidade de Santarém; Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrosio localizada no bairro centro e a Romana Tavares Leal localizada em um bairro mais periférico, segundo realidades distintas de seus docentes, os quais lecionam nos níveis fundamental e médio. Ambiente propício para a pesquisa. Foi aplicado um questionário (amostra) com perguntas abertas e fechadas. Segundo, Eva Maria Lakatos (1999), o questionário é um instrumento de coleta de informação utilizada numa sondagem ou inquérito. Sudman e Bradburn (1982), passam a comparar perguntas abertas e fechadas, as quais listam três grandes vantagens: 1. Permitem ao docente dar uma opinião completa; 2. Permitem distinções que geralmente não são possíveis em perguntas fechadas; 3. Permite que o docente se expresse com suas próprias palavras, estando, este mais a vontade. O questionário direcionado aos docentes das escolas pesquisadas é composto de perguntas abertas e fechadas, aplicados em um universo de 40 docentes o que foi considerável para se obter a análise até o resultado final da pesquisa.

2. Caracterização dos participantes e resultados

Para efetuar a caracterização dos docentes no estudo e identificar o perfil dos questionados, procedeu-se à recolha das informações através das respostas dos mesmos nos questionários estabelecidos, e descritos nas tabelas abaixo elencadas (Tabelas 04 a 07), posteriormente visualizados os resultados nos gráficos.(Gráficos 1 a 16).

(Tabela 4) Dados Sociobiograficos. Itens 1.1- Genero. 1.2-Idade. 1.3- Tempos anos (total) serviços na Seduc/Pa. 1.4-Formação Academica. 1.5- Declaro ser docente e atuar no seguinte nivel de Ensino 1.6- Escola que exerce a profissão. (Tabela 2) Conhecimento do Sistema Educacional. Item 2.1- Voce conhece as legislações abaixo relacionadas? SIM. NÃO. 2.2 – Voce conhece os seguintes marcos historicos. SIM. NÃO. 2.3- Você conhece a tendência pedagógica da sua escola. SIM. NÃO. 2.4- É

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

importante conhecer as legislações educacionais? SIM. NÃO. Porque? (Tabela 3)
 Competencia da Seduc/Pa. Item 3.1- A Seduc/Pa quando solicitada através da 5ª Ure fornece quando solicitada. SIM. NÃO. (Tabela 4) itens: 4.1- Na melhoria do desempenho dos docentes as escolas promovem cursos de capacitação profissional. A cada? .4.2- Como você considera o repasse dos recursos financeiros destinados a educação. SUFICIENTE. INSUFICIENTE. 4.3- Sua pratica está de acordo com o PPP da sua escola? 4.4. Sua pratica está de acordo com o PPP da sua escola? SIM. NÃO. porque? Práticas nas escolas. 4.5 - Como você avalia sua prática educacional? REGULAR. BOM. EXCELENTE.

Tabela 4 - Caracterização dos Docentes Participantes no Questionário: Dados Sociobiográficos.

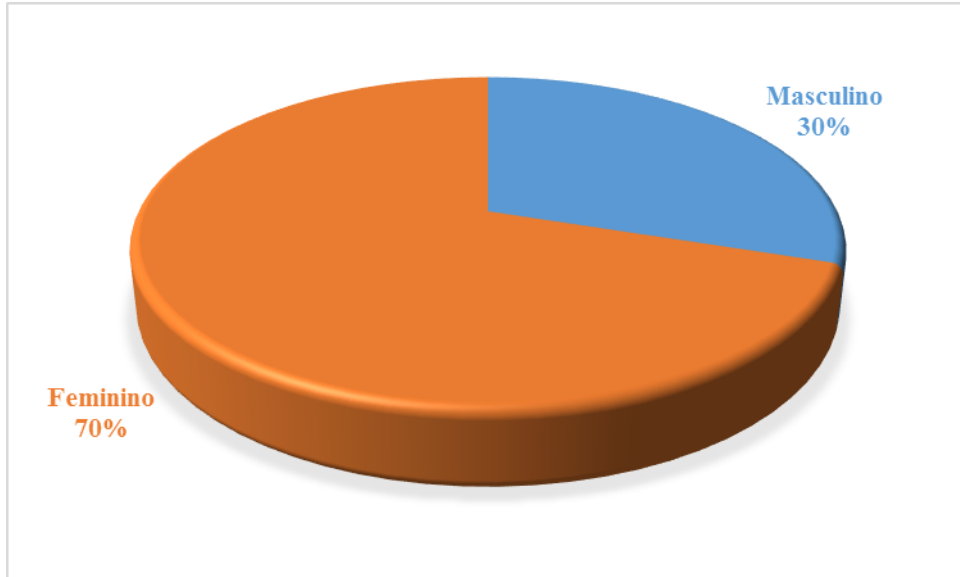
Item	Alternativas	N.º de docentes	Respostas
1.1 Gênero	Masculino	12	30%
	Feminino	28	70%
	Outros	0	0%
1.2 Idade	Menor que 30 anos	0	0%
	De 31 a 36 anos	12	30%
	De 37 a 42 anos	12	30%
	De 43 a 48 anos	12	30%
	Maior que 49 anos	4	10%
1.3 Tempo anos total de exercício profissional na Seduc/Pa	5 a 10 anos	8	20%
	De 11 a 16 anos	8	20%
	De 17 a 22 anos	16	40%
	De 23 a 28 anos	8	20%
1.4 Formação Acadêmica	Graduação	0	0%
	Especialização	36	90%
	Mestrado	4	10%
	Doutorado	0	0%
1.5 Declaro ser docente e atuar no seguinte nível de Ensino	Fundamental	4	10%
	Médio	4	10%
	Ambos	32	80%
1. 5 Escola que exerce a profissão	Frei Ambrosio	4	10%
	Romana T. Leal	4	10%
	Frei ambrosio e outras escolas	16	40%
	Romana T. Leal e outras escolas	16	40%

Como se pode observar na **Tabela 4. Dados Sociobiográficos.** Os docentes Quanto ao Item 1.1. Genero. 28 docentes são do sexo feminino (70%). 12 do sexo masculino (30%). e zero responderam *outros*(0%).

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

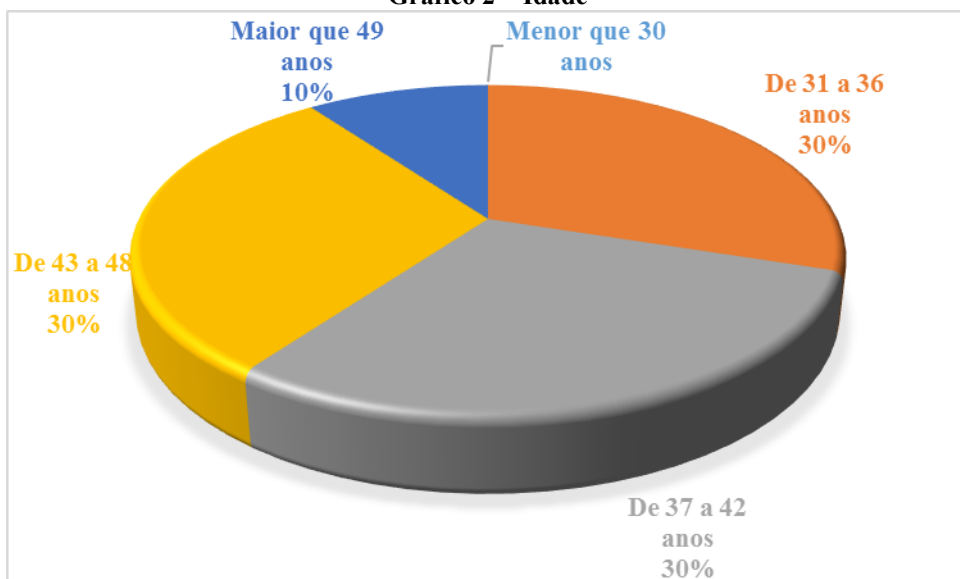
De acordo com a Tabela 4. A docência no Brasil, especificamente indica que a procura pelo exercício do magistério ainda é feminina. Demonstrando que o Sistema educacional de 1930 ainda permanece até os dias atuais no Brasil.

Gráfico 1 – Gênero.



No item 1.2. Idade. Zero (0%) estão na faixa etária abaixo de 30 anos. 12 docentes estão na faixa etária de 31 a 36 anos. (30%). 12 docentes estão na faixa etária de 37 a 42 anos (30%). 12 docentes estão na faixa etária de 43 a 48 anos (30%). E (10%) 8 docentes estão na faixa etária de 49 anos ou mais.

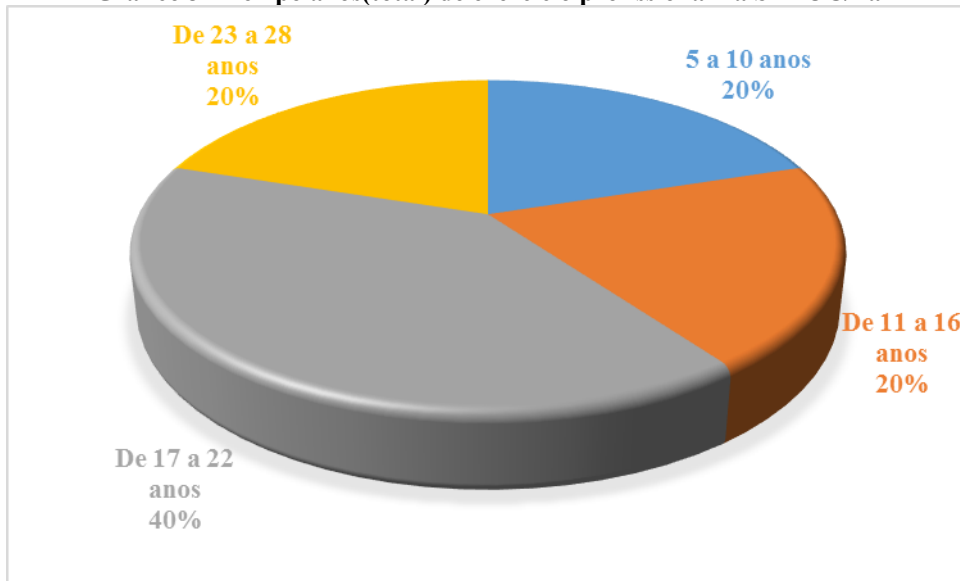
Gráfico 2 – Idade



A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

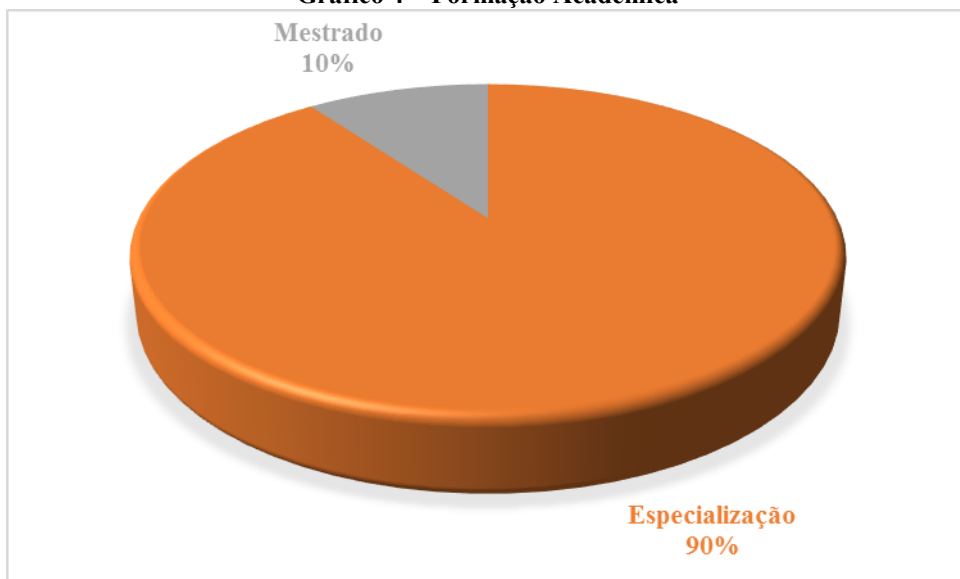
Item 1.3. Tempo anos(total) de exercício profissional na Seduc/Pa. 8 docentes responderam que exercem a profissão entre 05 e 10 anos (20%). 8 docentes exercem a profissão de 11 a 16 anos (20%). 16 docentes responderam que exercem a docência de 17 a 22 anos (40%). E 8 docentes responderam que exercem a profissão de 23 a 28 anos (20%).

Gráfico 3 - Tempo anos(total) de exercício profissional na SEDUC/Pa



Quanto ao Item 1.4. Formação acadêmica. 36 docentes possuem especialização (90%). 4 docentes possuem mestrado (2%). Doutorado (0%). Graduação (0%).

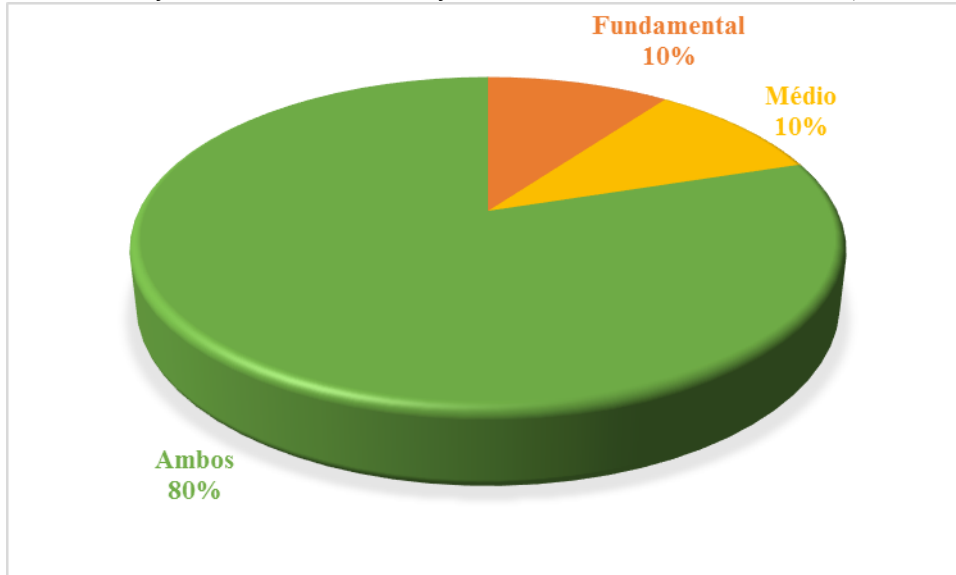
Gráfico 4 – Formação Acadêmica



A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Quanto ao Item 1.5. Declaração de ser docente e atuar no seguinte nível de ensino.. 4 docentes responderam que trabalham com os níveis fundamental (10%). 4 docentes trabalham com o nível médio(10%). 32 trabalham com ambos (80%).

Gráfico 5 - Declaração de ser docente e atuação nos nível de ensino Fundamental, médio e ambos.



Quanto ao item 1.6. Escola que exerce a profissão. Dos 40 docentes inquiridos. 4 responderam que exercem a profissão na escola Frei ambrosio(10%). 4 exercem a profissão na escola Romana Tavares Leal (10%). 16 docentes responderam que exercem a profissão na escola Frei Ambrósio e Outros(40%). 16 docentes responderam que exercem a profissão na escola Romana Tavares Leal (40%).

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Gráfico 6 - Escola que exerce a profissão.

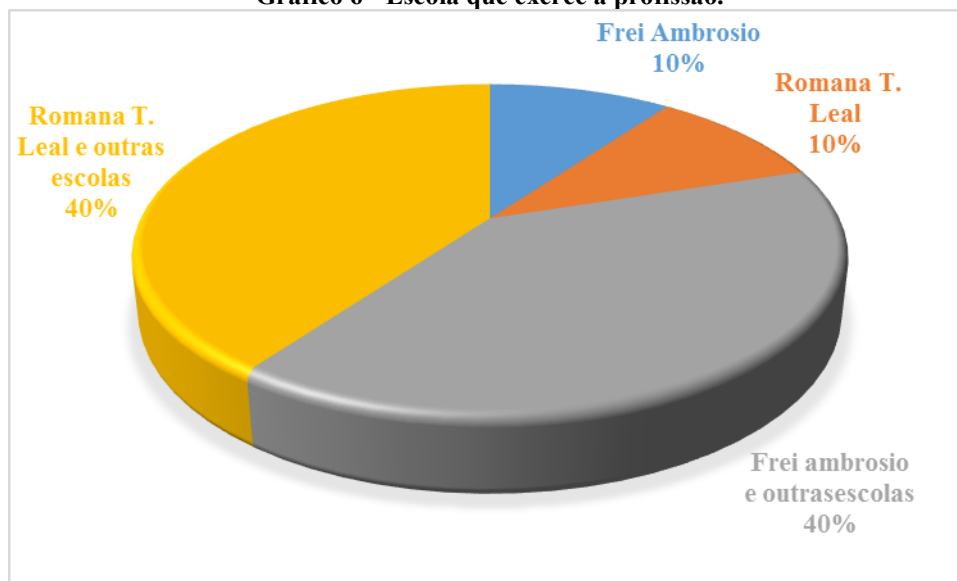


Tabela 5 - Caracterização dos Docentes Participantes do Questionário: Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro

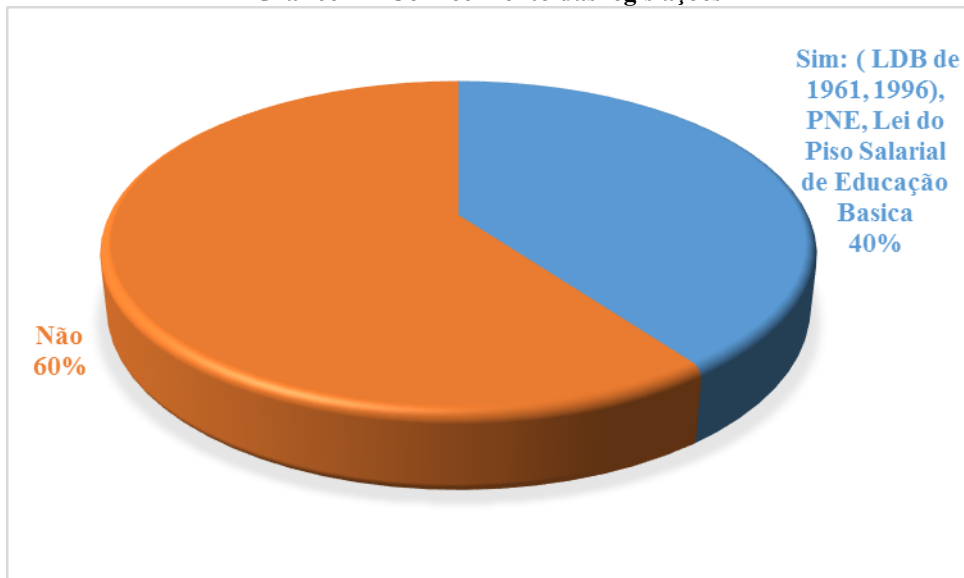
Item	Alternativas	N.º de docentes	Respostas
2.1 Você conhece as legislações abaixo relacionadas?	Sim: (LDB de 1961, 1996) PNE, Lei do Piso Salarial de Educação Básica	16	40%
	Não	24	60%
2.2 Você conhece os seguintes marcos históricos?	Sim (conhecem o construtivismo na LDB 1996(1990-2017)	8	30%
	Não	32	70%
2.3 Você conhece a tendência pedagógica da sua escola?	Sim	4	10%
	Não	36	90%
2.4 É importante conhecer as legislações educacionais? Por que?	Sim	24	60%
	Não	16	40%

Tabela 5. - Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro. Quanto ao Item. 2.1. no que se refere ao questionamento aos docentes. Você conhece as legislações abaixo relacionadas? Dos 40 docentes que responderam ao questionário. 16 responderam SIM. Nas Alternativas. Conhecimento da LDB de 1996 (1990-2017), PNE e Lei do Piso

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

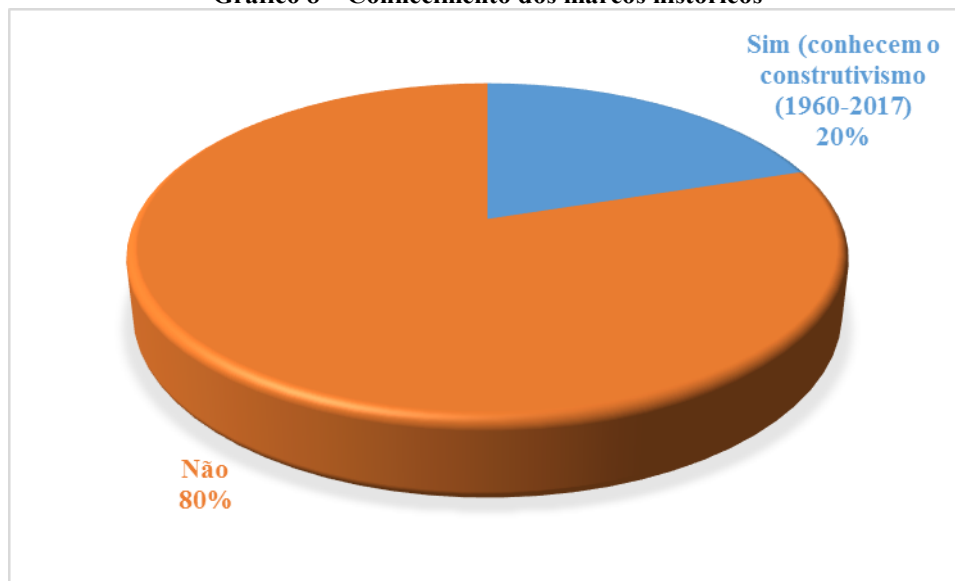
Salarial da Educação Básica. (40%). 24 docentes responderam que NÃO conhecem nenhuma lei. NÃO. (60%).

Gráfico 7 – Conhecimento das legislações



Quanto ao questionamento presente no item 2.2.Você conhece os seguintes marcos históricos? 12 docentes responderam. SIM. (Conhecem o construtivismo de 1960 a 2017) (30%). 28 dos docentes responderam . NÃO (70%).

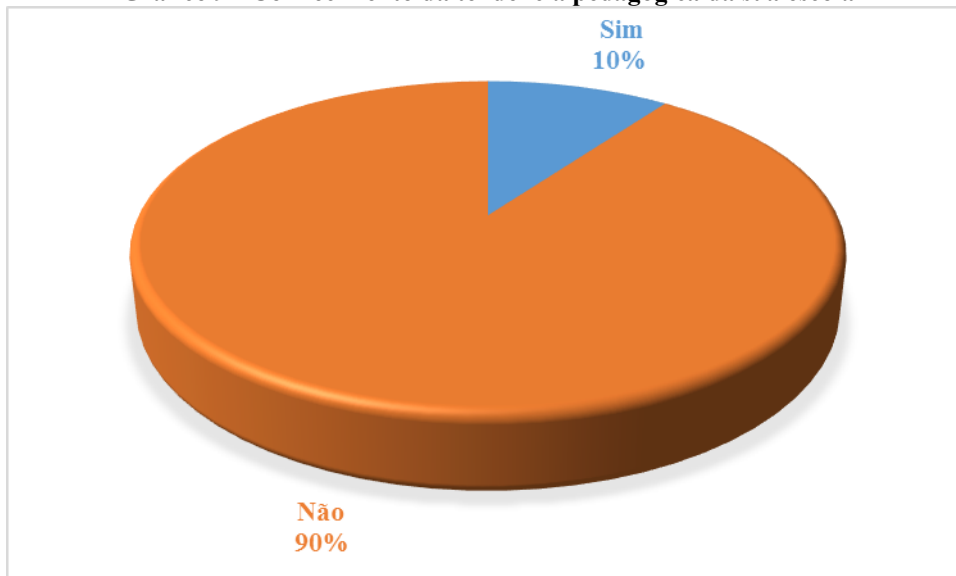
Gráfico 8 – Conhecimento dos marcos históricos



A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

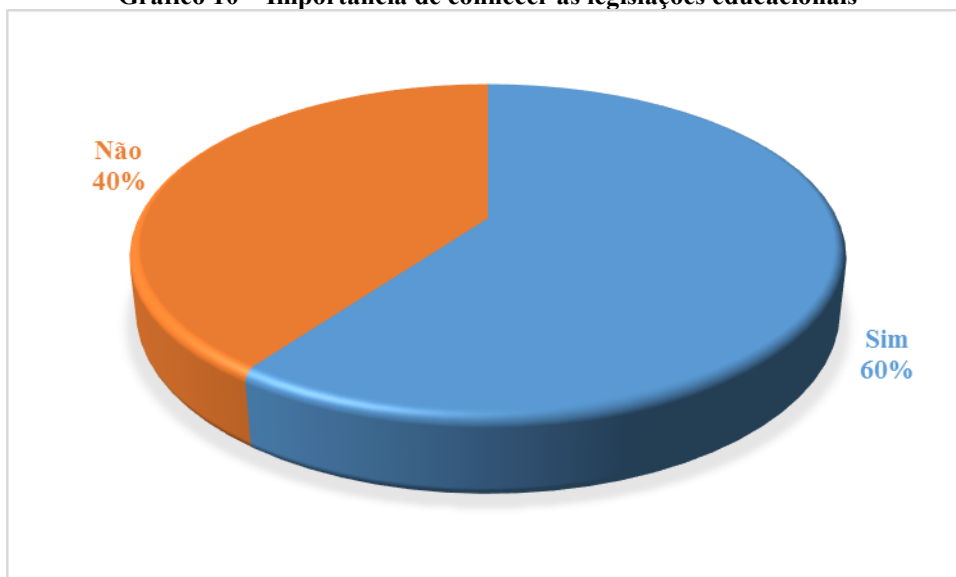
Quanto a pergunta do item 2.3. Você conhece a tendência pedagógicas da sua escola? 4 dos docentes responderam SIM (10%). E 36 responderam NÃO (90%).

Gráfico 9 - Conhecimento da tendência pedagógica da sua escola



No item 2.4 – É importante conhecer as legislações educacionais. 24 docentes responderam. SIM. (60%). 16 docentes responderam. NÃO. (40%).

Gráfico 10 – Importância de conhecer as legislações educacionais



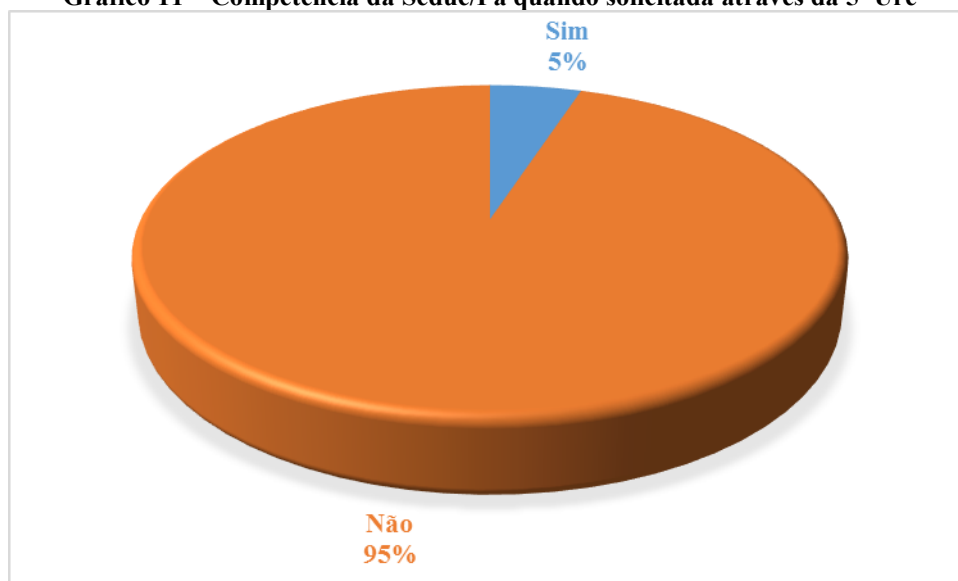
A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Tabela 6 – Caracterização dos Docentes Participantes do Questionário- Competência da SEDUC/Pa

Item	Alternativas	Respostas	Nº de docentes	Respostas
3.1 A Seduc/Pa através da 5ª Ure fornece quando solicitada	Viabilização de Novas turmas	Sim	2	5%
		Não	38	95%

Quanto a **Tabela 6**. Competência da Secretaria do Estado da Educação do Pará. Item 3. A Seduc/ Pa quando solicitada através da 5ª URE fornece os materiais necessários?. Dos 40 docentes que responderam ao questionário. 2 responderam. SIM (Viabilização de novas turmas) (5%). E 38 dos docentes. NÃO. (95%).

Gráfico 11 – Competência da Seduc/Pa quando solicitada através da 5ª Ure



A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

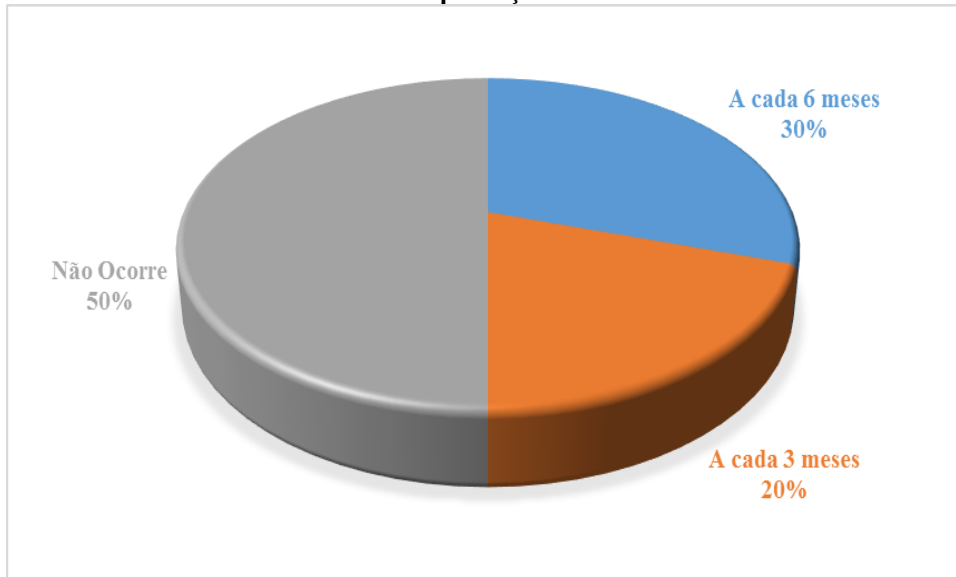
Tabela 7 - Caracterização dos Docentes participantes do Questionário - Práticas nas escolas.

Item	Alternativas	Nº de docentes	Respostas
4.1 Na melhoria do desempenho dos docentes, as escolas promovem cursos de capacitação profissional. A cada?	A cada 6 meses	12	30%
	A cada 3 meses	8	20%
	Não Ocorre	18	50 %
4.2 Como você considera o repasse dos recursos financeiros destinados a educação	Suficientes	0	0%
	Insuficientes	40	100%
4.3 Na sua prática educacional o que são gargalos?	a) Estratégias de erradicar o analfabetismo,; c)Aplicar as metodologias do PPP; e)Melhorias salariais; f)Melhorias na estrutura do prédio.	36	90%
	b) Universalização Do Ensino. Verificar se bate letras com questionário.	4	10%
4.4 Sua pratica está de acordo com o PPP da sua escola?	Sim	4	10%
	Não	36	90%
4.5 Como você avalia sua prática educacional?	Regular	12	30%
	Boa	28	70%
	Excelente	0	0%

A **Tabela 7** - Item. Prática nas Escolas. quanto ao item 4.1 Na melhoria do desempenho dos docentes as escolas promovem cursos de capacitação? Dos quesitos a) A cada 06 meses. b) A cada 03 meses. c) Não ocorre. 12 dos docentes responderam “a”(30%). 8 dos docentes responderam “b” (20%). 20 dos docentes responderam “c” não ocorre. (50%).

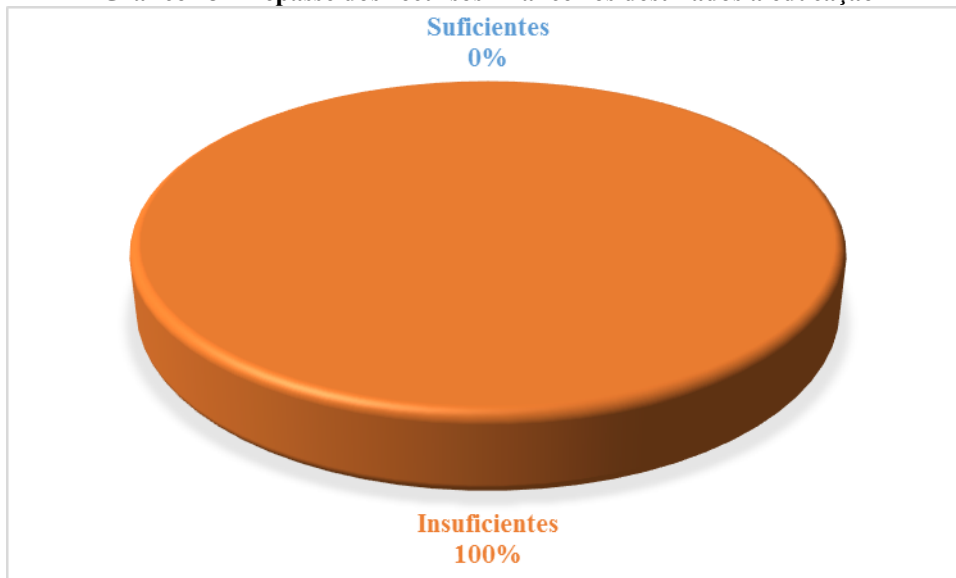
A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Gráfico 12 - Na melhoria do desempenho dos docentes, as escolas promovem cursos de capacitação?



Item 4.2 Como você considera o repasse dos recursos financeiros destinados a educação? Dos quesitos apontados. 40 dos docentes responderam INSUFICIENTES (100%) e (0%) responderam SUFICIENTES

Gráfico 13 - Repasse dos recursos financeiros destinados a educação

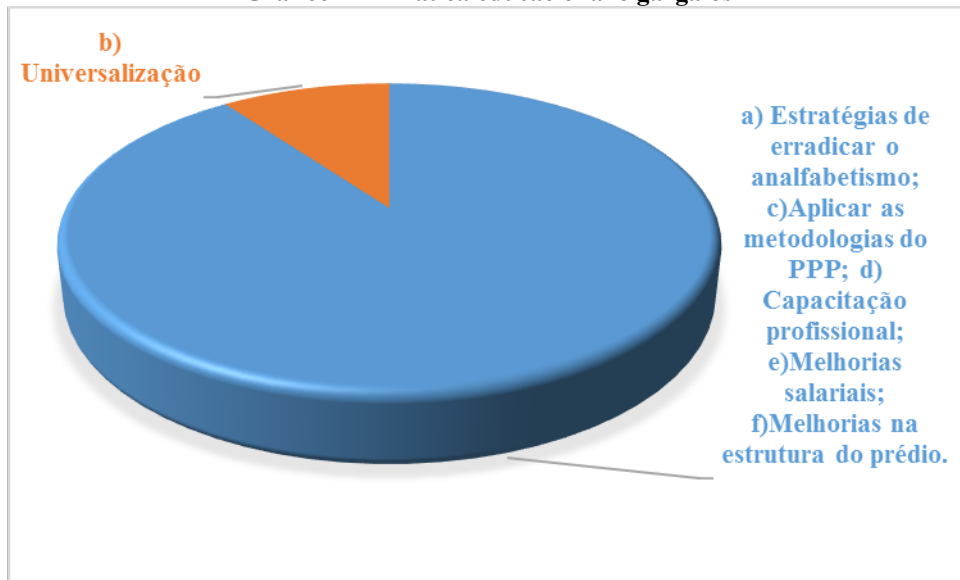


No Item 4.3. Na sua prática educacional o que você considera gargalo? a) Estratégias de erradicação do analfabetismo c) Aplicar as metodologias do PPP. d) Capacitação Profissional e) Melhorias salariais. f) Melhorias nas estruturas do prédio. 36 docentes

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

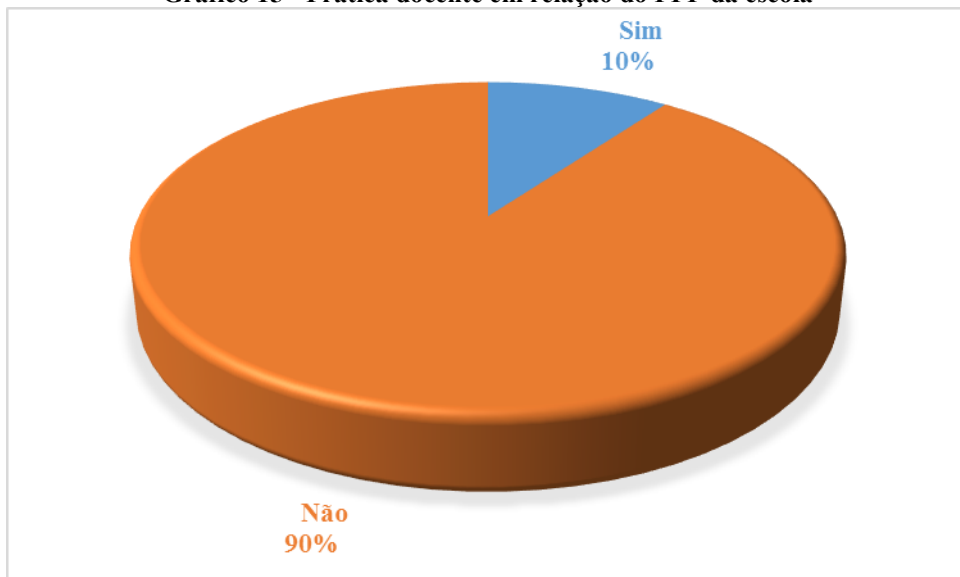
responderam, os quesitos “a, c,d,e, f. ”(90%). 4 docentes responderam o quesito “b”.(10%).

Gráfico 14 - Prática educacional e gargalos



No item 4.4. Sua prática está de acordo com o PPP da Escola? 36 docentes responderam. SIM. (10%). 36 responderam. NÃO. (90%).

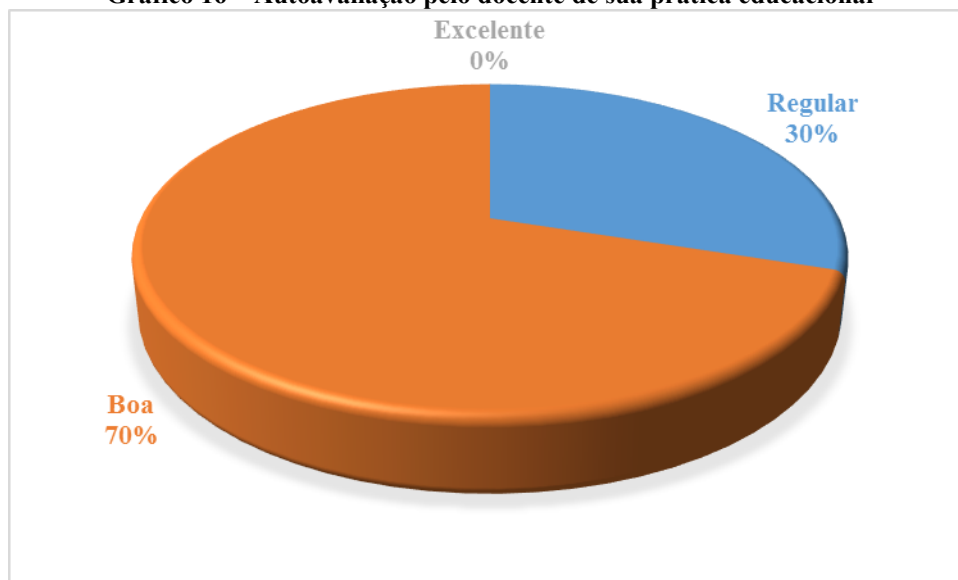
Gráfico 15 - Prática docente em relação do PPP da escola



A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Item 4.5. Como você avalia a sua prática educacional? Dos quesitos respondidos. a) Regular. b) Boa. c) Excelente. 12 docentes responderam. “a”. (30%) e 28 responderam “b” (70%).

Gráfico 16 – Autoavaliação pelo docente de sua prática educacional



VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nas pesquisas bibliográficas nos aspectos históricos de 1549 e, especificamente nas constituições federais de 1934, 1937, 1946, 1988, decretos e conseqüentemente lei específica que trata da educação no Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e respectivos conselhos de educação, assim como, tendência pedagógica presente no Projeto Político Pedagógico onde os docentes exercem as suas funções de profissional da educação. Imprescindíveis para que gerasse os três primeiros objetivos específicos da pesquisa: 1. Identificar o histórico do Sistema educacional brasileiro desde de 1549 até 2017, considerando a história educacional do Brasil. 2. Pontuar os marcos históricos educacionais a nível federal e estadual desde 1549 até 2017. 3. Pontuar as normas ou legislações do governo Federal e Estadual direcionadas a implantação do Sistema Educacional brasileiro. Conclusos através das constantes revisões bibliográfica. Constituindo a base para que a pesquisa se tornasse efetiva, que veio solidificada através do seguinte objetivo geral: *Confrontar a análise documental da Legislação Educacional Brasileira (Federais e Estadual) com a prática educativa dos docentes das unidades escolares estaduais de Santarém (Zona Urbana)*. Neste sentido, como características para a pesquisa foi escolhido duas escolas públicas estaduais da cidade de Santarém (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio e Escola Estadual Romana Tavares Leal), determinante para a escolha de 40 docentes que exercem a docência nos níveis de educação do fundamental ao ensino médio. Os quais constituíram o objeto de estudo do caso.

Nesta conjuntura, foi aplicado um questionário estruturado, através do qual se observou o nível de concordância e a opinião dos docentes relacionado aos demais objetivos específicos.

Os níveis de concordância em respostas dos docentes destacado na Tabela 5. Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro. Itens 2.1. e 2.2 Você conhece as legislações abaixo relacionadas? Você conhece os seguintes marcos históricos? Os quais correspondem ao objetivo específico. Identificar o conhecimento que os docentes

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

apresentam acerca da linha evolutiva do sistema educacional brasileiro a nível nacional e local. Como também tem estreita relação ao questionamento *Será que os docentes tem conhecimentos dos marcos históricos regulatórios do sistema educacional brasileiro? 1549 até 2017?*

No item 2.1. 16 docentes cerca de 40% optaram pela alternativa SIM, a LDB de 1961 e LDB de 1996, Plano Nacional de Educação e Educação Básica. . E o restante (60%) optaram pela alternativa NÃO. item 2.2. 32 responderam SIM(70%). Conhecem o construtivismo na LDB de 1996 (1990-2017). 8 docentes optaram por responder a alternativa NÃO (30%). Pela análise das respostas dos docentes nos itens 2.1 e 2.2. foi possível identificar que os docentes participantes do estudo de caso, apresentam pouco conhecimento dos marcos históricos da educação. Entretanto, quanto ao conhecimento das legislações educacionais o quadro de conhecimento está equilibrado. Nas respostas dos docentes é possível, que este conhecimento apartir da década de 1960 ocorre devido ao chamado período militar, que inicia na década de 1960 e termina no meio da década de 1980. Presença na educação brasileira das tendências pedagógicas tecnicistas e inicio de uma tendência construtivista; Lei e Diretrizes e Bases da Educação de 1971 e gênese da Lei e Diretrizes e Bases da Educação de 1996, respaldada nos moldes da Constituição Federal de 1988. A Educação cidadã de qualidade, e inicio para a queda do analfabetismo (educação pública para todos) arcabouço de um dos princípios da carta magna. Art. 206. V. *Gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais.* Contudo, no art. 205. O Estado passa a dividir a sua obrigação de educar com a família e com a sociedade. Quanto ao índice de respostas SIM. Na alternativa que conhecem a Lei do Piso Salarial da Educação Básica. Este quadro abre duas vertentes. Primeira, que os docentes pela sua postura tornaram-se mais aptos a conhecer seus direitos laborais. Segunda, conhecer sua lei salarial, envolve também, um dos itens do questionário sociobiográfico. Idade. Que torna-se evidenciado na faixa etária de 31 a 48 anos de idade, estando este número elevando o montante dos docentes (90%). Isto, é, no quadro das escolas públicas que foram objeto do estudo de caso, compõe-se de docentes jovens ou de meia idade.

No Item 2.3. Você conhece a tendência pedagógica da sua escola? 4 docentes (10%) responderam SIM. 36 responderam NÃO. (90%). Item 2.4. É importante conhecer as

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

legislações educacionais? Por que? 4 docentes responderam NÃO. (10%). 36 optaram pela alternativa NÃO. (90%). Apesar de um número considerável de docentes conhecer a lei do piso salarial da educação pública. Apenas (10%). 4 docentes conhecem a tendência pedagógica da sua escola. Estas respostas estão associadas com o Item.1.6 Escola (escolas) que exerce a profissão. Dentro do nível equilibrado de respostas visualizadas através das alternativas (Frei Ambrosio. 4.(10%) Romana T. Leal. 4. (10%) Frei Ambrosio e outras escolas.16 (40%) Romana T. Leal e outras escolas.16 (40%)) constatou-se que o docente não se identifica, ou não cria raízes com os estabelecimentos escolares em que exercem a docência, por isso, o desconhecimento da tendência pedagógica da sua escola. Expandido através do PPP. Lei autônoma, participativa e cidadã da escola. As respostas dos docentes ao questionamento do projeto de pesquisa. *Será que os docentes tem conhecimento das tendências pedagógicas das lei de diretrizes e bases da educação existentes no Brasil e seus reflexos no Projeto Pedagógico local?* Foram satisfeitos com as respostas dos docentes acima elencada. Este questionamento também está associado aos itens 2.3. Você conhece a tendência pedagógica da sua escola?

Cujo questionamento anterior é integrado ao questionamento seguinte . *Será que a prática dos docentes está de acordo com as legislações educacionais nacional e local?* Sujeito aos objetivos específicos; Compreender o conhecimento que os docentes dispõem acerca do sistema educativo e sua prática; Analisar as respostas dos docentes envolvidos com a evolução do sistema educacional brasileiro e suas práticas educacionais, levando em consideração as leis de diretrizes e bases da educação atual e outras legislações específicas; Constatar a importância do conhecimento e prática educativa dos docentes.

Que se solidificam nos itens das Tabelas 4.5.6 e 7. As respectivas respostas dos docentes. Nesse sentido, o item 3.1. A SEDUC/PA através da 5ª URE fornece quando solicitada. 2 docentes responderam viabilização de novas turmas (5%). 38 docentes responderam Não(95%). Considerando as respostas dos questionados através das alternativas: Material de Apoio Humano (Serventes, faxineiros, técnicos escolares, pedagogos, professores); Qualidade da Merenda Escolar; Viabilização Trocas de Materiais didáticos. 4.1. Na melhoria do desempenho dos docentes, as unidades escolares promovem cursos de capacitação profissional. A cada?. A cada 2 meses. A

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

cada 03 meses. 12 (30%) responderam. A cada 6 meses . 8(20%) dos docentes responderam Anualmente. E .20 dos docentes responderam .Não Ocorre. (50%) .

4.2 Como você considera o repasse dos recursos financeiros destinados a educação? 40 docentes respondeam Suficiente(100%). Insuficiente(0%). 4.3 Na sua prática educacional o que são gargalos.? (90%) dos docentes responderam as alternativas (a, c, e, f) e apenas 4 docentes responderam Universalização do Ensino (10%). Levando em consideração as alternativas propostas. a) Estratégias de erradicar o analfabetismo. b) Universalização do Ensino. c) Aplicar as metodologias do PPP. d) Capacitação Profissional. e) Melhorias salariais. f) Melhorias na estrutura do prédio. 4.4. Sua prática está de acordo com o PPP da sua escola? 4 docentes responderam .Sim. (10%) . E 36 docentes responderam Não. (90%). 4.5 Como você avalia a sua prática educacional. 12 docentes responderam .Regular. (30%). 28 docentes. Boa. (70%). Excelente.(0%).

Assim, os itens 3.1 4.1. 4.2 e 4.3 refletem diretamente na prática cotidiana do docente, interferindo na vontade de conhecer e exercer a metodologia proposta no Projeto Político Pedagógico da escola. Já que o mesmo segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação constitui um meio de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Os resultados da pergunta do item 4.3. *Na sua prática educacional o que são gargalos?* Mostra o índice altíssimo e negativo de respostas dos docentes baseadas nas alternativas propostas. Salienta um quadro alarmante e crítico do cotidiano das escolas que são objetos deste estudo. Considerando que 90% são unânimes em demonstrar o que lhes impede de praticar com dignidade e cidadania sua profissão. Não basta aplicar as metodologias pedagógicas existentes no PPP da escola ou conhecer as legislações educacionais. Tem que melhorar a capacitação profissional, o salário dos docentes, a estrutura do prédio, a qualidade da merenda escolar, providenciar o material de apoio humano, através da suficiência de repasses dos recursos financeiros da Secretária do Estado do Pará para as escolas, afim de elevar o desempenho dos profissionais da educação. E elevar o desempenho educacional nas escolas em que estes estão inseridos. Por outro lado, é perceptível que apesar da conjuntura da não efetivação das leis educacionais nas escolas. Os docentes ora, presente neste estudo de caso. (70%) avaliam sua prática educacional como BOA.

VII. BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J.R.P. (2000). *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. São Paulo: EDUC/INEP/MEC.
- Alves, G.L. (2001). *A Produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande, MS: ED. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados.
- Andrade, A.A.B. (1978). *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo, Saraiva.
- Azevedo, F. (1930) *A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. O manifesto dos pioneiros da educação nova*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Azevedo, F. (1976). *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, Parte 3: A transmissão da cultura.
- Azevedo, J.C. (2000). *Educação pública: o desafio da qualidade*. *Estud. Av.* 21(60). Maio/agosto, São Paulo.
- Azevedo, S. (2003). *Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação*. In: Santos Júnior, O.A.dos (et. al.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE.
- Banco Mundial. (2003). *Globalização Crescimento e Pobreza: A visão do Banco Mundial sobre os Efeitos da Globalização*. São Paulo, Futura.
- Beisiegel, C.R. (2004). *Estado & educação popular*. Brasília, Liber Livro.
- Berlinck, M.T. (1984). *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas, Papirus.
- Bogdan, R.C.; Biklen, S.K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal, Porto Editora.
- Brandão, C.R. (1984). *Quais as questões básicas, hoje, para um debate sobre pesquisa participante?* Em Aberto, 3(20).
- Brandão. C.F. (2003). *LDB passo a passo*. São Paulo. Avercamp.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil(1959). *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 6, junho.
- Brasil. (1937). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil. (1971). *Lei nº 5.692. Lei da Reforma de 1º e 2º graus de 1971*.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Brasil. (1978). *Coletânea de Leis, Pareceres, Decretos-Lei, Resoluções e Portarias. Legislação brasileira do ensino de 2º grau*. Coletânea dos atos federais. Brasília, DEM.

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*.

Brasil. (1996). *Lei nº 9.424, de 14 de dezembro de 1996. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*, Brasília, Gráfica do Senado.

Brasil. (2001). *Lei.n.º 10. 172, de 9 de Janeiro de 2001*. Plano Nacional de Educação.

Brasil. (2002). *Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº1/02*. Brasília.

Brasil. (2002). *Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº1/02*. Brasília.

Brasil. Ministério da Educação. (1961). *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, Gráfica do Senado.

Caeiro, J. (1936). *Jesuítas do Brasil e da Índia, primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito*. Bahia: Academia Brasileira de Letras.

Campos, F. (1931). *Exposição de motivos*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e da Saúde Pública, pp. 3-5.

Carta escrita por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966 para o Ministro da Educação.

Carvalho, L.R. (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva.

Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Calouste Gulbenkian.

Chagas, V. (1978). *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois?* São Paulo, Saraiva.

Conferência mundial sobre educação para todos. (1990/1991). *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Tailândia. Brasília.

Dallari, D.A. (2003). *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 24 ed. São Paulo, Saraiva.

Demo, P. (2002). *A nova LDB: ranços e avanços*. 13 ed. Campinas, SP, Papirus.

Dewey, J. (1930). *Vida e Educação*. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Melhoramentos.

Dewey, J. (1930b). *Por que “escola nova”?*. Bahia: Livr. e Typ. do Commercio,. (Boletim n.1, Associação Bahiana de Educação).

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, 24, pp. 213-225.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Ezepeleta, J. (1984). *Notas sobre pesquisa participante e construção teórica*. Em *Aberto*, 3(20).

Falcon, F.C. (1992). *As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a Colônia*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, dez, 18(2).

Fávero, O (2006). *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados.

Fávero, O. (Org.). (1983). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Fernandes, F. (1966). *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus. pp. 5-41.

Fragoso, M.X. (1972). *O ensino régio na capitania de São Paulo (1759-1801)*. São Paulo. Tese (Doutorado em História da Educação) – Universidade de São Paulo.

Freire, P. (1973). *Educação para a liberdade*. Porto: Escorpião.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.

Gadotti, M. (2003). *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 14ª edição. São Paulo, Corte.

Gatti, B.A. (1983). Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978-1981. *Cadernos de Pesquisa*, 44, pp.03-17.

Ghiraldelli, Junior P. (2003). *Filosofia e História da Educação brasileira*. São Paulo, Manole.

Gil, A.C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo. Atlas.

Holanda, S.B. (1993). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Hollanda, H.B.; Gonçalves, M.A. (1985). *Cultura e participação nos anos 60*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense.

Jaboatão, A.S.M. (1859). *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Kramer, S. E; André, M.E.D.A. (1984). Alfabetização: um estudo sobre professores das camadas populares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 151, pp. 523-537, set./dez.

Lakatos, E.M; Marconi, M.A. (1999). *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo, Atlas.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

- Lelis, I.A.O.M. (1983). *A formação do professor para a escola básica: da denúncia ao anúncio de uma nova prática*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.
- Loyola, I. (1726). *Exercícios espirituais*. 3ed. Rio de Janeiro.
- Manacorda, M.A. (1989). *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 2.ed. São Paulo: Cortez.
- Mancini, L.C. (1956). *Assistência técnica: A mágica da cooperação a serviço do desenvolvimento do país*. Rio de Janeiro, Instituto Brasil-Estados Unidos.
- Mattoso, K.Q. (1988). O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 8(16).
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, Editora da USP.
- Nóbrega, M. (1952). *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica.
- Pécora, A. (1999). Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Pimenta, S.G.; Ghedin, E. (orgs.). (2002) *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo, Cortez.
- Raminelli, R. (1996). *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Ribeiro, M.L.S. (1998). *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas, Autores Associados.
- Rodrigues, A.J. (2012). *Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária*. São Paulo, Avercamp.
- Romanelli, O.O. (1991). *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Saviani, D. (1999). *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 5. ed. Campinas, SP, Autores Associados.
- Saviani, D. (2008). *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, pp. 246-253.
- Saviani, Demerval. (2008). *História das Ideias Pedagógicas*. Campinas, Autores Associados.
- Scocuglia, A.C. (2000). *Educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire.
- Teixeira, A. (1976). *Educação no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Teixeira, A. (2002). *Educação no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Teixeira, A.S. (1969). Bases da teoria lógica de Dewey. In :____. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia editora Nacional, pp. 61-88.

Vilela, A.B. (1966). *Carta*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966 para o Ministro da Educação.

Wanderley, L.E.(1984). *Educar para transformar*. Petrópolis, Vozes.

Zanette, M.S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, 65, pp.149-16.

FONTES WEB

Analfabetos no Pará. [Em linha]. Disponível em <<https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/brasil-falha-metas-e-tem-115-milhoes-de-analfabetos>>. [Consultado em: 20/09/2017].

Brasil. 1946). Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946. [Em linha]. Disponível em <www.soleis.adv.br>. [Consultado em: 16/01/2018].

Capanema, G. (2017). Parecer Preliminar apresentado na comissão mista de leis complementares. Anteprojeto de lei de comissão. [Em linha]. Disponível em <[http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedagogicos+\(RBEP\)+-+Num+36/93aa69df-86df-487e-b3f6-8206e58a0d14?version=1.0](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedagogicos+(RBEP)+-+Num+36/93aa69df-86df-487e-b3f6-8206e58a0d14?version=1.0)>. [Consultado em 18/12/2017].

Diário do Pará. [Em linha]. Disponível em <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-509591-para-tem-mais-de-500-mil-analfabetos.html>>. [Consultado em: 18/02/2018]

Leite, J.O.M.S. (2005). Proposta de Mudança do Sistema Educacional Brasileiro. Monografias.com. Belém/Pará. [Em linha]. Disponível em <<http://www.monografias.com/trabajos21/proposta-mudanca/proposta-mudanca.shtml>>. [Consultado em: 27/09/2017].

Material para a 7ª aula de Ed. Política. MEB Recife, 27 mar. 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC [Em linha]. Disponível em <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/7_reestruturacao-do-meb.pdf>. [Consulta em: 30/04/2017].

MEB Recife. (1963). *Fundo MEB. Acervo CEDIC*. [Em linha]. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/7_reestruturacao-do-meb.pdf>. [Consultado em: 30/04/2017].

Seduc. Secretaria de Educação do Estado do Pará. [Em linha]. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.ph>. [Consultado em: 20/02/2018].

LEGISLAÇÃO

Alvará Régio de 28 de Junho de 1759

Ato adicional de 1834 ou Lei n.º 16 de 12 de Agosto de 1834

Lei n.º 1.827 de 15 de Outubro de 1827

Constituição Federal de 16 de Julho de 1934

Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937

Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946

Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988

Decreto n.º 19.850 de 11 de Abril de 1931

Decreto n.º 19.851 de 11 de Abril de 1931

Decreto n.º 19.450 de 14 de Maio de 1931

Decreto n.º 21. 241 de 14 de Maio de 1931

Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 4.024 de 04 de Dezembro de 1961

Decreto n.º 19. 850, de 11 de Abril de 1931

Decreto n.º 19.851, de 11 de Abril de 1931

Decreto n.º 19. 852, de 11 de Abril de 1931

Decreto n.º 19.890, de 18 de Abril de 1931

Decreto e n.º 20.158. de 30 de Junho de 1931

Decreto n.º 21. 241, de 14 de Abril de 1931

Decreto Lei n.º 4.048, de 22 de Janeiro de 1942

Decreto Lei n.º 4.073, de 30 de Janeiro de 1942

Decreto Lei n.º 4.244, de 9 de Abril 1942

Decreto Lei n.º 4.481, de 16 de Julho de 1942

Decreto Lei n.º 4.436, de 7 de Novembro de 1942

Decreto Lei n.º 4.984, de 21 de Novembro de 1941

Decreto Lei n.º 8.529 de 02 de Janeiro de 1946

Decreto Lei n.º 8.621 de 10 de Janeiro de 1946

A evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas escolas estaduais de santarém (zona urbana) questão de cidadania

Decreto Lei n.º 8.622 de 10 de Janeiro de 1946

Decreto Lei n.º 9.613 de 20 de Agosto de 1946

Lei n.º 63.914 de 26 de Dezembro de 1968 Verificar..daqui para baixo

Lei n.º 7.044 de 1982

Lei n.º 11.738 de 16 de Julho de 2008

Lei n.º 10.172 2001

Lei n.º 13.415 2007

Resolução n.º 001 de 2009

Resolução n.º 003 de 05 de Janeiro de 2010.

ANEXOS

ANEXO 01 - Solicitação para aplicação de questionário – Escola Frei Ambrósio

Comunicado a solicitar a autorização à Escola



Exm.^a Sr.^a: Jonathas de Franco Aguiar

Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrosio

Julia Ena Lemos Ferreira, aluna do Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação, da Universidade Fernando Pessoa, orientada pela doutora Fatima Paiva Coelho, vem por este meio solicitar a V. Exa. que se digne a autorizar a realização de aplicação de questionários aos docentes das turmas (manhã, tarde e noite) desta escola.

O questionário têm como objetivo a recolha de informação sobre “a verificação de conhecimentos dos docentes das legislações educacionais nas esferas Federal e Estadual e suas aplicações nas escolas estaduais urbanas do município de Santarém”.

As informações obtidas serão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, adiantando já a confidencialidade das mesmas. O projeto de investigação está sendo desenvolvido durante o ano letivo 2017/2018.

Após a deliberação sobre o desenvolvimento do questionário na escola, entraremos em contato com os docentes para a aplicação dos mesmos.

Agradecendo a colaboração,

Subscrevo-me com os melhores cumprimentos,

Julia Ena Lemos Ferreira

E. E. E. M. FREI AMBRÓSIO
Elias Pascoal Vieira Junior
Elias Pascoal Vieira Junior
VICE-DIRETOR
Port. n.º 2493/16 - Mat. 3659408M

ANEXO 02- Solicitação para aplicação de questionário – Escola Romana T. Leal

Comunicado a solicitar a autorização à Escola



Exm.ª Sr.ª: Rozani Pimentel

Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Romana Tavares Leal

Julia Ena Lemos Ferreira, aluna do Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação, da Universidade Fernando Pessoa, orientada pela doutora Fatima Paiva Coelho, vem por este meio solicitar a V. Exa. que se digne a autorizar a realização de aplicação de questionários aos docentes das turmas (manhã, tarde e noite) desta escola.

O questionário têm como objetivo a recolha de informação sobre “a verificação de conhecimentos dos docentes das legislações educacionais nas esferas Federal e Estadual e suas aplicações nas escolas estaduais urbanas do município de Santarém”.

As informações obtidas serão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, adiantando já a confidencialidade das mesmas. O projeto de investigação está sendo desenvolvido durante o ano letivo 2017/2018.

Após a deliberação sobre o desenvolvimento do questionário na escola, entraremos em contato com os docentes para a aplicação dos mesmos.

Agradecendo a colaboração,

Subscrevo-me com os melhores cumprimentos,

Julia Ena Lemos Ferreira

Rozani Pimentel Silva
Especialista em Gestão Escolar
Diretora
Portaria nº 000264/2018

ANEXO 03 – Questionário

QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Tese de Mestrado em Educação- Tema Evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas Escolas Estaduais (Zona Urbana) questão de cidadania, realizado pela Universidade Fernando Pessoa Educação. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Tese de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos – Tema inquiridos representam apenas uma opinião individual. O Questionário é anónimo, e não devendo por isso colocar sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. O questionário é composto de questões fechadas e abertas . Na maioria das questões terá que assinalar apenas uma CRUZ a sua opção de resposta.

Obrigada pela sua colaboração.

1.DADOS SOCIOBIOGRAFICOS

1.1 Gênero

Masculino Feminino Outros

1.2 Idade

Menor que 30 anos de 31 a 36 anos de 37 a 42 anos
 de 43 a 48 anos Maior que 49 anos

1.3 Tempos (anos) total de exercício profissional na SEDUC/Pa

5 a 10 anos De 11 a 16 anos
 De 17 a 22 anos De 23 a 28 anos

1.4 Formação Acadêmica

Graduação Especialização
 Mestrado Doutorado

1.5 Declaro ser professor e atuar no seguinte nível de ensino

() Fundamental () Médio () Ambos

1.6 Escola(as) que exerce a profissão

() Frei Ambrosio () Frei Ambrosio e outras escolas
() Romana Tavares Leal () Romana Leal e outras escolas

2. Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro

2.1 Você conhece as legislações educacionais, abaixo relacionadas:

LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS	SIM	NÃO
Alvará de nº 1.759 de 28/06/1.759	()	()
Reforma Couto Ferraz ou regimento de 1854	()	()
Lei n.º 1.827 de 15 de outubro – Lei do Professor	()	()
LDB de 1961	()	()
LDB de 1971	()	()
LDB de 1996	()	()
Plano Nacional de Educação	()	()
Plano Estadual de Educação do Pará	()	()
Lei do Piso Salarial dos Professores da Educação Básica	()	()

2.2 Você conhece os seguintes marcos históricos

MARCOS	SIM	NÃO
Ratio Studiorum 1549-1759	()	()
Lei Régias (1759-1822)	()	()
Ensino primário público (1822 a 1889)	()	()
Educação elitista (1920-1961)	()	()
Implantação de Licenciatura Curta (1961-1985)	()	()
Construtivismo na LDB/1996 (1990-2017)	()	()

2.3 Você conhece a tendência pedagógica da sua escola?

() Sim
() Não

2.5 É importante conhecer as legislações educacionais?

() Sim
() Não

Por que?

3. COMPETÊNCIA DA SEDUC/PA:

3.1 A SEDUC/Pa através da 5ª URE fornece quando solicitada

	SIM	NÃO
Viabilização de Novas Turmas	()	()
Material de Apoio Humano(Serventes, faxineiros, técnicos escolares, pedagogos, professores)	()	()
Qualidade na Merenda Escolar	()	()
Viabilização Trocas de Materiais didáticos	()	()
Licenças prêmios	()	()
Capacitação profissional	()	()
Piso Salarial atualizado	()	()

4. PRÁTICAS NAS ESCOLAS

4.1 Na melhoria do desempenho dos docentes, as unidades escolares promovem cursos de capacitação profissional. A cada?

	SIM	NÃO
A cada 02 meses	()	()
A cada 03 Meses	()	()
A cada 06 meses	()	()
Anualmente	()	()
Não ocorre	()	()

4.2 Como você considera o repasse de recursos financeiros destinados a educação?

- () Suficiente
() Insuficiente

4.3 Na sua prática educacional, o que são gargalos?

- a) () Estratégias de erradicar o analfabetismo
b) () Universalização do Ensino
c) () Aplicar as metodologias do PPP

- d) () Capacitação profissional
- e) () Melhorias salariais
- f) () Melhoria na estrutura do prédio

4.4 Sua prática está de acordo com o do PPP da sua escola

- () Sim
- () Não

4.5 Como você avalia a sua prática educacional:

- () Regular
- () Boa
- () Excelente

4.6 Para você o que é uma escola de qualidade de acordo com as legislações educacionais atuais de educação?

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PPP-Projeto político Pedagógico

SEDUC/Pa – Secretaria do Estado de Educação do Pará

5ª URE – 5ª Unidade Regional de Ensino

ANEXO 04 – Questionário respondido pelo docente

QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Tese de Mestrado em Educação- Tema Evolução do Sistema Educativo Brasileiro (1549-2017) e sua aplicação nas Escolas Estaduais (Zona Urbana) questão de cidadania, realizado pela Universidade Fernando Pessoa Educação. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Tese de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos – Tema inquiridos representam apenas uma opinião individual. O Questionário é anónimo, e não devendo por isso colocar sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. O questionário é composto de questões fechadas e abertas. Na maioria das questões terá que assinalar apenas uma CRUZ, a sua opção de resposta.

Obrigada pela sua colaboração.

DADOS SOCIOBIOGRAFICOS

1.1 Género

Masculino () Feminino () Outros

1.2 Idade

() Menor que 30 anos de 31 a 36 anos () de 37 a 42 anos
() de 43 a 48 anos () Maior que 49 anos

1.3 Tempos (anos) total de exercício profissional na SEDUC/Pa

() 5 a 10 anos () De 11 a 16 anos
() De 17 a 22 anos De 23 a 28 anos

1.4 Formação Acadêmica

- Graduação Especialização
 Mestrado Doutorado

1.5 Declaro ser professor e atuar no seguinte nível de ensino

- Fundamental Médio Ambos

1.6 Escola(as) que exerce a profissão

- Frei Ambrosio Frei Ambrosio e outras escolas
 Romana Tavares Leal Romana Leal e outras escolas

2. Conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro**2.1 Você conhece as legislações educacionais, abaixo relacionadas:**

LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS	SIM	NÃO
Alvará de nº 1.759 de 28/06/1759	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforma Couto Ferraz ou regimento de 1854	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Lei n.º 1.827 de 15 de outubro – Lei do Professor	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LDB de 1961	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
LDB de 1971	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
LDB de 1996	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano Nacional de Educação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano Estadual de Educação do Pará	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Lei do Piso Salarial dos Professores da Educação Básica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.2 Você conhece os seguintes marcos históricos

MARCOS	SIM	NÃO
Ratio Studiorum 1549-1759	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Lei Régias (1759-1822)	()	()
Ensino primário público(1822 a 1889)	()	()
Educação elitista(1920-1961)	()	()
Implantação de Licenciatura Curta (1961-1985)	()	()
Construtivismo na LDB/1996 (1990-2017)	()	()

2.3 Você conhece a tendência pedagógica da sua escola?

- () Sim
 Não

2.5 É importante conhecer as legislações educacionais?

- Sim
() Não

Por que?

elas servem de parametro para guiar qualquer ser humano. Na educação e (imprescien) imprescindível. Mas no Brasil não funciona. não e eficaz. não funciona. fundamental.

3. COMPETÊNCIA DA SEDUC/PA:

3.1 A SEDUC/PA através da 5ª URE fornece quando solicitada

	SIM	NÃO
Viabilização de Novas Turmas	<input checked="" type="checkbox"/>	()
Material de Apoio Humano (Serventes, faxineiros, técnicos escolares, pedagogos, professores)	()	<input checked="" type="checkbox"/>
Qualidade na Merenda Escolar	()	<input checked="" type="checkbox"/>
Viabilização Trocas de Materiais didáticos	<input checked="" type="checkbox"/>	()

Licenças prêmios	()	(X)
Capacitação profissional	()	(X)
Piso Salarial atualizado	()	(X)

4. PRÁTICAS NAS ESCOLAS

4.1 Na melhoria do desempenho dos docentes, as unidades escolares promovem cursos de capacitação profissional. A cada?

	SIM	NÃO
A cada 02 meses	()	()
A cada 03 Meses	()	()
A cada 06 meses	()	()
Anualmente	()	()
Não ocorre	(X)	()

4.2 Como você considera o repasse de recursos financeiros destinados a educação?

- () Suficiente
 (X) Insuficiente

4.3 Na sua prática educacional, o que são gargalos?

- a) (X) Estratégias de erradicar o analfabetismo
 b) () Universalização do Ensino
 c) (X) Aplicar as metodologias do PPP
 d) (X) Capacitação profissional
 e) (X) Melhorias salariais
 f) (X) Melhoria na estrutura do prédio

4.4 Sua prática está de acordo com o do PPP da sua escola

() Sim

(X) Não

4.5 Como você avalia a sua prática educacional:

() Regular

(X) Boa

() Excelente

4.6 Para você o que é uma escola de qualidade de acordo com as legislações educacionais atuais de educação?

É aquela que visa o equilíbrio de boas condições salariais, boa estrutura física, bons cursos, e que o aluno sintá-se fortalecido para aprender.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PPP- Projeto político Pedagógico

SEDUC/Pa - Secretaria do Estado de Educação do Pará

5ª URE - 5ª Unidade Regional de Ensino

ANEXO 05 – Destaques do PPP da Escola E.E.F.M. Frei Ambrósio

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO
FREI AMBRÓSIO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ŠANTARÉM – PARÁ
2018**

nesta Portaria, por meio da transferência de recursos às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação - SEE que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes desta Portaria.

Art. 3º - O EMTI terá duração de dez anos, a partir da adesão, considerando-se sua implantação, seu acompanhamento e a mensuração dos resultados alcançados, conforme diretrizes desta Portaria.

Art. 4º - Para participar do EMTI, as SEE devem atender aos critérios e às diretrizes de elegibilidade e seleção estabelecidas no Capítulo II.

Art. 5º - A adesão de cada ente federado está condicionada à assinatura de Termo de Compromisso específico, conforme Anexo I, bem como ao preenchimento de seus documentos complementares, o plano de implementação das escolas de, sua rede e prestação de informações em outros instrumentos disponibilizados pelo Ministério da Educação - MEC.

Parágrafo único - No termo de compromisso, a SEE deverá comprometer-se a dar publicidade aos recursos recebidos e às atividades fomentadas em parceria com o Governo Federal, fazendo menção explícita ao Programa em quaisquer materiais distribuídos ou divulgados.

4- MARCO SITUACIONAL

CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO

A Escola Frei Ambrósio está situada no bairro central da cidade, onde limita-se ao norte com o rio Tapajós, ao sul com o bairro Santa Clara, a leste com o bairro da Prainha e a oeste com o bairro da Aldeia. No mesmo bairro, encontra-se localizado a Escola Estadual de Ensino Médio Rodrigues dos Santos. Por pertencer ao centro, a escola está rodeada de pontos de lazer e atrações tais como: Museu João Fona, a Praça Barão de Santarém, a Praça do Pescador, a Orla Fluvial de Santarém, atualmente o "point" da cidade, a praça do Mirante, o Bar Mascote e o Mascotinho, sendo esses, os ambientes mais requisitados pelos cidadãos santarenos nos finais de semana.

Por estar situada no centro da cidade localiza-se próximo de várias instituições privadas como: CREAS, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, SESPA, dentre outras.

De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o bairro apresenta uma população de aproximadamente 1.831 habitantes, sendo domicílios ocupados 496 em uso, incluindo apartamentos. Quanto ao saneamento básico as principais deficiências estão concentradas nos bairros periféricos, porém verifica-se que há algumas faltas de medidas práticas de saneamento, pois existe uma rede de esgoto que finaliza seu percurso na orla da cidade no encontro das águas do Tapajós e Amazonas.

Quanto à localização faz parte da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira dos santarenos, por isso, todas as atividades de cunho religioso são realizadas nas dependências da referida igreja, assim temos também, outras instituições religiosas próximas da escola tais como: Igreja de São Sebastião, Igreja Universal do Reino de Deus localizada na Praça Barão de Santarém e avenida Rui Barbosa, respectivamente. Encontra-se no bairro presente os mais variados tipos de comércio, como: lojas, magazines, além de grande número de farmácias e bancos. O bairro apresenta muitas pessoas que atuam livremente vendendo determinados produtos como fonte de renda para o sustento de suas famílias, chamados profissionais ambulantes.

O nível socioeconômico da população do bairro central, observa-se que é bem elevado, uma vez que, as casas são bem estruturadas e projetadas, existe um grande número de apartamentos que facilitam a vida das pessoas que trabalham no centro do comércio e que estudam a noite nas instituições de nível superior. É um bairro muito movimentado durante a semana, uma vez que encontramos os diferentes tipos de comércio (supermercados, lojas de artigos infanto-juvenis, cama, mesa e banho, butiques, perfumarias e outros). Para que a população tenha mais acesso ao comércio local, os empresários das linhas de transporte coletivo dão uma grande prioridade, onde todas as linhas fazem tráfego, interligando o centro comercial aos demais bairros da cidade, tais como: Conquista, Amparo, Santarenzinho, Prainha, Jaderlândia, Tabocal, Maracanã, Nova República, Cohab, Diamantino, Liberdade, Cucurunã e outros.

Desta forma, pode-se afirmar que há uma boa relação entre a escola e a comunidade, uma vez que a escola completa 117 anos de fundação e por isso, ao redor da escola encontra-se ex-alunos que participam

ativamente como amigos da escola, pois sentem-se honrados de terem estudado, na escola mais antiga do município de Santarém.

5-PRESSUPOSTOS BÁSICOS

5.1-FILOSOFIA DA ESCOLA

A Escola deverá servir aos interesses da sociedade, garantindo a todos um ensino com qualidade, pela apropriação de competências e habilidades que tenham relevância na vida dos alunos.

5.2 - VISÃO DA ESCOLA

Ser uma escola moderna e inovadora, capaz de formar cidadãos com sólida base educacional, direcionadas nas atitudes humanistas, críticas, éticas e políticas, para atender as exigências de uma sociedade em constantes transformações.

5.3 - MISSÃO DA ESCOLA

Preparar o aluno para a vida sócio-cultural e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

6- OBJETIVOS DA ESCOLA

6.1- OBJETIVO GERAL

- Formar cidadãos responsáveis, solidários, participativos e críticos para atuarem como protagonistas na sociedade em que estão inseridos;

6.2 -OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprimorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos;
- Capacitar jovens e adultos para o exercício das atividades produtivas, formação, aprimoramento das competências e habilidades necessárias para a atuação no mundo do trabalho e das práticas sociais que os circundam;
- Buscar soluções ou parcerias para a resolução ou diminuição dos problemas existentes na escola;
- Fazer estatísticas constantes da situação do desempenho escolar dos alunos;
- Proporcionar um bom ambiente de trabalho no intuito de obter melhores resultados;
- Oportunizar aos jovens e adultos condições de ingressar no ensino médio e superior;
- Oferecer aos jovens e adultos uma educação emancipatória, primando pelo sucesso escolar de todos e o desenvolvimento de sua consciência crítica.

7- NOSSOS LIMITES E POSSIBILIDADES

Cientes do nosso compromisso em oferecer uma educação de qualidade, verificamos que em alguns aspectos esta instituição precisa de aperfeiçoamento e mudanças, tendo em vista que estamos em processo constante de modernização e atualização.

Sabendo que esta melhora dependerá de um movimento coletivo para se concretizar, diversas reuniões foram realizadas com os diferentes segmentos da comunidade escolar e muitas ideias e sugestões foram surgindo, as quais, de acordo com as possibilidades, já estão sendo colocadas em prática visando a atender os anseios da comunidade e estando dispostos a ser mais atuantes.

Citamos a seguir alguns dos problemas enfrentados por este estabelecimento conforme levantamento realizado.

Em relação aos educandos percebemos a multiplicação de atitudes socialmente inusitadas e inconvenientes tais como: o descompromisso com o outro; a falta de motivação para qualquer tipo de atividade; a ausência de perspectiva para si mesmo; a indisponibilidade para qualquer reflexão; a sexualidade

12 - PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

A escola busca planejar igualmente os procedimentos pedagógicos para organização, desenvolvimento e avaliação de reclassificação de estudos para alunos com atraso escolar, possibilitando que seja resgatada a dívida que uma organização tradicional, seletiva e excludente criou para eles.

a revitalização do Conselho de Classe e outros órgãos colegiados é fundamental para uma análise crítica das situações de aprendizado/reprovação realizados em reuniões em que sejam discutidos esses problemas e formas de superá-los, assim como as salas de apoio, recurso e de avaliação que tenham sido efetivadas. Um esforço de chamamento dos pais para com eles discutir as dificuldades dos alunos e das turmas nesse processo (repetência e abandono), com exame dos resultados de avaliação do aproveitamento e da assiduidade, e dos procedimentos de recuperação adotados poderá servir para levantar novas alternativas de atuação. Uma alternativa será o processo de reclassificação, pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independente do que registre o seu histórico escolar. Esta deverá ocorrer no máximo até o final do 1º bimestre letivo, cabendo aos professores verificar as possibilidades de avanço na aprendizagem.

No processo de reclassificação serão avaliadas as matérias que constam no Regimento Escolar, sendo selecionados os conteúdos para que os alunos possam ter conhecimento prévio do que será cobrado. A escola comunicará com antecedência os alunos e seus responsáveis o procedimento próprio do processo, a fim de obter consentimento, caberá a mesma, instituir uma Comissão de Reclassificação, encarregada de elaborar relatórios, atas, documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados para que sejam arquivados na pasta individual de cada aluno. O aluno reclassificado deverá ser acompanhado pela equipe pedagógica quanto aos seus resultados de aprendizagem, tanto na série de reclassificação como em relação ao avanço para a série subsequente, visando possibilitar as intervenções pedagógicas necessárias. Será vedado o processo aos alunos de 9º ano (Ensino Fundamental).

Ao NRE caberá orientar e supervisionar os processos de reclassificação garantindo o cumprimento dos preceitos legais e éticos e das normas que o fundamentam.

13- A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E OS DISCENTES

Como a educação é determinada pela estrutura social vigente, conforme afirma Saviani (1993), as formas de relacionamento entre professores e alunos varia de acordo com as concepções de ensino. Sabe-se que ao longo da História da Educação foram diversas as concepções e tendências que nortearam o trabalho e a função das escolas, e por consequência, dos profissionais que nela atuam. Assim, podemos concluir que a estrutura social define, mesmo que indiretamente, as relações entre professores e alunos.

Pensando na diversidade que atendemos hoje nas escolas, ou seja, a escola é um local privilegiado em reunir grupos bem diferenciados a serem trabalhados. Essa realidade acaba contribuindo para que, no conjunto de tantas vozes, as singularidades de cada aluno sejam respeitadas.

A relação que se estabelece entre os profissionais da escola e os discentes têm como característica fundamental o respeito mútuo. Tanto professores como equipe administrativa e pedagógica têm como objetivo a formação do aluno na sua totalidade, o professor não deve se preocupar somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também pelo processo de construção da cidadania do aluno.

O professor tem consciência de que seu papel é de facilitador da aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos tentando levá-los à autorrealização. Ao mesmo tempo que por parte do aluno torna-se indispensável a disciplina e capacidade de seguir algumas regras básicas de convivência.

A relação educador-educando não deve ser uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento. O aluno deve ser considerado como um sujeito interativo e ativo no seu processo de construção de conhecimento. Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo, como um indivíduo mais experiente. Por essa razão cabe ao professor

humano, bem como a preparação de novos membros para viver e se integrar na comunidade, para enriquecê-la e transformá-la, tornando-a cada vez melhor e mais humana. Esperamos também, criar na escola um ambiente de discussão onde os educandos podem tomar consciência de suas aspirações e valores mais íntimos e mais legítimos, tomando decisões mais esclarecidas sobre sua vida, a partir de aprendizagens significativas. Nossa escola pretende representar uma espécie de "consciência ativa" da própria comunidade, para alertá-la quanto aos seus valores, problemas e possibilidades, preparando seus elementos para que sejam membros renovadores e criativos nessa mesma sociedade. Tal atuação lhe dará mais força e consistência, porque os cidadãos assumirão com muito maior convicção e empenho os objetivos de sua comunidade, que se identificam com os objetivos das pessoas integrantes da sociedade. Antes de qualquer coisa, a escola tem de conhecer o ambiente de onde provêm os alunos, para poder tratá-los de acordo com suas peculiaridades e características, não lhes oferecendo uma educação inadequada. Concluímos, portanto, que a escola tem muito para oferecer, contanto que se prontifique a sair de seu isolamento e a considerar-se de fato um agente social da educação, uma colaboradora na tarefa ingente da educação das novas gerações.

"Ainda que não mude o mundo, a escola pode ajudar o (a) estudante a melhor entender como o mundo opera, o que é condição indispensável para se operar nesse mundo."(MOREIRA)

14.12 - CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Quando falamos em conhecimento, estamos designando o ato de conhecer como uma relação que se estabelece entre a consciência que conhece e o objeto conhecido, mas podemos também estar nos referindo ao produto, ao resultado desse ato, ou seja, ao saber adquirido e acumulado pelo homem.

O conhecimento humano não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças internas e externas no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade. Ele também adquire diferentes formas: senso comum, científico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o próprio conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme VEIGA, "o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa-etária e aos interesses dos alunos".(1995 p.27). Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo portanto, o objeto de trabalho do professor.

Conhecer implica pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização.

O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação. (BOFF, 2000 p. 82).

14.13. CONCEPÇÃO DE CIDADÃO E DE CIDADANIA

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação responsável na vida social. Para que a escola atenda esses objetivos, torna-se necessário uma proposta educacional que expresse a busca da qualidade da formação a ser oferecida a

todos os estudantes. A escola mais do que nunca é um espaço social privilegiado de construção de conhecimentos, significados éticos necessários e constitutivos das ações de cidadania, que de acordo com MARTINS, 2000 "... envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres." Assim sendo, exercemos nossa cidadania através de lutas contra as discriminações e contra as opressões e tratamentos desiguais.

É condição essencial da cidadania reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado.

Portanto o grande desafio em nossa escola é dar condições aos educandos de se tornarem cidadãos conscientes, organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural onde a educação constitui-se em um dos principais instrumentos de formação da cidadania e deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem a sua inserção na sociedade.

15 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática, se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando a divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Conferir à escola maior poder de decisão é sem dúvida, livrá-la das amarras que constituem entraves à realização dos seus projetos, porém, isso implica aumento de responsabilidades para seus membros, sobretudo para o diretor. Espera-se dele um trabalho de articulação tanto em nível interno, com seus pares, como com a comunidade de pais e representantes legais da comunidade ou ainda com as lideranças locais, a fim de

obter o apoio necessário para a execução dos projetos assumidos pela comunidade escolar.

Sendo assim, a gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes às políticas educacionais no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes fixadas pela SEDUC.

As relações com a comunidade escolar dimensionam os aparelhos de gestão participativa (eleição de diretor, Conselho Escolar, Conselho de Classe, dentre outros).

15.1 - PERFIL DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA

O exercício da democracia se faz através da interação e do diálogo entre pessoas que tem pensamentos distintos e buscam objetivos diferentes. Implica na capacidade de discutir, elaborar, estabelecer metas e regras, aceitando as decisões tomadas pelo grupo, bem como superar entraves e divergências, por meio do diálogo, a fim de que se construam objetivos comuns. A realidade escolar apresenta-se da mesma forma. Nela encontra-se diversidades e conflitos de interesses.

Gerir uma escola através de ações democráticas e participativas se faz pelo diálogo e pelas ações dinâmicas da comunidade escolar, estabelecendo metas e diretrizes com base nos princípios de gestão participativa.

Trabalhar coletivamente significa envolver ações e decisões de toda a comunidade escolar nas atividades desenvolvidas na escola, compartilhando responsabilidades, aceitando sugestões criativas e inovadoras, respeitando opiniões e caminhando junto em busca de um único fim: a educação de qualidade.

A equipe gestora da escola, trabalhará neste sentido, buscando construir e implementar um projeto pedagógico no qual as ações e tomadas de decisões sejam compartilhadas e aprovadas pelo grupo, a fim de difundir a proposta da escola e motivar a participação de toda a comunidade escolar.

ANEXO 06 – Destaques do PPP da escola E.E.F.M. Romana Tavares Leal



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
5ª UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
PROFESSORA ROMANA TAVARES LEAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
2015 – 2016 - 2017

SANTARÉM-PA

2015

I – APRESENTAÇÃO

Considerando que a educação assume um papel fundamental para edificação de uma sociedade mais inclusiva e justa, se faz necessário que a escola, como toda a organização, direcione sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação e da gratuidade escolar, e o atendimento das necessidades educativas da comunidade em geral.

Mediante a isso, verifica-se que é dever da escola, enquanto instituição formativa decidir-se por seus rumos e questionar constantemente sua função. Uma escola que não consegue se decidir por um projeto educacional, caminha sem direção e tem poucas chances de contribuir para a formação cidadã, além de correr o risco de não atender aos anseios contemporâneos e o desenvolvimento pleno das atuais e futuras gerações.

Por isso, a educação preconizada no Projeto Político Pedagógico, aqui desenvolvido, fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que dê conta de contribuir para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, através da construção, disseminação do conhecimento e interpretação do mundo, num processo contínuo de aprendizado e envolvendo professores, alunos, funcionários e toda a comunidade.

Nesse sentido, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Romana Tavares Leal sentiu a necessidade de empreender em uma proposta de trabalho coletivo, através do **Projeto Político Pedagógico** e respaldado na **Constituição Federal de 1988**; na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** Instituída em 20 de dezembro de 1996, sob nº. 9394/96, que estabelece os princípios e fins da educação, o direito à educação e o dever de educar, bem como, sobre a organização, estrutura e funcionamento em âmbito nacional; a **Lei 11645/08** Instituída em 10 de março de 2008, que altera a Lei 9394/96, anteriormente modificada pela Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e História da Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas determinando a inclusão de temas em todos os níveis e modalidades de ensino.

deixa somente as leis antigas pq de vez em quando muda

deixa no seguinte da:

2.4- PONTOS FORTES DA ESCOLA:

- A conclusão da reforma da escola proporcionou um ambiente melhor para o ensino aprendizagem;
- Ajuda mútua entre funcionários;
- A participação dos pais nas reuniões da escola;
- Espaço para momentos de reflexão e orientação sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico;
- Relacionamento interpessoal amistoso entre Professores, Funcionários e alunos;
- Sistema de abastecimento de água solucionado

2.5- PONTOS QUE AMEAÇAM:

- Dependência, reprovação e evasão de alunos;
- A indisciplina na escola;
- A falta de pontualidade e assiduidade de alguns funcionários;
- O não envolvimento de alguns funcionários nas programações da escola;
- A falta de recursos humanos no setor de apoio, pedagógico e administrativo (auxiliar administrativo, coordenador pedagógico, secretária, merendeira e vigia noturno);
- A ausência de alguns professores nos encontros pedagógicos;
- A não conservação do patrimônio público por parte de alguns alunos;
- A falta de segurança nas proximidades da Escola;

2.6- OPORTUNIDADES E NECESSIDADES:

- Construção do Laboratório de Informática, Auditório e Biblioteca;
- Construção de mais Salas de aulas;
- Cobertura da quadra esportiva que ainda não está coberta como é determinado pelo padrão mínimo do Ministério da Educação e Cultura – MEC;
- Parcerias com outras instituições;
- Voluntariado;
- Obs.: ainda há área física para a construção desses espaços acima citados e outros para a construção e funcionamento de atividades extraclasse.

VIII - PROPOSTA METODOLÓGICA

A concepção de ensino aprendizagem apresenta uma dinâmica própria que tem fatores condicionantes como: social, político, cultural e filosófico. Outrora tínhamos uma educação centrada na pessoa do professor, na qual o aluno era somente um ser receptivo e passivo. A atividade docente era dissociada das questões da sociedade.

No contexto atual se almeja uma educação que compartilhe informações e conhecimentos, estimulando os alunos a desenvolverem uma consciência crítica e que sejam capazes de refletir e interferir na realidade. Com isso, a escola tem o propósito de oferecer à comunidade escolar uma educação de qualidade e diferenciada, além de proporcionar a possibilidade de respeito e convivência com as diferenças, orientando os discentes, através de metodologias diversificadas, enfatizando os desafios surgidos no cotidiano escolar.

Dessa forma, a Escola Estadual Romana Tavares Leal desenvolverá seu programa de ensino, estruturado de acordo com a matriz curricular do Sistema Federal e Estadual, adotados pela Secretaria de Educação, com o Plano Nacional de Educação, contextualizando a realidade da escola em conformidade com o que orientam os Programas Federais, salvaguarda o núcleo comum e a parte diversificada exigida pela LDB 9394/96.

A Escola se empenhará em motivar o Professor para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, através de um trabalho dinâmico fazendo uso das metodologias e recursos disponíveis na escola, compartilhando informações e conhecimentos, estimulando os alunos a desenvolverem a consciência crítica, e que sejam capazes de refletir e interferir na sua realidade.

Assim sendo, a Proposta Pedagógica da Escola Romana Tavares Leal está fundamentada nos princípios da Tendência Progressista Crítico-Social dos Conteúdos, visando difundir os conteúdos concretos e universais indissociáveis das realidades sociais, uma vez que esta colabora com nossa realidade educacional, pois estamos inseridos em uma realidade de nível sócio-econômico-cultural, na qual os educandos necessitam adquirir conhecimentos que possam conduzi-los a descoberta do potencial de cada um, tornando-os sujeitos construtores de sua própria história.

A Tendência Progressista Crítico-Social dos Conteúdos - embasada por vários pensadores dentre os quais vamos destacar: José Carlos Libâneo, Dermeval Saviani, Lilian Anna Wachowicz e outros - compreende a escola como um local de transformação social, no qual os alunos têm uma aprendizagem através de conteúdos básicos

participação, compromisso, responsabilidade etc. Tais instrumentos fazem parte da avaliação formativa do aluno adotada pela escola.

Em se tratando da avaliação quantitativa a escola adota conceitos de 0,0 a 10,0 pontos que são atribuídos a cada bimestre letivo em cada disciplina conforme o desempenho do aluno. O aluno que perder prova seu responsável terá 48 horas para apresentar justificativa comprobatória.

Será aprovado o aluno que ao final do ano letivo, apresentar no mínimo nota cinco em cada disciplina. É permitido ao aluno realizar estudos de recuperação em todas as disciplinas do primeiro semestre no período denominado recuperação paralela, e no máximo, em quatro no segundo semestre.

O aluno será promovido com dependência após a recuperação se não obtiver a nota cinco em até duas disciplinas.

Será retido o aluno que reprovar em três disciplinas (permanecerá na série, cursando apenas a disciplina em que foi reprovado).

O aluno será reprovado após a recuperação final se não obtiver no mínimo a nota cinco em quatro ou mais disciplinas.

Considerar-se-á aprovado quanto à assiduidade o aluno com frequência igual ou superior a 75% de toda a carga horária (800h) e média igual ou superior a nota cinco por disciplina.

Para ser aprovado, o aluno cursando dependência de estudo, deverá ter frequência igual ou superior a 75% em cada disciplina.

10.2-DESEMPENHOS DOS DOCENTES

A avaliação dos docentes está vinculada ao desempenho efetivo no processo ensino-aprendizagem dos educandos, objetivando sempre o sucesso destes. Por conta disso os professores serão avaliados por meio de acompanhamento pedagógico diário, participação nas atividades da escola, planos de curso, planos de aula, livro de ponto, assiduidade, frequência e pela sua postura moral e ética. Todos esses pontos ficarão sobre responsabilidade da equipe gestora da escola.

10.3-DESEMPENHOS DOS FUNCIONÁRIOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola: Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Romana Tavares Leal.

Entidade Mantenedora: Secretaria Estadual de Educação

Níveis de Ensino: Ensino Fundamental Menor, Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio.

Localização: Zona Urbana

Município: Santarém – PA

Endereço: Av. Antônio Simões Nº 1239

Diretora: Maria Marcina Canto Oliveira

Vice-Diretora: Rozani Pimentel Silva e Tânia Maria Neves de Oliveira e Silva

Coordenador Pedagógico: Aerton Herculano Oliveira

Secretária: Vale ressaltar que a escola há dois anos não tem este profissional.

E-mail: santarémromanaleal@educ. pa.gov.br

Atualmente a escola funciona com a Educação Básica, mas não encontra - se autorizada, devido uma série de fatores, entre eles a ausência de recursos humanos para a efetivar os trabalhos da Secretaria. No entanto, a escola foi reconhecida de 1ª 4ª Série pela Resolução Nº: 071 de 03 de Fevereiro de 2006, através do processo Nº 979/05- CEE e Parecer Nº024/06 – CEE; de 5ª A 8ª Série era autorizada pela Resolução Nº455 de 26 de dezembro de 2005 através do processo Nº 978/05- CEE e Parecer Nº514/05 – CEE; quanto a implantação do Ensino Médio Regular EJA – Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, pela Portaria Nº034/2006 – SALE, com a nova nomenclatura de EEEFM. "Prof.ª Romana Tavares Leal" para atender a comunidade escolar. *Atualmente,* Vale ressaltar que, a Escola ainda não é autorizada pelo fato de não dispor de pessoal de secretaria, o que acaba impossibilitando a expedição de certificados, declarações e outros serviços que ficam pendentes.

MOVIMENTO E RENDIMENTO FINAL DO ENSINO FUNDAMENTAL 2015

SÉRIE	SEXO	MAT. INICIAL	RECEBIDO	TRANSEF.	FALEC.	MAT. FINAL	ABANDONO	%	APROVADO		REPRV.	%	RETIDO	%
									S/DEP.	C/DEP.				
1º ANO		11	05	05		11	-	%	11	-	-	%	-	%
		08	01	-		09	-	%	09	-	-	%	-	%
2º ANO		06	02	01		06	-	%	06	-	-	%	-	%
		11	-	-		11	-	%	11	-	-	%	-	%
3º ANO		20	-	01		19	01	%	16	-	-	%	02	%
		09	01	-		10	01	%	08	-	-	%	01	%
4º ANO		15	-	02		13	-	%	13	-	-	%	-	%
		11	02	01		12	-	%	12	-	-	%	-	%
5º ANO		14	02	02		14	01	%	13	-	-	%	-	%
		12	03	-		15	-	%	14	-	-	%	01	%
SUBTOTAL														
6º ANO		31	02			33	01	%	25	05	-	%	-	%
		20	01			21	-	%	16	04	-	%	02	%
7º ANO		27	01			28	05	%	17	02	-	%	01	%
		19	01			20	02	%	12	03	-	%	04	%
8º ANO		19	01			20	01	%	11	02	-	%	03	%
		34	02	04		32	01	%	28	01	-	%	05	%
8ª SÉRIE		22	06	05		23	02	%	19	01	-	%	02	%
		20	01	04		17	02	%	14	-	-	%	01	%
SUBTOTAL														
TOTAL GERAL														
								%				%		%

SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
 5ª UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO
 SETOR DE ESTATÍSTICA
 SANTARÉM - PARA
 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO "PROFESSORA ROMANA TAVARES LEAL" Nº DO INEP - 15011321
 ENDEREÇO RUA ANTÔNIO SIMÕES, Nº 1239

MOVIMENTO E RENDIMENTO FINAL DO ENSINO FUNDAMENTAL 2016

SÉRIE	SEXO	MAT. INICIAL	RECEBIDO	TRANSF.	FALEC.	MAT. FINAL	ABANDONO	%	APROVADO		REPRV.	%	RETIDO	%
									S/DEP.	C/DEP.				
1º ANO	M													
	F													
2º ANO	M	13		01		12		%	12			100%		%
	F	12	01	02		11		%	11			100%		%
3º ANO	M	09		01		08		%	03			38%	05	62%
	F	11	03	02		12		%	09			75%	03	25%
4º ANO	M	20	01			21	01	05%	20			95%		%
	F	10		01		09	02	22%	07			78%		%
5º ANO	M	18		02		16		%	13			81%	03	19%
	F	14				14		%	12			86%		24%
SUBTOTAL		107	05	09		103	03	-03%	86			84%	14	13%
6º ANO	M	41	02	07		36	03	08%	18		15	50%	02	24%
	F	30		03		27	03	41%	19		05	70%		%
7º ANO	M	20		01		19		%	16		03	84%		%
	F	38	01	01		38	01	2,5%	30		07	79%	07	18,5%
8º ANO	M	22		05		17	02	12%	10	01	04	65%		%
	F	21		03		18	02	11%	16			89%		%
9º ANO	M	15		04		11	05	44%	04			36%	02	36%
	F	24		06		18	04	22%	13		01	72%	01	06%
SUBTOTAL		211	03	30		184	20	11%	126	01	37	69%	37	20%
TOTAL GERAL		318	08	39		287	23	08%	212	01	37	74%	37	05%

Recebi em 20/10/2017
Belkys
 Mario Moreira
 Especificista em Educação
 Diretor Pedagógico

ESCOLA: E.E.E.F. Profª Romana Tavares Leal
 ENDEREÇO: Rua Antônio Simões, 1239

Ensino Fundamental menor
 Resolução nº 071/06, CEE-PA
 Ensino Fundamental nº 8 e Sobres
 Resolução nº 001/06, CEE-PA
 EJA Ensino Fundamental
 Resolução nº 109/06, CEE-PA

MOVIMENTO E RENDIMENTO FINAL DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANO 2017

SERIE	SEXO	MAT.INICIAL	RECEB.	TRANSE.	FALEC.	MAT.FINAL	ABANDONO	%	APROVADO		%	REPROV.	%	RETR.O	EJA
									S/DEP	C/D					
1º ANO	M														
	F														
2º ANO	M														
	F														
3º ANO	M	16	04	04	-	16	02	12%	09	-	56%	-	05	31%	
	F	13	01	-	-	14	01	7%	09	-	64%	-	04	28%	
4º ANO	M	11	-	01	-	10	-	-	10	-	100%	-	-	-	
	F	12	-	01	-	11	01	9%	10	-	91%	-	-	-	
5º ANO	M	17	-	-	-	17	-	-	11	-	65%	-	06	35%	
	F	09	-	01	-	08	-	-	07	-	87%	-	01	12%	
SUBTOTAL															
6º ANO	M	27	01	-	-	28	03	11%	14	02	57%	09	32%	-	-
	F	22	-	04	-	18	05	28%	07	01	44%	04	22%	01	5%
7º ANO	M	13	-	-	-	13	-	-	09	01	77%	03	23%	-	-
	F	24	-	-	-	24	02	8%	15	01	66%	06	25%	-	-
8º ANO	M	15	-	-	-	15	-	-	12	02	93%	01	7%	-	-
	F	23	-	02	-	21	-	-	13	02	71%	06	29%	-	-
9º ANO	M	11	-	04	-	07	-	-	05	-	-	02	-	-	-
	F	14	-	-	-	14	01	-	11	-	-	02	-	-	-
TOTAL GERAL		227	06	17		216	15	7%	142	09	70%	33	15%	17	8%

Leandro
Roberto
Roberto
 Rozani Fimmentel Silva
 Diretora
 Especialista em Gestão Escolar
 Portaria nº 000284/2018

Metas	Ações	2014	2015	2016	Responsável ou Parceiro
Nº4 Reduzir o índice de evasão escolar de 13% para 3% até 2016.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento diário da frequência diária do aluno • Reunir bimestralmente com os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem e estejam abaixo da média esperada. • Dar incentivo aos alunos que não faltarem ao final do ano letivo e obtiverem nota máxima. • Entrar em contato com os pais quando for detectado que o educando tem 3 faltas consecutivas sem justificativa. • Visitas domiciliares aos alunos faltosos, esgotados os recursos pedagógicos. 	13% para	10% para 7% 7%	7% para 3%	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores Pedagógicos • Professores
Nº5 Melhorar a disciplina na escola de 85% para 98% em três anos	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as normas da escola em consonância com o Regimento Estudantil. • Garantir a organização dos turnos de acordo com os níveis de ensino • Buscar parcerias (Universidades, Emater, Agente de saúde e outros) • Palestras educativas ministradas por profissionais da educação ou parceiros 	85% para	90% para 94%	94% para 98%	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe gestora • Professores das disciplinas. • Coordenadores Pedagógicos

Metas	Ações	2015	2016	2017	Responsável ou Parceiro
Nº6 Aumentar a participação dos profissionais da educação de 91% para 99% até 2016.	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar os profissionais da educação a participarem ativamente de formações oferecida pela escola, PDDE Interativo, PROEMI e pelo Sistema de Educação (Sismédio). Organizar encontros de formação continuada bimestralmente, com profissionais da educação; 	91% Para 93%	93% Para 96%	96% Para 99%	<ul style="list-style-type: none"> Equipe gestora
Nº7 Assegurar a frequência dos funcionários de 91% para 99% em três anos.	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento diário da frequência dos funcionários com maior número de faltas. ✓ Incentivar os funcionários a participarem de formação continuada Dar incentivo aos funcionários que não faltarem ao final do ano letivo ✓ 	91% Para 93%	93% Para 96%	96% Para 99%	<ul style="list-style-type: none"> Equipe gestora Coordenadores Pedagógico
Nº8 Melhorar em 12% a infraestrutura da escola em três anos	<ul style="list-style-type: none"> Climatizar as salas de aula Solicitar construção de laboratório de informática e de Ciências; mais quatro salas de aula. Revitalização do prédio com pintura, troca das fechaduras da portas, lâmpadas, ventiladores etc. Realizar serviço de esquadrias e grade para dar maior segurança no ambiente escolar 	87%	94%	99%	<ul style="list-style-type: none"> Equipe gestora SEDUC PDDE Interativo

ANEXO 07 – Constituição da República Federativa do Brasil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Centro de Documentação e Informação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I

Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Parágrafo com redação dada pela Emenda constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Parágrafo com redação dada pela Emenda constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Parágrafo acrescido pela Emenda constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Parágrafo acrescido pela Emenda constitucional nº 14, de 1996 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: ("Caput" do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

ANEXO 08 – Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI N° 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Fixa as Diretrizes e Bases da Educação
Nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DOS FINS DA EDUCAÇÃO

Art. 1° *(Revogado pela Lei n° 9.394, de 20/12/1996)*

TÍTULO II
DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 2° *(Revogado pela Lei n° 9.394, de 20/12/1996)*

Art. 3° *(Revogado pela Lei n° 9.394, de 20/12/1996)*

TÍTULO III
DA LIBERDADE DO ENSINO

Art. 4° *(Revogado pela Lei n° 9.394, de 20/12/1996)*

Art. 5° *(Revogado pela Lei n° 9.394, de 20/12/1996)*

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO

Art. 6º O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995*)

§ 1º No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação e do Desporto contará com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e das Câmaras que o compõem. (*Parágrafo único transformado em § 1º com nova redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995*)

§ 2º Os conselheiros exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão *jus* a transporte, diárias e jetons de presença a serem fixados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (*Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995*)

§ 3º O ensino militar será regulado por lei especial. (*Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995*)

§ 4º (*VETADO na Lei nº 9.131, de 24/11/1995*)

Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995*)

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

- a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino;
- c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;

d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;

e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;

f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino;

g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 2º O Conselho Nacional de Educação reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e suas Câmaras, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 3º O Conselho Nacional de Educação será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares para mandato de dois anos, vedada a reeleição imediata. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 4º O Ministro de Estado da Educação e do Desporto presidirá as sessões a que comparecer. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

Art. 8º A Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior serão constituídas, cada uma, por doze conselheiros, sendo membros natos, na Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental e na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e do Desporto e nomeados pelo Presidente da República. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 1º A escolha e nomeação dos conselheiros será feita pelo Presidente da República, sendo que, pelo menos a metade, obrigatoriamente, dentre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 2º Para a Câmara de Educação Básica a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os docentes, dirigentes de instituições de ensino e os Secretários de Educação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 3º Para a Câmara de Educação Superior a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os reitores de universidades, diretores de instituições isoladas, os docentes, os estudantes e segmentos representativos da comunidade científica. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 4º A indicação, a ser feita por entidades e segmentos da sociedade civil, deverá incidir sobre brasileiro de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 5º Na escolha dos nomes que comporão as Câmaras, o Presidente da República levará em conta a necessidade de estarem representadas todas as regiões do país e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 6º Os conselheiros terão mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, havendo renovação de metade das Câmaras a cada dois anos, sendo que, quando da constituição do Conselho, metade de seus membros serão nomeados com mandato de dois anos. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 7º Cada Câmara será presidida por um conselheiro escolhido por seus pares, vedada a escolha do membro nato, para mandato de um ano, permitida uma única reeleição imediata. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica:

a) examinar os problemas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e do ensino médio e tecnológico e oferecer sugestões para sua solução;

b) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades mencionados na alínea anterior;

c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto;

d) colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

e) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto em todos os assuntos relativos à educação básica;

f) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;

g) analisar as questões relativas à aplicação da legislação referente à educação básica; (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

a) (Revogada pela Medida Provisória nº 147, de 15/12/2003, convertida na Lei nº 10.861, de 14/4/2004)

b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação; (Alínea com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação; (Alínea com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

d) deliberar sobre as normas a serem seguidas pelo Poder Executivo para a autorização, o reconhecimento, a renovação e a suspensão do reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior; (Alínea com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001)

e) deliberar sobre as normas a serem seguidas pelo Poder Executivo para o credenciamento, o credenciamento periódico e o descredenciamento de instituições de ensino superior integrantes do Sistema Federal de Ensino, bem assim a suspensão de prerrogativas de autonomia das instituições que dessas gozem, no caso de desempenho insuficiente de seus cursos no Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações conduzidas pelo Ministério da Educação; (Alínea com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001)

f) deliberar sobre o credenciamento e o recredenciamento periódico de universidades e centros universitários, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação, bem assim sobre seus respectivos estatutos; (Alínea com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001)

g) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos; (Alínea com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior; (Alínea com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

i) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior. (Alínea com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

j) deliberar sobre processos de reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias, por iniciativa do Ministério da Educação em caráter excepcional, na forma do regulamento a ser editado pelo Poder Executivo. (Alínea com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001)

§ 3º As atribuições constantes das alíneas *d*, *e* e *f* do parágrafo anterior poderão ser delegadas, em parte ou no todo, aos Estados e ao Distrito Federal. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

§ 4º O recredenciamento a que se refere a alínea *e* do § 2º deste artigo poderá incluir determinação para a desativação de cursos e habilitações. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 1.159, de 26/10/1995, convertida na Lei nº 9.131, de 24/11/1995)

Art. 10. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

TÍTULO V DOS SISTEMAS DE ENSINO

Art. 11. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 12. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 13. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 14. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 15. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 16. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 17. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 18. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 19. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 20. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 21. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 22. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

TÍTULO VI DA EDUCAÇÃO DE GRAU PRIMÁRIO

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA

Art. 23. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 24. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

CAPÍTULO II DO ENSINO PRIMÁRIO

Art. 25. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 26. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 27. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 28. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 29. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 30. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996)

Art. 31. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 32. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

TÍTULO VII DA EDUCAÇÃO DE GRAU MÉDIO

CAPÍTULO I DO ENSINO MÉDIO

Art. 33. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 34. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 35. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 36. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 37. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 38. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 39. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

CAPÍTULO II DO ENSINO SECUNDÁRIO

Art. 44. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 45. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 46. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

CAPÍTULO III DO ENSINO TÉCNICO

Art. 47. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 48. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 49. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 50. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 51. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO PARA O ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO

Art. 54. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 55. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 56. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 57. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

Art. 58. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 11/8/1971)

ANEXO 09 – Lei Nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

Art. 5º Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.

Art. 6º Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º-A É instituído o 'Dia do Plano Nacional de Educação', a ser comemorado, anualmente, em 12 de dezembro. *(Artigo acrescido pela Lei nº 12.102, de 1/12/2009)*

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

ANEXO 10 – Resolução Nº 001 de 05 de Janeiro de 2010

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001 DE 05 DE JANEIRO DE 2010.**

O Presidente do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, em consonância com o disposto no Art. 211 da Constituição Federal e Arts. 8º e 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e de acordo com Reuniões Plenárias realizadas em 15 e 17/12/2009 com aprovação do Anteprojeto de Resolução 003/2009 CEE/PA:

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

EMENTA: Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará.

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º. Em consonância com as normas nacionais e estaduais, a educação no Sistema Estadual de Ensino do Pará abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas Instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo único. Esta Resolução disciplina a educação escolar, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Pará, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em Instituições próprias e deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º. A educação no Sistema Estadual de Ensino do Pará é dever da família, do Estado e de seus Municípios, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tendo por base os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, além de:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de Instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma da legislação do Sistema Estadual de Ensino do Pará;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extra-escolar;

Art. 3º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Estadual de Ensino do Pará, terão a incumbência de:

- I. elaborar e executar sua proposta pedagógica e seu regimento escolar;
- II. administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas;
- IV. velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI. articular com as famílias e com a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII. informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Art. 4º. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V. ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. Art. 5º. As Instituições.

TÍTULO II

Da Educação Básica

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 6º. A Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará – formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio –, respeitadas as normas nacionais em vigor, poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais, bem como as disposições constantes de capítulo próprio da presente Resolução.

§ 2º O calendário escolar poderá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, mediante autorização deste Conselho Estadual de Educação, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na legislação nacional em vigor.